

MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA
ELETROBRAS
ELETROBRAS CGTEE

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2015
PORTO ALEGRE, MAIO DE 2016.

MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA
ELETROBRAS
ELETROBRAS CGTEE

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2015

Relatório de Gestão do exercício de 2015, apresentado aos órgãos de controle interno e externo e a sociedade como prestação de contas anual a que esta unidade jurisdicionada está obrigada nos termos do parágrafo único do artigo 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da IN TCU Nº 63/2010, da DN TCU Nº 146/2015, da Portaria TCU Nº 321/2015 e das orientações do órgão de controle interno.

ASSESSORIA DE GESTÃO E PLANEJAMENTO
PORTO ALEGRE, MAIO DE 2016.

LISTA DE DIRIGENTES

SERENO CHAISE – Presidente (01/01/2015 – 10/11/2015)

FRANCISCO ROMÁRIO WOJCICKI – Presidente (10/11/15 a 31/12/15)

LUIZ HENRIQUE DE FREITAS SCHNOR – Diretor Técnico e de Meio Ambiente (01/01/15 a 31/12/15)

CLOVIS ILGENFRITZ DA SILVA – Diretor Financeiro e de Relações com o Mercado (01/01/15 a 31/12/15)

SANDRO FIGUEIREDO DE OLIVEIRA – Diretor Administrativo (01/01/15 a 31/12/15)

RUBEM ABRAHÃO GONÇALVES FILHO – Diretor de Operação (22/05/15 a 31/12/15)

LISTA DE SIGLAS E ABREVIACÕES

ACL	Ambiente de Contratação Livre
ACR	Ambiente de Contratação Regulada
AFAC	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital
ANEEL	Agência Nacional de Energia Elétrica
CCC	Conta de Consumo de Combustível
CCEAR	Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado
CCEE	Câmara de Comercialização de Energia Elétrica
CDE	Conta de Desenvolvimento Energético
CEEE	Companhia Estadual de Energia Elétrica S.A.
CFC	Conselho Federal de Contabilidade
CGTEE	Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica
CMDE	Contrato de Metas de Desempenho Empresarial
CMSE	Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico
CNAE	Código da classificação completa da principal atividade econômica da UJ
COEX	Comitê Executivo do MAE
COSO ERM	Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission Enterprise Risk Management
CPC	Comitê de Pronunciamentos Contábeis
CVM	Comissão de Valores Mobiliários
DEST	Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais
EBITDA	Earning Before Income Tax, Depreciation and Amortization
ELETROBRAS	Centrais Elétricas Brasileiras S/A
EPE	Empresa de Pesquisa Energética
FEPAM	Fundação Estadual de Proteção Ambiental
FGD	Flue Gas Desulfurization – Subproduto da queima do carvão
GWh	Unidade de Geração de Energia Elétrica Gigawatt hora
IBAMA	Instituto Brasileiro de Meio Ambiente
IFRS	International Financial Reporting Standards
ISO	International Organization of Standardization
LEE	Leilão de Energia Existente
LEN	Leilão de Energia Nova
LOA	Lei Orçamentária Anual
MAE	Mercado Atacadista de Energia
MME	Ministério de Minas e Energia
MCPSE	Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico
MCSD	Mecanismo de Compensação de Sobras e Déficits
MW	Unidade de Potência Elétrica Megawatt
NBC	Norma Brasileira de Contabilidade

NUTEPA	Nova Usina de Termoelétrica de Porto Alegre
OCPc	Orientação do Comitê de Pronunciamentos Contábeis
OCI	Orgão de Controle Interno
OI	Orçamento do Investimento
ONS	Operador Nacional do Sistema
PCH	Pequenas Centrais Hidrelétricas
PDG	Programa de Dispêndios Globais
PDNG	Plano Diretor de Negócios e Gestão
PDTI	Plano Diretor de Tecnologia da Informação
PETI	Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação
PGFN	Procuradoria Geral da Fazenda Nacional
PID	Programa de Incentivo ao Desligamento
PMSO	Pessoal, Material, Serviços e Outros
PNE	Plano Nacional de Energia
PNG	Plano de Negócios e Gestão
PPA	Plano Plurianual
PLS	Plano de Logística Sustentável
P&D+I	Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação
RGR	Reserva Geral de Reversão
ROL	Receita Operacional Líquida
SAP	Software ERP utilizado pela Eletrobras CGTEE
SEB	Setor Elétrico Brasileiro
SIAFI	Código de Identificação da UPC constante no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal
SIN	Sistema Interligado Nacional
SIORG	Código de identificação da UPC assinalado no Sistema de Informações Organizacionais do Governo Federal
SPDA	Sistema de Proteção Contra Descarga Atmosférica
TAC	Termo de Ajustamento de Conduta
TCU	Tribunal de Contas da União
TI	Tecnologia da Informação
TIC	Tecnologia da Informação e Comunicação
TUC	Tipos de Unidade de Cadastro
UAR	Unidades de Adição e Retirada
UG	Unidade Geradora de Energia
UHE	Usina Hidrelétrica de Energia
UPME	Usina Termelétrica Presidente Médici
USJE	Usina Termelétrica de São Jerônimo
UTE	Usina Térmica de Energia
WACC	Weighted Average Cost Of Capital – Custo Médio Ponderado do Capital

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Informações sobre áreas ou subunidades estratégicas	20
No detalhamento abaixo destacamos as áreas e subunidades mais estratégicas na gestão da empresa:	20
Quadro 2 – Macroprocessos Finalísticos.....	23
Quadro 3 – Composição acionária do capital social.....	25
Quadro 4 – Ações do Orçamento do Investimento.....	30
Quadro 5 – Ações do Orçamento do Investimento.....	30
Quadro 6 – Ações do Orçamento do Investimento.....	31
Quadro 7 – Ações do Orçamento do Investimento.....	31
Quadro 8 – Ações do Orçamento do Investimento.....	32
Quadro 9 – Ações do Orçamento do Investimento.....	32
Quadro 10 – Despesas por modalidade de contratação	34
Quadro 11 –Resumo da prestação de contas sobre transferências concedidas pela UJ na modalidade de convênios, termo de cooperação e de contratos de repasse	35
Quadro 12 –Resumo da prestação de contas sobre transferências concedidas pela UJ na modalidade de convênios, termo de cooperação e de contratos de repasse	35
Quadro 13 –Resumo da prestação de contas sobre transferências concedidas pela UJ na modalidade de convênios, termo de cooperação e de contratos de repasse	36
Quadro 14 –Situação da análise das contas prestadas no exercício de referência do relatório de gestão	37
Quadro 15 –Situação da análise das contas prestadas no exercício de referência do relatório de gestão	37
Quadro 16 –Situação da análise das contas prestadas no exercício de referência do relatório de gestão	38
Quadro 17 – Remuneração dos Conselhos de Administração e Fiscal.....	56
Quadro 18 – Síntese da remuneração do Conselho de Administração	57
Quadro 19 – Síntese da remuneração do Conselho Fiscal	58
Quadro 20 – Síntese da remuneração do Diretoria Executiva	58
Quadro 21 – Força de Trabalho da UPC	65
Quadro 22 – Distribuição da Lotação Efetiva	65
Quadro 23 – Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UPC	66
Quadro 24 – Despesas do pessoal	67
Quadro 25 – Contratos de prestação de serviços não abrangidos pelo plano de cargos da unidade.....	69
Quadro 26 - Contratos de prestação de serviços não abrangido pelo plano de cargos da unidade	70
Quadro 27 – Tratamento de determinações e recomendações do TCU	75
Quadro 28 – Tratamento de determinações e recomendações do TCU	76
Quadro 29 – Tratamento de determinações e recomendações do TCU	78
Quadro 30 – Tratamento de determinações e recomendações do TCU	78
Quadro 31 – Tratamento de determinações e recomendações do Órgão de Controle Interno	79
Quadro 32 – Tratamento de determinações e recomendações do Órgão de Controle Interno	80
Quadro 33 – Tratamento de determinações e recomendações do Órgão de Controle Interno	80
Quadro 34 – Tratamento de determinações e recomendações do Órgão de Controle Interno	81
Quadro 35 – Tratamento de determinações e recomendações do Órgão de Controle Interno	81
Quadro 36 – Tratamento de determinações e recomendações do Órgão de Controle Interno	82
Quadro 37 – Tratamento de determinações e recomendações do Órgão de Controle Interno	82
Quadro 38 – Tratamento de determinações e recomendações do Órgão de Controle Interno	83
Quadro 39 – Tratamento de determinações e recomendações do Órgão de Controle Interno	84
Quadro 40 – Tratamento de determinações e recomendações do Órgão de Controle Interno	85
Quadro 41 – Tratamento de determinações e recomendações do Órgão de Controle Interno	85
Quadro 42 – Tratamento de determinações e recomendações do Órgão de Controle Interno	86
Quadro 43 – Tratamento de determinações e recomendações do Órgão de Controle Interno	87
Quadro 44 – Informações sobre ações de publicidade e propaganda	88

LISTA DE TABELAS, ILUSTRAÇÕES E GRÁFICOS

Tabela 1	Potência Instalada Eletrobras CGTEE
Tabela 2	Empreendimentos de Geração de Energia em Operação no Brasil
Tabela 3	Usinas Térmicas que operam com o insumo do Carvão Mineral
Tabela 4	Empresas similares à Eletrobras CGTEE
Tabela 5	Empresas localizadas no Nordeste
Ilustração 1	Organograma da Eletrobras CGTEE
Tabela 6	Parceiros da Eletrobras CGTEE
Tabela 7	Objetivos Estratégicos Finalísticos
Tabela 8	Objetivos Estratégicos de Gestão
Tabela 9	Acompanhamento Orçamentário 2015
Gráfico 1	Evolução da Energia Gerada pela Eletrobras CGTEE 2011-2015 (GWh)
Gráfico 2	Evolução da Energia Gerada pela UTE Presidente Médici 2011-2015 (GWh)
Gráfico 3	Evolução da Energia Gerada pela UTE Candiota III 2011-2015 (GWh)
Gráfico 4	Disponibilidade Geral da Eletrobras CGTEE 2011-2015 (%)
Tabela 10	Resultados do CMDE
Ilustração 2	Estrutura de Governança da Eletrobras CGTEE
Tabela 11	Informações sobre Dirigentes e Colegiados
Tabela 12	Avaliação do Sistema de Controles Internos e Gestão de Riscos
Tabela 13	Canais de Acesso ao Cidadão
Tabela 14	Relatório de Consolidação do Questionário de Avaliação da Ouvidoria
Tabela 15	Principais Sistemas de Informações
Tabela 16	Objetivos Estratégicos do PETI
Tabela 17	Necessidades e Prioridades do PDTI

LISTA DE ANEXOS E APÊNDICES

ANEXO I – Balanço Social

ANEXO II - Contrato de Metas de Desempenho Empresarial – CMDE

ANEXO III - Regulamento da Auditoria Interna

SUMÁRIO

2. APRESENTAÇÃO	11
3. VISÃO GERAL DA UNIDADE.....	12
3.1. Finalidade e Competências.....	12
3.2. Normas e regulamento de criação, alteração e funcionamento da unidade	12
3.3. Ambiente de atuação	13
3.4. Organograma	19
3.5. Macroprocessos finalísticos.....	23
3.6. Composição acionária do capital social.....	25
3.7. Participação em outras sociedades	25
3.8. Principais eventos societários ocorridos no exercício	25
4. PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL E DESEMPENHOS ORÇAMENTÁRIO E OPERACIONAL...26	26
4.1. Planejamento Organizacional	26
4.1.1. Descrição sintética dos objetivos do exercício	26
4.1.2. Estágio de implementação do planejamento estratégico	28
4.1.3. Vinculação dos planos da unidade com as competências institucionais e outros planos.....	29
4.2. Desempenho Orçamentário	29
4.2.1. Execução física e financeira das ações da LOA de responsabilidade da unidade	29
4.2.2. Informações sobre execução das despesas	33
4.2.3. Execução descentralizada com transferência de recursos.....	34
4.3. Desempenho Operacional.....	40
4.4. Apresentação e análise de indicadores de desempenho	44
5. GOVERNANÇA	49
5.1. Descrição das estruturas de governança	49
5.2. Informações sobre dirigentes e colegiados	51
5.3. Política de designação de representantes nas assembleias e nos colegiados de controladas, coligadas e sociedades de propósito específico	51
5.4. Atuação da auditoria interna.....	52
5.5. Atividades de correição e apuração de ilícitos administrativos	53
5.6. Gestão de riscos e controles internos.....	53
5.7. Política de remuneração dos administradores e membros de colegiados	56
5.7.1. Remuneração dos Conselhos de Administração e Fiscal.....	56
5.7.2. Síntese da remuneração dos administradores	57
5.7.3. Detalhamento de itens da remuneração variável dos administradores	59
5.8. Informações sobre a empresa de auditoria independente contratada.....	59
5.9. Participação acionária de membros de colegiados da entidade	59
5.10. Informações sobre a comissão de avaliação do contrato de gestão	59
5.10.1. Relação dos membros da comissão de avaliação	59
6. RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE	60
6.1. Canais de acesso do cidadão.....	60
6.2. Carta de Serviços ao Cidadão.....	61
6.3. Aferição do grau de satisfação dos cidadãos-usuários.....	61
6.4. Mecanismos de transparência das informações relevantes sobre a atuação da unidade	61
7. DESEMPENHO FINANCEIRO E INFORMAÇÕES CONTÁBEIS	62
7.1. Desempenho financeiro no exercício	62
7.2. Tratamento contábil da depreciação, da amortização e da exaustão de itens do patrimônio e avaliação e mensuração de ativos e passivos	63
7.3. Sistematica de apuração de custos no âmbito da unidade	64

7.4.	Demonstrações contábeis exigidas pela Lei 6.404/76 e notas explicativas	64
8. ÁREAS ESPECIAIS DA GESTÃO		65
8.1.	Gestão de Pessoas.....	65
8.1.1.	Estrutura de pessoal da unidade	65
8.1.2.	Demonstrativo das despesas com pessoal	67
8.1.3.	Gestão de riscos relacionados ao pessoal	68
8.1.4.	Contratação de pessoal de apoio e de estagiários	69
8.2.	Gestão de patrimônio e infraestrutura	71
8.2.1.	Gestão de patrimônio imobiliário da união	71
8.2.2.	Informações sobre a gestão dos ativos imobiliários e sobre o plano nacional de desmobilização	71
8.3.	Gestão de tecnologia da informação.....	71
8.3.1.	Principais sistemas de informações	71
8.3.2.	Informações sobre o Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação (PETI) e sobre o Plano Diretor de Tecnologia de Informação (PDTI)	72
8.4.	Gestão ambiental e sustentabilidade	74
8.4.1.	Adoção de critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens e na contratação de serviços ou obras	74
9. CONFORMIDADE DA GESTÃO E DEMANDAS DOS ÓRGÃOS DE CONTROLE		75
9.1.	Tratamento de determinações e recomendações do TCU.....	75
9.2.	Tratamento de recomendações do Órgão de Controle Interno	79
9.3.	Medidas administrativas para apuração de responsabilidade por dano ao Erário.....	87
9.4.	Demonstração da conformidade do cronograma de pagamentos de obrigações com o disposto no art. 5º da Lei 8.666/1993.....	87
9.5.	Informações sobre ações de publicidade e propaganda	88
9.6.	Outras informações relevantes	88
10. ANEXOS E APÊNDICES		91
10.1.	ANEXO I – Balanço Social.....	91
10.2.	ANEXO II – Contrato de Metas de Desempenho Empresarial - CMDE.....	92
10.3.	ANEXO III – Regulamento da Auditoria Interna.....	96

2. APRESENTAÇÃO

O Relatório de Gestão 2015 apresentado aos órgãos de controle interno e externo a que esta unidade jurisdicionada está obrigada nos termos do parágrafo único do artigo 70 da Constituição Federal, foi elaborado de acordo com as disposições da IN TCU nº 63/2010, da DN TCU nº 134/2013 – conteúdo geral do relatório de gestão e da DN TCU Nº 146/2015, da Portaria TCU Nº 321/2015 e das orientações do órgão de controle interno.

É importante salientar que as seções deste Relatório de Gestão, foram elaboradas de acordo com a orientação da Portaria TCU Nº 321/2015 observando o detalhamento e a estrutura dos conteúdos do Relatório de Gestão 2015 atribuídos seletivamente a esta unidade prestadora de contas no Sistema e-Contas.

A principal finalidade do Relatório de Gestão é a prestação de contas anual aos órgãos de controle interno, externo e à sociedade. Os itens objeto de preenchimento são aqueles aplicáveis às Sociedades de Economia Mista da Administração Indireta da União.

Há itens que, embora sejam aplicáveis à Empresa, não ocorreram no exercício, os quais foram identificados com esta observação no texto.

A Administração da Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica – Eletrobras CGTEE, em cumprimento às disposições legais e estatutárias, em consonância com as melhores práticas de governança corporativa e por ser item imprescindível do Relatório de Gestão 2015, insere as Demonstrações Financeiras referentes a este exercício devidamente auditadas, conforme parecer dos Auditores Independentes.

No decorrer de 2015, em consonância com o Planejamento Estratégico da Eletrobras CGTEE 2012-2021 buscou-se o objetivo estratégico de “consolidar e expandir os negócios de geração térmica a carvão mineral de forma sustentável e rentável”. O Plano de Negócios da Eletrobras CGTEE para o período 2015 a 2019, foi objeto de revisão e em vários aspectos alicerçou os estudos de cenários para o Plano de Negócios e Gestão 2016-2020.

As realizações e dificuldades no decorrer de 2015, relacionadas aos objetivos estratégicos estão desenvolvidas no item 4 – Planejamento Organizacional e Desempenhos Orçamentário e Operacional, subitem 4.1. Complementarmente, há a descrição de outros resultados e ações, detalhadas no item 8 “Áreas Especiais da Gestão”.

3. VISÃO GERAL DA UNIDADE

3.1. Finalidade e Competências

A Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica – Eletrobras CGTEE, controlada pela Eletrobras, é uma sociedade de economia mista, concessionária de serviço público de geração de energia elétrica, tendo sido constituída em 28 de julho de 1997, atuando exclusivamente na atividade de geração de energia, a partir da queima do carvão mineral.

A Companhia possui junto ao Governo Federal, representado pela ANEEL, as seguintes concessões/autorizações:

USINAS TERMELÉTRICAS	Tipo	Autorização/Concessão	Vencimento	Capacidade Instalada (MW)	UG's
UTE SÃO JERÔNIMO	Concessão	08/07/1995	07/07/2015	20	02 X 5MW – (1953) 01 X 10MW – (1956)
UTE NUTEPÁ	Concessão	08/07/1995	07/07/2015	24	02 X 8MW – (1968) 01 X 8MW – (1969)
UTE PRESIDENTE MÉDICI	Concessão	08/07/1995	07/07/2015	446	02 X 63MW – (1974) 02 X 160MW – (1987)
UTE CANDIOTA III	Autorização	18/07/2006	17/07/2041	350	01 X 350MW – (2011)
TOTAL				840 MW	

Tabela 1: Potência Instalada da Eletrobras CGTEE

Fonte: PRG - Assessoria de Gestão e Planejamento

Finalidade:

Geração de energia elétrica a partir do uso do combustível carvão mineral.

Competências:

Conforme o Art. 4º do Estatuto Social da Eletrobras CGTEE é competência institucional:

a) realizar, estudos, projetos, construção, operação e manutenção de usinas produtoras, subestações, linhas de transmissão e de distribuição de energia elétrica, bem como a celebração de atos de comércio decorrentes dessas atividades, de acordo com legislação vigente;

3.2. Normas e regulamento de criação, alteração e funcionamento da unidade

A Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica – Eletrobras CGTEE foi constituída pela Lei Estadual do Rio Grande do Sul n.º 10.900 de 26/12/1996, tendo iniciado efetivamente suas operações em 28/07/1997, e desde 31/07/2000 é uma empresa pertencente ao Grupo de Controladas da Centrais Elétricas do Brasil S/A - Eletrobras.

Constitui-se em uma sociedade de economia mista vinculada ao Ministério de Minas e Energia (MME), com sede administrativa em Porto Alegre, Rio Grande do Sul e parque gerador localizado em Candiota/RS. Além destas, possui unidades nas cidades de Porto Alegre, São Jerônimo/RS, às quais encontram-se com a operação comercial suspensa junto à ANEEL e em processo de desmobilização, além de uma unidade de manutenção localizada no município de São Leopoldo/RS.

Complementarmente ao estatuto social, a empresa adere ao normativo legal de funcionamento das entidades da Administração Indireta Federal, às diretrizes, políticas e normativos definidos pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais - DEST, Ministério de Minas e Energia, pela Controladora além de seus próprios regramentos de funcionamento.

3.3. Ambiente de atuação

a) Caracterização e o comportamento do mercado de atuação¹

Entre 2003 e 2004, o Governo Federal lançou as bases de um novo modelo para o Setor Elétrico Brasileiro (SEB), fundamentado nas Leis nº 10.847 e 10.848, de 15 de março de 2004, e no Decreto nº 5.163, de 30 de julho de 2004.

Em termos institucionais, o novo modelo definiu a criação das seguintes entidades com competências específicas:

- Empresa de Pesquisa Energética (EPE): responsável pelo planejamento a longo prazo do setor elétrico;
- Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico (CMSE): responsável por avaliar permanentemente a segurança do suprimento de energia elétrica
- Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE): atuar no que concerne à comercialização de energia elétrica no Sistema Interligado.

Outras alterações importantes incluem a definição do exercício do Poder Concedente ao Ministério de Minas e Energia (MME) e a ampliação da autonomia do Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS).

Em relação à comercialização de energia, foram instituídos dois ambientes para celebrar contratos de compra e venda: o Ambiente de Contratação Regulada (ACR), do qual participam agentes de geração e de distribuição de energia; e o Ambiente de Contratação Livre (ACL), do qual participam agentes de geração, comercializadores, importadores e exportadores de energia e consumidores livres.

O novo modelo do setor elétrico visa atingir três objetivos principais:

- Garantir a segurança do suprimento de energia elétrica;
- Promover a modicidade tarifária;
- Promover a inserção social via programas de universalização de atendimento.

O modelo prevê um conjunto de regras a serem observadas pelos agentes, destacando-se as seguintes: (i) a exigência de contratação da totalidade da demanda por parte das distribuidoras e dos consumidores livres, (ii) nova metodologia de cálculo do lastro para venda de energia, (iii) contratação de usinas hidrelétricas e termelétricas em proporções que garantam a segurança do suprimento.

Em termos de modicidade tarifária, o modelo prevê a compra de energia elétrica pelas distribuidoras no ambiente regulado por meio de leilões, observado o critério de menor tarifa, objetivando a redução do custo de aquisição da energia elétrica a ser repassada para a tarifa dos consumidores cativos. A inserção social busca promover a universalização do acesso e do uso do serviço de energia elétrica, criando

¹ Fonte: Ministério de Minas e Energia

condições para que os benefícios da eletricidade sejam disponibilizados aos cidadãos ainda não contemplados, garantindo subsídio para os consumidores de baixa renda.

Sistema Interligado Nacional

Com tamanho e características que permitem considerá-lo único em âmbito mundial, o sistema de produção e transmissão de energia elétrica do Brasil é um sistema hidrotérmico de grande porte, com forte predominância de usinas hidrelétricas e com múltiplos proprietários. O Sistema Interligado Nacional é formado pelas empresas das regiões Sul, Sudeste, Centro-Oeste, Nordeste e parte da região Norte. Apenas 1,7% da energia requerida pelo país encontra-se fora do SIN, em pequenos sistemas isolados localizados principalmente na região amazônica. A tabela a seguir apresenta dados dos empreendimentos de geração em operação no Brasil:

Tipo	Quantidade	Potência Instalada (kW)	% do total
Usina Hidrelétrica de Energia – UHE	206	87.310.008	61,1
Pequena Central Hidrelétrica – PCH	458	4.881.227	3,4
Central Geradora Hidrelétrica – CGH	558	433.406	0,3
Usina Termelétrica de Energia – UTE	2.891	39.625.657	27,7
Usina Termonuclear – UTN	2	1.990.000	1,39
Central Geradora Eolielétrica – EOL	357	8.660.990	6,06
Central Geradora Solar Fotovoltaica - UFV	39	22.952	0,02
Total	4.511	142.895.958	100

Tabela 2: Empreendimentos de Geração de Energia em Operação no Brasil - 2016

Fonte: ANEEL (<http://www2.aneel.gov.br/aplicacoes/capacidadebrasil/capacidadebrasil.cfm>, acesso em 13/05/2016)

Nota-se, a partir da análise dos dados acima, que a base do sistema elétrico nacional são as Usinas Hidrelétricas, respondendo por 63,9% do fornecimento de energia.

Em relação às Usinas Térmicas que operam com o insumo carvão mineral, há atualmente 13 unidades com concessão ou autorização válidas, conforme tabela a seguir:

Usina	Potência(kW)	Município	Proprietário
Charqueadas	36.000	Charqueadas – RS	Tractebel Energia S/A.
Figueira	20.000	Figueira – PR	Copel Geração S/A.
Jorge Lacerda I e II	232.000	Capivari de Baixo – SC	Tractebel Energia S/A.
Jorge Lacerda III	262.000	Capivari de Baixo - SC	Tractebel Energia S/A.
Jorge Lacerda IV	363.000	Capivari de Baixo - SC	Tractebel Energia S/A.
Presidente Médici	446.000	Candiota - RS	Eletrobras CGTEE
Candiota III	350.000	Candiota - RS	Eletrobras CGTEE
São Jerônimo	20.000	São Jerônimo - RS	Eletrobras CGTEE
Porto do Pecém I	720.000	São Gonçalo do Amarante - CE	Porto do Pecém Geração de Energia S/A
Porto do Pecém II	365.000	São Gonçalo do Amarante - CE	Porto do Pecém Geração de Energia S/A
Porto do Itaqui	360.000	Porto do Itaqui - MA	Itaqui Geração de Energia S/A
Alunorte	103.854	Barcarena – PA	Alumina do Norte do Brasil S/A
Alumar	75.200	São Luís - MA	Consórcio de Alumínio do Maranhão – Consórcio Alumar
13 Usinas		Potência Total: 3.353.465 kW	

Tabela 3: Usinas Térmicas que operam com o insumo do Carvão Mineral - 2016

Fonte: ANEEL

(<http://www2.aneel.gov.br/aplicacoes/capacidadebrasil/CombustivelListaUsinas.asp?classe=F%F3ssil&combustivel=8&fase=3>, acesso em 13/05/2016).

b) Principais empresas que atuam ofertando produtos e serviços similares ao da unidade jurisdicionada

As principais empresas que ofertam produtos e serviços similares à Eletrobras CGTEE, isto é, provenientes especificamente de geração de energia tendo como origem o carvão mineral, podem ser divididas em dois grupos: os de atuação ou origem regional e de atuação nacional.

As empresas localizadas na região sul do país são as seguintes:

Usina	Potência MW	Proprietário	Município
Charqueadas	36	Tractebel	Charqueadas-RS
Figueira	20	Copel	Figueira - PR
Jorge Lacerda I e II	232	Tractebel	Capivari de Baixo - SC
Jorge Lacerda III	262	Tractebel	Capivari de Baixo - SC
Jorge Lacerda IV	363	Tractebel	Capivari de Baixo - SC

Tabela 4: Empresas similares a Eletrobras CGTEE - 2016

Fonte: Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL. Banco de Informações de Geração

Empresas localizadas no Nordeste do país que trabalham com carvão importado:

Usina	Potência MW	Proprietário	Município
Porto de Itaqui	360	Itaqui Geração de Energia S/A	Porto do Itaqui - MA
Porto de Pecém I	720	Porto do Pecém Geração de Energia S/A	São Gonçalo do Amarante - CE
Porto de Pecém II	365	Porto do Pecém Geração de Energia S/A	São Gonçalo do Amarante - CE
Alunorte	103,9	Alumina do Norte do Brasil S/A	Barcarena – PA
Alumar	75,2	Consórcio de Alumínio do Maranhão – Consórcio Alumar	São Luís - MA

Tabela 5: Empresas localizadas no Nordeste – 2016

Fonte: Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL. Banco de Informações de Geração

c) Contextualização dos produtos e serviços ofertados pela unidade jurisdicionada em relação ao seu ambiente de atuação

O modelo brasileiro tem como base a energia hidrelétrica, sendo que as térmicas desempenham um papel complementar e de reserva no fornecimento. Segundo a EPE, este quadro tende a se manter, reforçado por fontes renováveis como a energia eólica e biomassa, também em caráter complementar.

Há atualmente, por parte do mercado, dos órgãos reguladores, bem como do próprio governo o entendimento da imprescindibilidade das térmicas a carvão como forma de dar segurança ao abastecimento necessário às demandas atuais e futuras de energia elétrica, pois estas têm sido despachadas permanentemente.

Segundo o PNE 2030, dois terços do território nacional estão cobertos por dois biomas de alto interesse do ponto de vista ambiental: amazônia e cerrado. Observa-se que 70% do potencial hidrelétrico brasileiro a ser aproveitado localiza-se nesses biomas. Nesse sentido, pode-se antever grandes dificuldades para a expansão da oferta hidrelétrica. Este estudo aponta para desafios para a construção de novas hidrelétricas, seja pela limitação ambiental, que somente direciona para a implantação de UHEs com reservatórios a fio d'água, ou pela inexistência de maior potencial hidráulico para exploração competitiva, seja pelo ponto de vista técnico e econômico de locais que estejam fora de áreas ambientalmente protegidas, ou terras indígenas. Assim, as térmicas de base serão fundamentais para a expansão do SIN.

Isto fica evidenciado pelos leilões tipo A-5 já realizados e programados para energia elétrica a carvão e pela inserção deste tipo de energia, conforme decisão da EPE evidenciada no Plano Decenal de Energia, as térmicas são vocacionadas para cobrir a sazonalidade das outras fontes de energia.

d) Ameaças e oportunidades observadas no seu ambiente de negócio

As ameaças internas decorrentes das condições operacionais e financeiras da empresa se materializaram e impactaram nos resultados da Companhia em exercícios anteriores e em 2015. Entre as principais estão os níveis insuficientes de geração de energia, as paradas não programadas e pequenas interrupções da atividade produtiva que somadas, impactaram nos quantitativos médios anuais de MW gerados.

Também contribuiu para o resultado negativo do exercício de 2015 o nível de endividamento da Companhia, onde as despesas financeiras representadas pelo serviço da dívida, composta por amortizações e juros, tiveram grande relevância na composição do resultado negativo do período. Além disso, eventos operacionais ocorridos entre novembro e dezembro de 2014 tiveram reflexo financeiro no exercício de 2015.

A não definição por parte do Ministério de Minas e Energia quanto à renovação das concessões da UTE Presidente Médici contribuíram negativamente na implementação das estratégias de consolidação e expansão do negócio definidas pela gestão de 2014, orientadas pelo Plano Diretor de Negócios e Gestão da Eletrobras 2015-2019 e pelo Planejamento Estratégico da Eletrobras CGTEE 2012-2021.

Destacamos como oportunidade ao final do exercício de 2015 a negociação conduzida pela gestão da empresa junto à Eletrobras para a elaboração de uma nova estratégia para o período de 2016 a 2020, contemplando a equacionalização do contencioso financeiro (inadimplência e endividamento), combinado com uma perspectiva de expansão sustentável através de parcerias.

e) Informações gerenciais sucintas sobre o relacionamento da unidade jurisdicionada com os principais clientes de seus produtos e serviços

O relacionamento da Eletrobras CGTEE com os clientes, representados pelas distribuidoras de energia, se difere do relacionamento com o consumidor final, pois a atuação da Eletrobras CGTEE se restringe à geração de energia e não a sua distribuição.

Em razão do relacionamento ser formalizado em contratos no ambiente regulado, a CCEE disciplina a relação comercial entre geradores e distribuidores. A seguir, os contratos de comercialização de energia vigentes em 2015:

Contratos CCEAR – 2º Leilão de Energia Existente

Em decorrência do 2º Leilão de Energia Existente (LEE), realizado em 02/04/2005, a Eletrobras CGTEE assinou CCEARs com 34 empresas distribuidoras de energia elétrica. No decorrer dos anos ocorreram os processos de MCSDs com acréscimo de distribuidoras, totalizando 41 clientes atrelados a este leilão. O montante total comercializado vinculado a este produto foi de 867,06 GWh.

Contratos CCEAR – 4º Leilão de Energia Existente

Em decorrência do 4º LEE, realizado em 11/10/2005, a Eletrobras CGTEE assinou CCEARs com 17 distribuidoras de energia elétrica. Após as realizações do mecanismo MCSD, o número de clientes vinculados a este leilão passou a ser 38 distribuidoras. Neste leilão foram comercializados 283,70 GWh.

Contratos CCEAR – 1º Leilão de Energia Nova

Em decorrência do 1º Leilão de Energia Nova (LEN), realizado em 16/12/2005, a Eletrobras CGTEE assinou CCEARs do tipo por disponibilidade com 31 empresas distribuidoras de energia elétrica. Após as realizações do mecanismo MCSD, o número de clientes vinculados a este leilão passou a ser 36 distribuidoras. Neste leilão foram comercializados 2.557,92 GWh.

Resumidamente, as receitas referentes ao ano de 2015 foram:

- 2º Leilão de Energia Existente: R\$ 120,593 milhões;
- 4º Leilão de Energia Existente: R\$ 42,531 milhões;
- 1º Leilão de Energia Nova:
 - Receita Fixa: R\$ 508,175 milhões;
 - Receita Variável: R\$ 0,022 milhões.

No que concerne à compra de energia, o único fornecedor em 2015 foi a Eletronorte Centrais Elétricas do Norte do Brasil S/A, empresa componente do Sistema Eletrobras, através da aquisição de 135MW para suprimento dos contratos, em função das indisponibilidades desta unidade.

f) Descrição dos riscos de mercado e as estratégias para mitigá-los

O principal risco de mercado identificado pela Eletrobras CGTEE consiste na Disponibilidade de Geração.

Foram tomadas medidas com o objetivo de cumprir as projeções de geração estimadas, a fim de evitar paradas não programadas nas unidades. A empresa, em 22/05/2015, constituiu a Diretoria de Operação, com a finalidade de priorizar ações na operação e manutenção do Complexo Termelétrico de Candiota. As principais iniciativas ocorridas no período foram: a implantação da Manutenção Centrada na Confiabilidade, consolidação de indicadores operacionais, fortalecimento das áreas de engenharia de manutenção e operação, bem como a ampliação da qualificação e treinamento dos empregados para atuação nos processos finalísticos da empresa. As ações específicas estão descritas no item 3.3 deste Relatório (Desempenho Operacional). O impacto positivo deverá ocorrer a médio prazo, porém a expectativa da Eletrobras CGTEE é de que, já em 2016 possa ser verificado.

g) Principais mudanças de cenários ocorridas nos últimos exercícios

A Medida Provisória 579, de 11/09/2012, convertida na Lei nº 12.783 vem impactando desde 2013 a estratégia do Setor Elétrico Nacional, em razão dos ajustes praticados pelo Governo Federal sobre a dinâmica de operação, manutenção e expansão do setor. Para contemplar as novas condições em que as concessões vincendas foram prorrogadas, a nova ordem é maximizar a eficiência e minimizar custos.

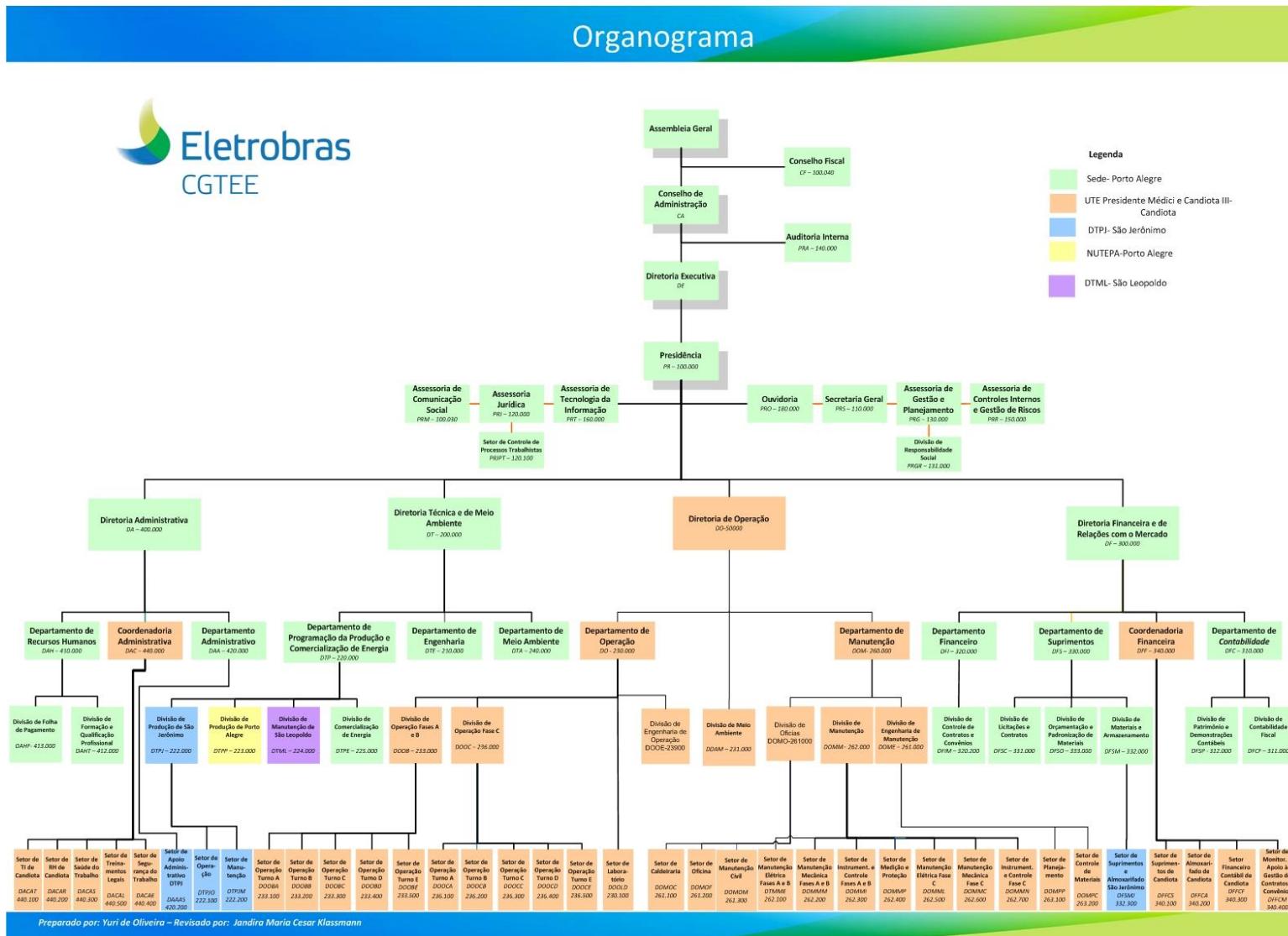
O mercado brasileiro de energia continua e continuará dependente principalmente da energia hidroelétrica e da gestão dos estoques de água nos seus reservatórios para atender ao consumo de eletricidade, complementada pelas térmicas e por outras fontes renováveis como eólicas e a biomassa.

Tendo em vista a proximidade de esgotamento da construção de grandes usinas hidrelétricas, vislumbra-se expansão do sistema através de PCHs e através de outras fontes renováveis como eólicas, biomassa e solar. Também é previsto que a utilização de fontes não renováveis como térmicas nucleares, a Gás e a Carvão deverão ter maior participação no Sistema Elétrico Nacional para conceder um grau de segurança maior a este, bem como para suprir o aumento da demanda de energia de um país em desenvolvimento.

h)as informações referenciadas nas alíneas “a” a “g” acima devem ser contextualizadas, também, em relação ao ambiente de atuação de eventuais unidades descentralizadas com autonomia de atuação

Não se aplica à UPC.

3.4.Organograma



Preparado por: Yuri de Oliveira - Revisado por: Jandira Maria Cesar Klassmann

Ilustração 01: Organograma da Eletrobras CGTEE
Fonte: PRG – Assessoria de Gestão e Planejamento

Quadro 1 - Informações sobre áreas ou subunidades estratégicas

No detalhamento abaixo destacamos as áreas e subunidades mais estratégicas na gestão da empresa:

Áreas/ Subunidades Estratégicas	Competências	Titular	Cargo	Período de atuação 2015
Assembleia Geral	Órgão colegiado com poder de decisão sobre todos os negócios da Empresa e resoluções que julgar convenientes à sua defesa e desenvolvimento; eleição dos membros do Conselho de Administração, quando for o caso, e do Conselho Fiscal.	***	***	***
Conselho de Administração	Órgão colegiado de mais alto nível da administração da Eletrobras CGTEE que tem como finalidade estabelecer as diretrizes e as políticas maiores da Companhia.	Valter Luiz Cardeal de Souza Josias Matos de Araújo Armando Casado de Araujo Mauro Henrique Moreira Souza Sereno Chaise Francisco Romário Wojcicki Mauro Henrique Moreira Souza Ricardo Spanier Homrich Walter Baere de Araujo Filho Jaime Renato Esteve Garcia Cezaraugusto Gomes Scalcon Paulo André Argenta	Presidente Presidente Presidente Presidente Interino Conselheiro Conselheiro Conselheiro Conselheiro Conselheiro Conselheiro Conselheiro Conselheiro Conselheiro	01/01/15 a 10/08/15 10/11/15 a 29/12/15 29/12/15 a 31/12/15 10/08/15 a 10/11/15 01/01/15 a 10/11/15 10/11/15 a 31/12/15 01/01/15 a 31/12/15 01/01/15 a 31/12/15 03/07/15 a 31/12/15 30/04/15 a 31/12/15 01/01/15 a 30/04/15 01/01/15 a 03/07/15
Conselho Fiscal	Órgão colegiado responsável pela fiscalização dos atos dos administradores da Eletrobras CGTEE, e verificação do cumprimento dos seus deveres legais e estatutários.	Renato Soares Sacramento Rosangela da Silva Rosangela da Silva Janete Duarte Pedro Paulo da Cunha	Presidente Presidenta Interina Conselheira Conselheiro Conselheiro	01/01/15 a 26/08/15 26/08/15 a 31/12/15 01/01/15 a 31/12/15 01/01/15 a 31/12/15 26/08/15 a 31/12/15
Auditória Interna	Planejar, coordenar e executar a auditoria de processos, auditoria de gestão, acompanhamento e apoio à auditoria externa e atendimento às demandas do Conselho de Administração.	Anselmino Neuro Spessato	Chefe da Auditoria Interna	01/01/15 a 31/12/15
Diretoria Executiva	Órgão executivo de administração e representação, cabendo-lhe, dentro da orientação traçada pela Assembleia Geral e pelo Conselho de Administração, assegurar o funcionamento regular da Eletrobras CGTEE	Sereno Chaise Francisco Romário Wojcicki Clóvis Ilgenfritz da Silva Luiz Henrique de Freitas Schnor Sandro Figueiredo de Oliveira Rubem Abrahão Gonçalves Filho	Presidente Presidente Diretor Diretor Diretor Diretor	01/01/15 a 10/11/15 10/11/15 a 31/12/15 01/01/15 a 31/12/15 01/01/15 a 31/12/15 01/01/15 a 31/12/15 22/05/15 a 31/12/15
Presidência	Encarregada da orientação política administrativa, de	Sereno Chaise	Presidente	01/01/15 a 10/11/15

	superintender os negócios e da representação da Eletrobras CGTEE.	Francisco Romário Wojcicki	Presidente	10/11/15 a 31/12/15
Ouvidoria	Receber, analisar e encaminhar para solução reclamações, denúncias, sugestões, informações, questionamentos e elogios provenientes das Partes Interessadas.	Edi Lourdes Girardi	Ouvidora	01/01/15 a 31/12/15
Secretaria Geral	Prestar assessoramento à Assembleia Geral, ao Conselho Fiscal, ao Conselho de Administração, à Diretoria Executiva e ao Diretor Presidente.	Rosemari Nunes da Silva	Chefe da Secretaria Geral	01/01/15 a 31/12/15
Assessoria Jurídica	Efetuar o controle da documentação jurídica, representar judicialmente a empresa, executar a interposição de recursos, emitir pareceres jurídicos.	Joelto Frasson	Chefe da Assessoria	01/01/15 a 31/12/15
Assessoria de Controles Internos e Gestão de Riscos	Avaliar os controles internos em nível de entidade (<i>Entity Level</i>); Avaliar e monitorar a estrutura de controles internos da Empresa, em aderência às regras estabelecidas pelo artigo 404 da Lei Sarbanes-Oxley; Coordenar a identificação e a avaliação dos riscos corporativos da Empresa; Realizar a identificação das unidades organizacionais responsáveis pela avaliação e tratamento dos principais riscos (“ <i>risk owners</i> ”).	Jonas Koehler Pinto	Chefe da Assessoria	01/01/15 a 31/12/15
Assessoria de Gestão e Planejamento	Elaborar e coordenar o planejamento estratégico da Companhia, realizar o relacionamento institucional com os órgãos federais de planejamento, executar o acompanhamento de metas organizacionais, coordenar a produção e atualização de normas e análise administrativa.	Graciele Mafalda dos Santos	Chefe da Assessoria	01/01/15 a 31/12/15
Assessoria de Comunicação	Prestar assessoramento técnico nas áreas de Comunicação e Marketing, publicidade e propaganda, eventos promocionais, publicações legais e institucionais.	Guaracy Souza Cunha	Chefe da Assessoria	01/01/15 a 31/12/15
Assessoria de Tecnologia de Informação	Administrar e coordenar os sistemas informatizados, assessorar o setor de tecnologia da informação do Complexo Termelétrico de Candiota coordenar o comitê de tecnologia da informação.	Marcelo Ney Marques	Chefe da Assessoria	01/01/15 a 31/12/15
Diretoria Técnica e de Meio Ambiente	Estudar, planejar e projetar os sistemas de geração e instalações de transmissão, transformação e transporte	Luiz Henrique de Freitas Schnor	Diretor Técnico e de Meio Ambiente	01/01/15 a 31/12/15

	de energia elétrica; Planejar o provimento da energia demandada pelas empresas supridas pela Companhia, atendendo aos requisitos de mercado;			
Departamento de Engenharia	Coordenar, planejar, propor normas, orientar e supervisionar as atividades de: Projeto e construção de sistemas de produção Projeto e construção de sistemas de telecomunicações, supervisão e controle de empreendimentos em operação. Projeto e construção de novas edificações dos empreendimentos em operação Estudos de análise, viabilidade técnica, econômica de projetos e empreendimentos. Implementação e acompanhamento do Programa de Pesquisa e Desenvolvimento P&D	Gilmar Bohrz	Chefe de Departamento	01/01/15 a 31/12/15
Departamento de Meio Ambiente	Coordenar a Gestão Ambiental, Participar do planejamento da expansão do sistema de produção a curto, médio e longo prazo; Participar do planejamento das atividades de operação e manutenção do sistema de produção; Acompanhar os efeitos ambientais ocasionados pelo sistema de produção, aprimorando e ampliando as ações, visando a implantação de medidas mitigantes dos danos decorrentes das atividades no ecossistema regional; Executar as ações relativas ao processo de licenciamento ambiental;	Jose Hilton da Silva Cardoso	Chefe de Departamento	01/01/15 a 31/12/15
Departamento de Programação Produção e Comercialização de Energia	Coordenar, planejar, orientar, propor normas, executar e supervisionar as atividades de: Operação e manutenção dos sistemas de produção junto ao SIN (Sistema Interligado Nacional) e ONS (Operador Nacional do Sistema); Acompanhamento, avaliação e controle da energia gerada e dos seus custos ; Gestão de combustíveis para os sistemas de produção; Gestão dos indicadores de produção (operação e manutenção); Comercialização de energia.	Mauricio Ditter Wallauer	Chefe de Departamento	01/01/15 a 31/12/15

Departamento de Manutenção	Elaborar, implantar e acompanhar, sob a orientação do departamento de manutenção, os procedimentos de manutenção do Complexo Termelétrico de Candiota.	Giovane Gasso Brião Mário Augusto Flores Furquim	Chefe de Departamento	01/01/15 a 17/08/15 17/08/15 a 31/12/15
Departamento de Operação	Coordenar, planejar e executar, sob a orientação do Departamento de Operação, as atividades de monitoramento dos setores de operação do Complexo Termelétrico de Candiota.	José Hermínio R.de Borba Rodrigo Lucas Bortoluzzi	Chefe de Departamento	01/01/15 a 08/05/15 08/05/15 a 31/12/15

Fonte: PRG - Assessoria de Gestão e Planejamento

3.5. Macroprocessos finalísticos

Quadro 2 – Macroprocessos Finalísticos

Macroprocessos	Descrição	Produtos e Serviços	Principais Clientes	Subunidades Responsáveis
Operação e Manutenção da Geração de Energia	Contempla desde o planejamento da produção de energia até a gestão do desempenho da produção de energia, objetivando otimizar o despacho de energia atendendo aos requisitos técnicos, comerciais e regulatórios, com segurança, qualidade e economicidade.	MW Serviços referem-se à manutenção da planta de produção de energia	Distribuidoras de Energia ONS	Complexo Termelétrico de Candiota As subáreas diretamente envolvidas são a Diretoria Técnica e de Meio Ambiente e, a Diretoria de Operação e as áreas a elas subordinadas.
Elaboração de Estratégia de Comercialização de Energia Existente e Gestão de Contratos	Contempla desde a análise da regulação, passando pela elaboração dos cenários e definição de estratégias de comercialização, até a gestão dos contratos, objetivando comercializar energia existente minimizando os riscos associados ao processo, otimizando o portfólio de contratos e maximizando a receita líquida do negócio.	MW Contratos de comercialização e/ou de compra de energia.	Distribuidoras de Energia Internamente, o principal cliente é o Departamento Financeiro CCEE	As subáreas diretamente envolvidas são a Diretoria Técnica e de Meio Ambiente e o Departamento de Programação da Produção e de Comercialização de Energia

Fonte: PRG – Assessoria de Gestão e Planejamento

A definição dos processos finalísticos, bem como os de apoio, da empresa foram definidos em consonância com o Plano Estratégico do Sistema Eletrobras e com o Plano Diretor de Gestão das Empresas Eletrobras.

Considerando que a Eletrobras CGTEE é uma empresa de geração de energia elétrica, foi definido o Macroprocesso “Operação e Manutenção da Geração de Energia”. Este Macroprocesso foi concebido como forma de otimizar o atendimento à programação da produção e de manutenção, objetivando maximizar a disponibilidade e confiabilidade, buscando atender aos contratos e despachos de energia do ONS. Além disso, busca atender os requisitos técnicos quantitativos e qualitativos e de temporalidade, bem como os comerciais e regulatórios com segurança, qualidade e economicidade.

No que se refere ao Macroprocesso “Elaboração de Estratégia de Comercialização de Energia Existente e Gestão de Contratos” foi conduzido de forma a adequar-se empresarialmente ao atendimento aos despachos de energia do ONS, buscando atender aos requisitos técnicos quantitativos e qualitativos e de temporalidade, bem como os comerciais e regulatórios com segurança, qualidade e economicidade.

Os principais parceiros relacionados à consecução dos objetivos finalísticos, especificamente ao Macroprocesso de Manutenção e Operação estão relacionados na tabela a seguir:

PARCEIRO	OBJETO
CEEE	Transmissão de Energia
Eletrobras	Diretrizes estratégicas, empréstimos, aporte de capital
ONS	Despacho de Energia
MME	Diretrizes Estratégicas e Operacionais
ANEEL	Fiscalização, diretrizes e normas
CRM	Suprimento de carvão mineral e serviços agregados
Alstom Power Service	Fornecimento de equipamentos para turbinas e assistência técnica
Invensys Systems do Brasil LTDA	Automação e controle das UGs 3 e 4
Petrobras Distribuidora S/A	Fornecimento de fuel-oil
Caltec Química Industrial S/A	Fornecimento de cal virgem
Incafel Ind. E Comércio LTDA	
Cementos Del Plata S/A	
Torque Power Service LTDA	Remoção de resíduos industriais e operação dos sistemas de manuseio de cinzas e subproduto FGD
RVT Construtora LTDA	Serviços de apoio técnico
Ansaldo Energia S/A	Serviços técnicos nas UGs 1 e 2
Fundação Luiz Englert	Serviços de monitoramento ambiental
Enerwatt Engenharia LTDA	Instalação de sistema de coleta de dados relacionados à medição de combustíveis utilizados no Complexo Termelétrico de Candiota
GE Betz do brasil LTDA	Assistência técnica de programa de tratamento de água para sistema de refrigeração da UTE Candiota III
Centroprojekt	Serviços e materiais para estação de desmineralização de água da UTE Presidente Médici
CCEE	Compensação de créditos e débitos de energia elétrica
IBAMA	Fiscalização e autorizações ambientais

Tabela 6: Principais parceiros da Eletrobras CGTEE

Fonte: DFIM- Divisão de Monitoramento e Apoio à Gestão de Contratos

3.6.Composição acionária do capital social

Quadro 3 – Composição acionária do capital social

Cia de Geração Térmica de Energia Elétrica – Eletrobras CGTEE			
DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DE COMPOSIÇÃO ACIONÁRIA DA ELETROBRAS CGTEE			
Ações Ordinárias (%)		Posição em	
ACIONISTAS		31/12/2015	31/12/2014
Governo	Tesouro Nacional	00	00
	Outras Entidades Governamentais	99,99271540	99,99302366
	Fundos de Pensão que recebem recursos públicos	00	00
	Ações em Tesouraria	0,002758112	0,0027581
	% Governo	99,99547351	99,9957817
Free Float	Pessoas Físicas	0,004528483	0,00042183
	Pessoas Jurídicas	00	00
	Capital Estrangeiro	00	00
	% free float	0,004526483	0,00042183
Subtotal Ordinárias (%)		100,00	100%
Ações Preferenciais (%)		Posição em	
ACIONISTAS		31/12/2015	31/12/2014
Governo	Tesouro Nacional	00	00
	Outras Entidades Governamentais	00	00
	Fundos de Pensão que recebem recursos públicos	00	00
	Ações em Tesouraria	00	00
	% Governo	00	00
Free Float	Pessoas Físicas	00	00
	Pessoas Jurídicas	00	00
	Capital Estrangeiro	00	00
	% free float	00	00
Subtotal Preferenciais (%)			
Total		100%	100%

Fonte: PRS – Secretaria Geral

3.7.Participação em outras sociedades

Não ocorreu no período

3.8.Principais eventos societários ocorridos no exercício

Não ocorreu no período

4. PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL E DESEMPENHOS ORÇAMENTÁRIO E OPERACIONAL

4.1. Planejamento Organizacional

Contexto Empresarial

O planejamento da organização referente ao exercício de 2015 foi estabelecido no Plano de Negócios da Eletrobras CGTEE 2014 a 2018 o qual, por determinação da Eletrobras, foi revisado no exercício e redirecionado para o estudo dos cenários possíveis para o futuro da empresa.

O foco da análise supracitada constitui-se na elaboração de uma nova estratégia para o quinquênio 2016-2020, que permita a equalização dos principais desafios da Unidade, bem como a perspectivas de expansão sustentável do negócio.

Projeta-se para o início de 2016 a aprovação nas instâncias corporativas da empresa do Plano de Negócios e Gestão 2016 a 2020.

4.1.1. Descrição sintética dos objetivos do exercício

Planejamento Estratégico

O Planejamento Estratégico para o decênio 2012 a 2021¹ apresenta os seguintes objetivos estratégicos finalísticos:

Objetivos Estratégicos Finalísticos
Objetivo 01: Consolidar e expandir os negócios de geração térmica a carvão mineral de forma sustentável e rentável.
Objetivo 02: Diversificar a matriz energética prioritariamente no eixo térmico.
Objetivo 03: Desenvolver e implementar políticas de sustentabilidade contribuindo para o desenvolvimento das regiões de influência.

Tabela 7: Objetivos Estratégicos Finalísticos

Fonte: Fonte: Planejamento Estratégico da Eletrobras CGTEE 2012/2021

No transcurso do exercício de 2015, a empresa buscou avançar na consecução dos Objetivos 01 e 03 supracitados, aplicando recursos contemplados no PPA (conforme ações 3372, 4493 e 3380 as quais descreveremos a seguir). Quanto ao Objetivo 02 “*Diversificar a matriz energética prioritariamente no eixo térmico*”, no exercício de 2015, por uma opção de gestão, não houve ações relacionadas.

Objetivo 01: *Consolidar e expandir os negócios de geração térmica a carvão mineral de forma sustentável e rentável.*

- Ação 3372 - Revitalização da Usina Termelétrica Presidente Médici – UPME com 446 MW em Candiota – RS

¹ Fonte: Planejamento Estratégico da Eletrobras CGTEE para 2012 a 2021.

Este projeto visa consolidar através da recuperação da capacidade operacional, a vida útil e a disponibilidade da UPME. Incluem-se também os melhoramentos a serem realizados nos equipamentos industriais. Em 2015 foram investidos R\$ 10,15 milhões neste programa.

- Ação 4493 – Manutenção de Sistema de Geração de Energia Elétrica na Região Sul

Visa a consolidação através da permanente manutenção, contemplando adequações e substituições nos equipamentos instalados nos sistemas das unidades operacionais da Eletrobras CGTEE, a fim de garantir confiabilidade à geração de energia das plantas industriais da empresa. Contemplam inclusive a aquisição de peças, componentes e serviços. Em 2015 foram investidos R\$ 6,76 milhões.

Objetivo 03: Desenvolver e implementar políticas de sustentabilidade contribuindo para o desenvolvimento das regiões de influência.

- Ação 3380 – Adequação Ambiental das UG3 e 4 da UPME.

O objetivo deste programa é adequar as UGs 3 e 4 da UTE Presidente Médici aos padrões de emissões atmosféricas determinados pelo Instituto Brasileiro de Meio Ambiente (IBAMA). Em 2015 foram investidos R\$ 0,681 milhões.

- No campo social, a Eletrobras CGTEE investiu quantitativa e qualitativamente nas comunidades (com apoio das prefeituras) nas áreas de educação, cultura, esporte, autossustentação alimentar, inserção dos jovens no mercado de trabalho e promoção da equidade de gênero. O montante de investimentos, (excetuados os decorrentes de determinações legais) alcançou aproximadamente R\$ 1,2 milhões, conforme Balanço Social 2015.

A seguir os objetivos estratégicos de gestão e os principais destaques para o exercício de 2015:

Objetivos Estratégicos de Gestão
Objetivo 04: Aprimorar a gestão de pessoas visando atrair, desenvolver e reter talentos para a Eletrobras CGTEE.
Objetivo 05: Implantar novo modelo de suporte aos negócios que garanta uma operação integrada, rentável e competitiva.
Objetivo 06: Desenvolver modelo de gestão empresarial e organizacional baseado nas melhores práticas.

Tabela 8: Objetivos Estratégicos de Gestão
Fonte: Planejamento Estratégico da Eletrobras CGTEE 2012/2021

Objetivo 04: Aprimorar a gestão de pessoas visando atrair, desenvolver e reter talentos para a Eletrobras CGTEE.

Em 2015 desenvolvemos o 4^a ciclo do Sistema de Gestão de Desempenho, estabelecendo metas empresariais e por equipe, priorizando o aumento da geração, e diminuição do PMSO. Tal processo, além

de proporcionar o desenvolvimento do corpo funcional, está sendo utilizado como instrumento de gestão para percepção dos objetivos estratégicos finalísticos.

Além disso, destaca-se o programa de treinamento, tendo como foco os processos finalísticos. No caso da área meio, o processo priorizado foi o de suprimentos.

Objetivo 05: *Implantar novo modelo de suporte aos negócios que garanta uma operação integrada, rentável e competitiva.*

A estratégia relacionada a este objetivo está centrada na Tecnologia de Informação. Foi objeto de estudos a capacidade de processamento e *storage*, havendo necessidade de expansão, aprimoramentos e atualização, os quais foram iniciados em 2013, tendo em 2014 atingido um montante de R\$2,5 milhões e em 2015 o valor de R\$898.174 mil.

Objetivo 06: *Desenvolver modelo de gestão empresarial e organizacional baseado nas melhores práticas.*

Em 2015 a empresa iniciou o processo de reestruturação organizacional, buscando a racionalização e reordenamento dos processos fins e de suporte, com objetivo de maximizar a eficiência e reduzir seus custos operacionais. Projeta-se para o primeiro semestre de 2016 a sua implementação.

4.1.2. Estágio de implementação do planejamento estratégico

O Planejamento Estratégico 2012/2021, aderente ao Planejamento Estratégico do Sistema Eletrobras, está formalmente implementado na empresa, conforme Resolução de Diretoria, nº 291/2011.

Entretanto, salienta-se que o mesmo, do ponto de vista qualitativo, está em fase intermediária de implementação, uma vez que os objetivos estratégicos finalísticos e de gestão não foram plenamente executados. Alguns fatos contribuíram para a implementação parcial dos objetivos previstos, conforme demonstramos a seguir.

A empresa atravessou no exercício de 2015 uma séria crise financeira decorrente de penalidades contratuais referente à energia gerada pela UTE Candiota III, em face principalmente de problemas operacionais ocorridos entre novembro e dezembro de 2014 na Unidade, mas que tiveram efeitos financeiros no exercício. Tal situação levou a empresa a uma situação crítica de inadimplência, que só não inviabilizou os processos de geração em virtude o auxílio da Eletrobras e do intenso processo de negociação das dívidas efetuada pela gestão da Eletrobras CGTEE.

No contexto econômico-financeiro, verificou-se a premente necessidade de viabilizar três questões: o equacionamento do endividamento da empresa, o tratamento da inadimplência atual e a adequação dos custos operacionais. Os dois primeiros temas passam por um processo de negociação com a Eletrobras, enquanto o terceiro demanda um intenso esforço da Alta Gestão em estabelecer e implementar um conjunto de medidas visando a redução das despesas operacionais, tendo como objetivo o alcance do PMSO regulatório estabelecido pela Eletrobras. O projeto de Reestruturação Organizacional tem o objetivo de atingir este desafio.

Ademais, um aspecto regulatório que mereceu destaque foi a Resolução Normativa da ANEEL nº 500/2012, de 17/07/2012, que estabelece os procedimentos para reembolso do custo de combustíveis de empreendimento que utilize carvão mineral nacional por intermédio da Conta de Desenvolvimento Energético – CDE. A revisão desta resolução, objeto de ação judicial pela empresa, é uma premissa importante do plano PNG 2016-2020.

Em 2016, o Planejamento Estratégico deverá ser objeto de revisão em consonância com a atualização do Planejamento Estratégico do Sistema Eletrobras.

4.1.3. Vinculação dos planos da unidade com as competências institucionais e outros planos

A missão institucional da Eletrobras CGTEE é “Gerar energia elétrica com rentabilidade promovendo o desenvolvimento sustentável”. Nesse sentido, tanto o Planejamento Estratégico quanto o Plano de Negócios vigente vinculam-se a esta finalidade, que é a razão da existência da empresa.

Destacamos que os objetivos estratégicos dispostos nos Planos supracitados vinculam a aplicação dos recursos e ações de investimentos conforme evidenciado no item 3.1.1 – Descrição Sintética dos Objetivos do Exercício.

4.2. Desempenho Orçamentário

4.2.1. Execução física e financeira das ações da LOA de responsabilidade da unidade

O Investimento Realizado em 2015 alcançou 13,9% do investimento aprovado. Tal comportamento decorre da redução drástica da ROL e de atrasos em processos licitatórios necessários para aquisição de materiais e serviços, que apoiam os projetos previstos. O projeto de Revitalização da UTE Presidente Médici atingiu 48,7% do orçamento aprovado, representando um investimento de R\$11,2 milhões. O Projeto de Adequação Ambiental alcançou um percentual de 0,9%, equivalente a um montante de R\$681 mil. O programa de Manutenção do Sistema de Geração atingiu 15,3% da dotação aprovada, representando um investimento de R\$11,7 milhões. O projeto de Manutenção e Adequação de TIC não avançou no mês de dezembro, mantendo uma execução de 28,1%, com investimento de R\$898 mil.

4.2.1.1. Ações de Relacionadas a Programa Temático do PPA de Responsabilidade da UPC – OFSS

Não se aplica à UPC

4.2.1.2. Ação/Subtítulos – OFSS

Não se aplica à UPC

4.2.1.3. Ações não Previstas LOA do exercício – Restos a Pagar – OFSS

Não se aplica à UPC

4.2.1.4. Ações do Orçamento de Investimento

Quadro 4 – Ações do Orçamento do Investimento

Identificação da Ação											
Código	3372 Tipo:P										
Título	Revitalização da UTE Presidente Médici – UPME com 446MW em Candiota – RS										
Iniciativa	01.G1										
Objetivo	Promover a manutenção das instalações de geração e de transmissão de energia elétrica, visando a confiabilidade e a segurança do sistema Código:437										
Programa	Energia Elétrica		Código: 2033 Tipo: -								
Unidade Orçamentária	25.752.2033.3372.0043										
Ação Prioritária	(<input type="checkbox"/>) Sim (<input checked="" type="checkbox"/>) Não		Caso positivo: (<input type="checkbox"/>) PAC		(<input type="checkbox"/>) Brasil sem Miséria (<input type="checkbox"/>) Outras						
Execução Financeira e Física											
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física – Meta								
Dotação Inicial	Dotação Final	Valor Realizado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Previsto	Reprogramado	Realizado				
23.003.708,00	23.003.708,00	11.207.258,00	Promover a manutenção de 7.100 MW das instalações de geração do Sistema Elétrico Brasileiro.	MW	155	131	119,86				

Quadro 5 – Ações do Orçamento do Investimento

Identificação da Ação											
Código	4493 Tipo:A										
Título	Manutenção do Sistema de Geração de Energia na Região Sul										
Iniciativa	01.G1										
Objetivo	Promover a manutenção das instalações de geração e de transmissão de energia elétrica, visando a confiabilidade e a segurança do sistema Código:437										
Programa	Energia Elétrica		Código: 2033 Tipo: -								
Unidade Orçamentária	25.752.2033.4493.0040										
Ação Prioritária	(<input type="checkbox"/>) Sim (<input checked="" type="checkbox"/>) Não		Caso positivo: (<input type="checkbox"/>) PAC		(<input type="checkbox"/>) Brasil sem Miséria (<input type="checkbox"/>) Outras						
Execução Financeira e Física											
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física – Meta								
Dotação Inicial	Dotação Final	Valor Realizado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Previsto	Reprogramado	Realizado				
76.325.980,00	76.325.980,00	11.713.085,00	Promover a manutenção de 7.100 MW das instalações de geração do Sistema Elétrico Brasileiro.	MW	306	796	251,59				

Quadro 6 – Ações do Orçamento do Investimento

Identificação da Ação												
Código	3380	Tipo: P										
Título	Adequação Ambiental da Usina Termelétrica Presidente, Fases A e B, em Candiota, RS											
Iniciativa	01.G1											
Objetivo	Promover a manutenção das instalações de geração e de transmissão de energia elétrica, visando a confiabilidade e a segurança do sistema Código:437											
Programa	Energia Elétrica	Código: 2033	Tipo: -									
Unidade Orçamentária	25.752.2033.4493.0043											
Ação Prioritária	() Sim (X)Não	Caso positivo: ()PAC () Brasil sem Miséria () Outras										
Execução Financeira e Física												
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física – Meta									
Dotação Inicial	Dotação Final	Valor Realizado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Previsto	Reprogramado	Realizado					
73.200.000,00	73.200.000,00	681.790,00	Promover a manutenção de 7.100 MW das instalações de geração do Sistema Elétrico Brasileiro.	*	*	*	*					

*Não há execução de Meta Física. A meta principal na execução dos projetos/programas da adequação ambiental é o cumprimento do Termo de Ajuste de Conduta desta forma, a execução física e/ou financeira influencia indiretamente na capacidade de geração da Usina. Data Conclusão: 31/12/2017

Quadro 7 – Ações do Orçamento do Investimento

Identificação da Ação							
Código	4101	Tipo: P					
Título	Adequação e manutenção de Bens Imóveis						
Iniciativa	01.G1						
Programa	Gestão e Manutenção de Infraestrutura de Empresas Estatais Federais Código:807 Tipo: -						
Unidade Orçamentária	25.122.0807.4101.040						
Ação Prioritária	() Sim (X)Não	Caso positivo: ()PAC () Brasil sem Miséria () Outras					
Execução Financeira e Física							
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física – Meta				
Dotação Inicial	Dotação Final	Valor Realizado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Previsto	Reprogramado	Realizado
350.000,00	350.000,00	0,00	Promover a manutenção e adequação da infraestrutura de ativos de suporte ao negócio.	*	*	*	*

Quadro 8 – Ações do Orçamento do Investimento

Identificação da Ação											
Código	4102 Tipo: P										
Título	Adequação e manutenção de Bens Móveis, Veículos, Máquinas e Equipamentos										
Iniciativa	01.G1										
Programa	Gestão e Manutenção de Infraestrutura de Empresas Estatais Federais				Código:807	Tipo: -					
Unidade Orçamentária	25.122.0807.4101.040										
Ação Prioritária	<input type="checkbox"/> Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não		Caso positivo: <input type="checkbox"/> PAC <input type="checkbox"/> Brasil sem Miséria <input type="checkbox"/> Outras								
Execução Financeira e Física											
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física – Meta								
Dotação Inicial	Dotação Final	Valor Realizado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Previsto	Reprogramado	Realizado				
450.000,00	450.000,00	65.631,00	Promover a manutenção e adequação da infraestrutura de ativos de suporte ao negócio.	*	*	*	*				

Quadro 9 – Ações do Orçamento do Investimento

Identificação da Ação											
Código	4103 Tipo: P										
Título	Manutenção e Adequação de Ativos de Informática										
Iniciativa	01.G1										
Programa	Gestão e Manutenção de Infraestrutura de Empresas Estatais Federais				Código:807	Tipo: -					
Unidade Orçamentária	25.122.0807.4101.040										
Ação Prioritária	<input type="checkbox"/> Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não		Caso positivo: <input type="checkbox"/> PAC <input type="checkbox"/> Brasil sem Miséria <input type="checkbox"/> Outras								
Execução Financeira e Física											
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física – Meta								
Dotação Inicial	Dotação Final	Valor Realizado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Previsto	Reprogramado	Realizado				
3.200.000,00	3.200.000,00	898.174,00	Promover a manutenção e adequação da infraestrutura de ativos de suporte ao negócio.	*	*	*	*				

4.2.2. Informações sobre execução das despesas

CÓDIGO CS	DESCRIÇÃO	TOTAL	Dotação Aprovada Decreto 8.631 de 30/12/15 e Ofício SEI-29774/2015-MP	% Aprovado
			REALIZADO	
1. RECEITAS				
6110X1102	Receita operações energia elétrica - suprimento	495.362.900	471.134.663	105%
6310XX1A	Renda de Aplicação Financeira - Juros	120.867	500.000	24%
6310XX9A	Doações e Subvenções - CCC	170.962.922	165.200.000	103%
6310XX10	Outras Receitas Financeiras	659.588	1.300.000	51%
671XXXC	Outras Receitas não Operacionais - Outros	4.024.478	4.500.000	89%
245B	Adiantamentos - Outros Acionistas	98.794.344	150.294.344	66%
22161H	Empréstimo de Longo Prazo - Eletrobras	177.955.654	370.628.172	48%
	TOTAL RECEITA	947.880.753	1.163.557.179	81%
2. INVESTIMENTO				
1320219C	Material, Serviços e Outros Alocados ao Investimento	23.667.764	173.329.688	14%
1320219D	TI - Aquis. Manut. De Equipamentos de TI	62.876	1.700.000	4%
1320219E	TI - Aquis. Manut. De Software de Processamentos de Dados	835.298	1.500.000	56%
	TOTAL INVESTIMENTO	24.565.938	176.529.688	14%
4. DÍVIDA				
21161J	Emprést Financ-Moeda Nacional / Estrangeira - Outros -Princ.	57.561.503	112.105.737	51%
21121L	Enc. Dívidas - M Nacional / Estrangeira - Financ. - Outros	83.549.891	79.764.467	105%
21161H	Emprést Financ-Moeda Nacional / Estrangeira - Outros -Princ.	31.024.065	36.790.763	84%
21121H	Enc. Dívidas - M Nacional / Estrangeira - Financ. - Outros	226.157.182	209.609.475	108%
	TOTAL DÍVIDA	398.292.641	438.270.442	91%
5. CUSTEIO				
6150XXX01A	Pessoal - Salários	28.679.642	29.042.526	99%
6150XXX02A	Honorários - Diretoria /Cons Administração / C. Fiscal	1.735.786	1.769.623	98%
6150XXX01B	Pes-Cont. INSS/FGTS/SESI/SENAI/Fér./FNDE/SENAI-Ad.	37.925.975	36.588.700	104%
6150XXX02B	Enc. Socias - Diretoria /Conselhos Administ.- Fiscal	351.891	409.856	86%
6150XXX01C	Pessoal-Horas Extras	4.490.784	5.130.784	88%
6150XXX01D	Pessoal-Gratificação da Função	2.388.314	2.245.505	106%
6150XXX01F	Pes. Ad./Hon.-Ins./Not./Per/Tran/Sob/Per/IT/S.	12.603.095	12.437.895	101%
6150XXX01G	Contribuição Patronal-Previdência Privada - Mantenedora	5.154.420	5.128.184	101%
6150XXX01R	Contribuição Patronal-Previdência Privada - Custo Adm.	472.696	473.792	100%
6150XXX01I	Contribuição Patronal-Assistência Médica	2.881.450	2.831.118	102%
6150XXX01O	Programa de Desligamento	1.280.966	1.208.968	106%
	SUBTOTAL PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	97.965.019	97.266.951	101%
6150XXX11A	Mat-Escr.Repr/Ins.Ele-Hid/Proc.Dados/Micros/Outros	98.376.160	105.687.320	93%
6150XXX12A	Mat e Produtos-Combustíveis/Lubr.(Vinc à Produção)	226.474.129	230.937.636	98%
6150XXX41B	Energia Elétrica Comprada	155.126.541	194.313.079	80%
6150XXX42	Encargos de Uso da Rede Transmissão/Distribuição	39.018.827	38.760.956	101%
	SUBTOTAL MATERIAL E PRODUTOS	518.995.657	569.698.991	91%
6150XXX21A	Manut Cons Equip Comput/P.Req./E.Proj/Ser.Tec.Adm.	6.209.043	6.944.924	89%
6150XXX21K	TI - Serviços	2.297.721	2.383.753	96%
6150XXX01J	Auxílio Transporte	2.513.773	2.955.443	85%
6150XXX01L	Auxílio Alimentação	9.034.751	9.565.600	94%
6150XXX01N	Auxílios (Educação, Creche e Outros)	1.480.185	1.533.576	97%
6150XXX01S	Treinamento Pessoal Próprio	364.211	645.617	56%
6150XXX01Q	TI - Treinamento	-	19.127	0%
6150XXX21C	Pes.J/F-Dem.Desp Man/Com/Tran/Vig/Lim/Div - Manutenção	54.189.528	52.599.827	103%
6150XXX21F	Publicidade Institucional	442.978	749.213	59%
6150XXX21H	Patrocínio	-	38.053	0%
6150XXX21I	Publicidade Legal	546.351	539.545	101%
	SUBTOTAL SERVIÇOS DE TERCEIROS	77.078.541	77.974.678	99%
6150XX21E	Serv Terc.-Pes Jurídica-Corresp/Energia Elet/Gas	1.399.307	1.600.000	87%
6X10X6X2X	Imp.Cont. S/Receita-Federais-Pasep/Cofins/ICMS/ISS	34.841.948	37.979.956	92%
6110X7131	RGR	14.648.187	16.778.367	87%
6150XXX38	ANEEL	2.208.788	2.268.000	97%
6150XXX39	FNDCT + MME	2.682.766	2.826.808	95%
6150XXX93	OUTROS	1.391.741	1.500.000	93%
6150XXX94A	ONS	41.116	40.000	103%
6150XXX94C	CCEE	658	389.468	0%
6150XXX94D	IOF	493.718	600.000	82%
	SUBTOTAL TRIBUTOS E ENCARGOS PARAFISCAIS	56.308.922	62.382.599	90%
6150XXX91B	Arren/Alug-Imóv-Inst.Trab-Cursos/Div/Maq/Veic/Outr	1.660.836	2.760.000	60%
21141A	PLR - Part.Lucros-Empregados	5.484.889	9.565.859	57%
615041199	Demandas Trabalhistas	10.233.853	9.000.000	114%
61594102X	CEPEL	71.407	100.000	71%
6150X1999	P&D - Pesquisa & Desenvolvimento	1.788.511	1.884.539	95%
6350XX9C	Outros Despesas Financeiras	41.210.789	36.174.231	114%
6350XXX100	Despesas Judiciais	114.661	200.000	57%
6150XXX99	Outros Disp. Correntes-Outros	11.506.409	14.374.311	80%
	SUBTOTAL DEMAIS DESPENDIOS CORRENTES	72.071.355	74.058.940	97%
	TOTAL CUSTEIO	823.818.801	882.982.159	93%
	RESUMO (1-2-3-4-5)	(298.796.627)	(334.225.110)	

21149B Dividendos Distribuídos

Tabela 9: Acompanhamento Orçamentário 2015

Fonte: DF- Diretoria Financeira

PDG: Aprovado pelo Decreto nº 8.383 de 29/12/2014 e Revisado pelo Decreto nº 8.631 de 30/12/2015 e Remanejamento através do Ofício SEI-29774/2015-MP de 18/12/2015.

OI: Aprovado pela Lei nº 13.115 de 20/04/2015.

4.2.2.1. Despesas por modalidade de contratação

Quadro 10 – Despesas por modalidade de contratação

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2015	2014	2015	2014
1. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f+g)	*	*	150.002.218,42	86.951.047,76
a) Convite	*	*	0	0
b) Tomada de Preços	*	*	219.560,10	114.987,33
c) Concorrência	*	*	47.351.587,85	11.477.937,13
d) Pregão	*	*	102.431.070,47	75.358.123,30
e) Concurso	*	*	0	0
f) Consulta	*	*	0	0
g) Regime Diferenciado de Contratações Públcas	*	*	0	0
2. Contratações Diretas (h+i)	*	*	22.884.554,39	60.347.225,28
h) Dispensa	*	*	12.950.675,72	40.407.880,21
i) Inexigibilidade	*	*	9.933.878,67	19.939.345,07
3. Regime de Execução Especial	*	*		
j) Suprimento de Fundos	*	*		
4. Pagamento de Pessoal (k+l)	*	*	68.875.888,28	66.593.996,65
k) Pagamento em Folha	*	*	68.761.529,90	66.459.289,68
l) Diárias	*	*	114.358,38	134.706,97
5. Outros	*	*		
6. Total (1+2+3+4+5)	*	*	241.648.302,71	213.892.269,80

Fonte: DFS - Departamento de Suprimentos

DF - Departamento Financeiro

Obs.: Despesa Liquidada não se aplica às Empresas de Economia Mista

4.2.3. Execução descentralizada com transferência de recursos

A Eletrobras CGTEE não recebe recursos oriundos do Orçamento Fiscal e de Seguridade Social. Portanto, os convênios e contratos de repasses executados pela Companhia são decorrentes de recursos próprios.

4.2.3.1. Resumo da prestação de contas sobre transferências concedidas pela UJ na modalidade de convênios, termo de cooperação e de contratos de repasse

Quadro 11 –Resumo da prestação de contas sobre transferências concedidas pela UJ na modalidade de convênios, termo de cooperação e de contratos de repasse

Valores em R\$ 1,00

Unidade Concedente					
Nome: COMPANHIA DE GERAÇÃO TÉRMICA DE ENERGIA ELÉTRICA – CGTEE					
UG/GESTÃO: DTA – Departamento de Meio Ambiente					
Exercício da Prestação das Contas	Quantitativos e montante repassados	Instrumentos (Quantidade e Montante Repassado)			...
		Convênios	Contratos de repasse		
Exercício do relatório de gestão	Contas Prestadas	Quantidade	02	0	
		Montante Repassado	132.680,00	0	
	Contas NÃO Prestadas	Quantidade	0	0	
		Montante Repassado	0	0	
Exercícios anteriores	Contas NÃO Prestadas	Quantidade	-		
		Montante Repassado	-		
Fonte: DFIM e Área Gestora					

Convênio/DTC/036/2013 – UFRGS/FAURGS – R\$ 132.680,00

Convênio/SEDE/022/2012 – FURG/FAURG – R\$ 0,00

Quadro 12 –Resumo da prestação de contas sobre transferências concedidas pela UJ na modalidade de convênios, termo de cooperação e de contratos de repasse

Valores em R\$ 1,00

Unidade Concedente					
Nome: COMPANHIA DE GERAÇÃO TÉRMICA DE ENERGIA ELÉTRICA					
UG/GESTÃO: DTE – Departamento de Engenharia					
Exercício da Prestação das Contas	Quantitativos e montante repassados	Instrumentos (Quantidade e Montante Repassado)			...
		Convênios	Contratos de repasse		
Exercício do relatório de gestão	Contas Prestadas	Quantidade	01	-	
		Montante Repassado	130.869,00	-	
	Contas NÃO Prestadas	Quantidade	-	-	
		Montante Repassado	-	-	
Exercícios anteriores	Contas NÃO Prestadas	Quantidade	-		
		Montante Repassado	-		
Fonte: DFIM e Coordenação de P&D					

Convênio/DTC/011/2013-CIENTEC E FUNDAÇÃO LUIZ ENGLERT-R\$ 130.869,00

Quadro 13 –Resumo da prestação de contas sobre transferências concedidas pela UJ na modalidade de convênios, termo de cooperação e de contratos de repasse

Valores em R\$ 1,00

Unidade Concedente					
Nome: COMPANHIA DE GERAÇÃO TÉRMICA DE ENERGIA ELÉTRICA					
UG/GESTÃO:PRGR – Divisão de Responsabilidade Social					
Exercício da Prestação das Contas	Quantitativos e montante repassados		Instrumentos (Quantidade e Montante Repassado)		
			Convênios	Contratos de repasse	...
Exercício do relatório de gestão	Contas Prestadas	Quantidade	10		
		Montante Repassado	R\$ 2.172.372,26		
	Contas NÃO Prestadas	Quantidade	-		
		Montante Repassado	-		
Exercícios anteriores	Contas NÃO Prestadas	Quantidade	-		
		Montante Repassado	-		

Fonte:PRGR – Divisão de Responsabilidade Social

Convênio/SEDE/075/2014 – Escola Técnica José Cesar Mesquita – R\$ 755.103,70

Convênio/SEDE/094/2015 – Escola Técnica José Cesar Mesquita – R\$ 178.346,37

Convênio/SEDE/004/2015 – EMBRAPA/FAPEG – R\$ 300.000,00

Convênio/SEDE/019/2012 – Instituto Cultural Padre Josimo – R\$ 102.990,00

Convênio/SEDE/022/2014 – Instituto Cultural Padre Josimo – R\$ 68.355,00

Convênio/SEDE/027/2015 – Instituto Cultural Padre Josimo – R\$ 504.980,00

Convênio/SEDE/110/2014 – Prefeitura Municipal de Candiota – R\$ 31.679,26

Convênio/SEDE/094/2015 – Prefeitura Municipal de Candiota – R\$ 6.917,90

Convênio/SEDE/132/2014 – Prefeitura Municipal de Pedras Altas – R\$ 80.000,00

Convênio/SEDE/112/2013 – Prefeitura Municipal de Piratini – R\$ 0,00

4.2.3.2. Situação da análise das contas prestadas no exercício de referência do relatório de gestão

Quadro 14 – Situação da análise das contas prestadas no exercício de referência do relatório de gestão

Valores em R\$ 1,00

Unidade Concedente ou Contratante				
Nome: COMPANHIA DE GERAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA – CGTEE				
UG/GESTÃO: DTA – Departamento de Meio Ambiente				
Contas apresentadas ao repassador no exercício de referência do relatório de gestão		Instrumentos		
Contas analisadas	Quantidade aprovada	Convênios	Contratos de repasse	...
	Quantidade reprovada	-	-	
	Quantidade de TCE instauradas	-	-	
	Montante repassado (R\$)	132.680,00	-	
Contas NÃO analisadas	Quantidade	-	-	
	Montante repassado (R\$)	-	-	

Fonte: DFIM e Área Gestora

Convênio/DTC/036/2013 – UFRGS/FAURGS – R\$ 132.680,00

Convênio/SEDE/022/2012 – FURG/FAURG – R\$ 0,00

Quadro 15 – Situação da análise das contas prestadas no exercício de referência do relatório de gestão

Valores em R\$ 1,00

Unidade Concedente ou Contratante				
Nome: COMPANHIA DE GERAÇÃO TÉRMICA DE ENERGIA ELÉTRICA				
UG/GESTÃO: DTE – Departamento de Engenharia				
Contas apresentadas ao repassador no exercício de referência do relatório de gestão		Instrumentos		
Contas analisadas	Quantidade aprovada	Convênios	Contratos de repasse	...
	Quantidade reprovada	01	-	
	Quantidade de TCE instauradas	-	-	
	Montante repassado (R\$)	130.869,00	-	
Contas NÃO analisadas	Quantidade	-	-	
	Montante repassado (R\$)	-	-	

Fonte: DFIM e Coordenação de P&D

Convênio/DTC/011/2013-CIENTEC E FUNDAÇÃO LUIZ ENGLERT-R\$ 130.869,00

Quadro 16 –Situação da análise das contas prestadas no exercício de referência do relatório de gestão

Valores em R\$ 1,00

Unidade Concedente ou Contratante				
Nome: COMPANHIA DE GERAÇÃO TÉRMICA DE ENERGIA ELÉTRICA				
UG/GESTÃO:PRGR – Divisão de Responsabilidade Social				
Contas apresentadas ao repassador no exercício de referência do relatório de gestão		Instrumentos		
		Convênios	Contratos de repasse	...
Contas analisadas	Quantidade aprovada	10		
	Quantidade reprovada	-		
	Quantidade de TCE instauradas	-		
	Montante repassado (R\$)	R\$ 2.172.372,26	-	
Contas NÃO analisadas	Quantidade	-	-	
	Montante repassado (R\$)	-	-	

Fonte:PRGR – Divisão de Responsabilidade Social

Convênio/SEDE/075/2014 – Escola Técnica José Cesar Mesquita – R\$ 755.103,70

Convênio/SEDE/094/2015 – Escola Técnica José Cesar Mesquita – R\$ 178.346,37

Convênio/SEDE/004/2015 – EMBRAPA/FAPEG – R\$ 300.000,00

Convênio/SEDE/019/2012 – Instituto Cultural Padre Josimo – R\$ 102.990,00

Convênio/SEDE/022/2014 – Instituto Cultural Padre Josimo – R\$ 68.355,00

Convênio/SEDE/027/2015 – Instituto Cultural Padre Josimo – R\$ 504.980,00

Convênio/SEDE/110/2014 – Prefeitura Municipal de Candiota – R\$ 31.679,26

Convênio/SEDE/094/2015 – Prefeitura Municipal de Candiota – R\$ 6.917,90

Convênio/SEDE/132/2014 – Prefeitura Municipal de Pedras Altas – R\$ 80.000,00

Convênio/SEDE/112/2013 – Prefeitura Municipal de Piratini – R\$ 0,00

4.2.3.3. Perfil dos atrasos na análise das contas prestadas

No exercício de 2015, não houve atrasos nas prestações de contas analisadas.

Análise Crítica – Investimentos em Pesquisa e Desenvolvimento

Está em execução na Eletrobras CGTEE o “Programa de P&D CGTEE 2012-2016” que possui as seguintes linhas de pesquisa.

- “Redução da Emissão de CO2”: procura-se desenvolver estudos, processos e produtos inovativos que contribuam para uma redução da emissão de CO2 na queima do carvão como o projeto “Operação da unidade de biofixação de gás carbônico por microalgas, instalada na Usina Termelétrica Presidente Médici (Microalgas)”. Esse está sendo executado pela Universidade Federal do Rio Grande - FURG e a Fundação de Apoio à Universidade do Rio Grande - FAURG.

- “Qualidade do Ar”: esta linha de pesquisa é voltada para organizar e sistematizar um banco de dados meteorológicos e de índices de qualidade de ar para a região de Candiota e usar esse conjunto de dados para calibrar um modelo diagnóstico e prognóstico de qualidade do ar. Neste contexto, está em execução o projeto “Sistematização e organização de dados de qualidade do ar, meteorológicos e de fonte para a região de Candiota e seu uso em modelos prognóstico e diagnóstico da qualidade do ar na região de Candiota (Qualidade do Ar)”, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS e a Fundação de Apoio da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – FAURGS.
- “Utilização de Subprodutos de Geração Termelétrica a Carvão”: visa analisar em detalhe o carvão e os subprodutos da queima procurando desenvolver produtos inovadores com a utilização de subprodutos gerados no Complexo Termoelétrico de Candiota. Nesta linha de pesquisa está em execução o projeto “Desenvolvimento de um produto inovador utilizando cinzas de carvão fóssil (volantes e de fundo) para aplicação como concreto compactado com rolo – CCR em pavimentação (CCR)”, da Fundação de Ciência e Tecnologias - CIENTEC e Fundação Luiz Englert - FLE.

Está em execução, também, o projeto de P&D sem custos para a Eletrobras CGTEE: “Modelagem numérica da combustão de carvão visando à caracterização e otimização do processo: queima de carvão pulverizado”, com a Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões – URI.

Em relação à execução dos projetos de P&D, podemos informar que os objetivos estão sendo atingidos e, em particular quanto ao projeto da FURG-FAURG, a planta de biofixação de CO₂ foi construída e operada. Os projetos da UFRGS-FAURGS e o da CIENTEC-FLE estão com bom andamento e em tratativas para conclusão.

Análise Crítica – Investimentos Sociais

Avaliando os convênios adimplidos no exercício de 2015, é possível identificar que as transferências de recursos e suas prestações de contas ocorreram conforme Plano de Trabalho existente em cada um destes instrumentos. As liberações ocorreram de forma parcelada, sendo transferidas mediante a devida prestação de contas do repasse anterior. Do mesmo modo, informamos que é realizada periodicamente a fiscalização do andamento dos trabalhos. Esse controle é feito tanto pelos gestores e respectivos fiscais dos convênios, quanto através de Auditoria Interna preventiva e fiscalizadora.

Destacamos que em 2014, a gestão identificou que a execução do convênio firmado com o Município de Jaguarão apresentou divergências em relação ao Plano de Trabalho pactuado. A prestação de contas deste convênio já foi classificada pelo gestor como reprovada, por ocasião da elaboração do Relatório de Gestão de 2014.

Em decorrência desta constatação, e por tratar-se de convênio pré-estabelecido em Termo de Ajuste de Conduta, firmado com o Ministério Público do Trabalho e Emprego de Pelotas, encaminhamos a este, para análise e posterior orientação, cópia do processo administrativo, contendo toda a documentação juntada neste período de execução do convênio, e solicitamos orientação do Ministério Público do Trabalho e Emprego de Pelotas para a solução do presente contencioso. Até o fechamento deste Relatório a procuradora não havia se manifestado.

Ressaltamos que os demais projetos conveniados em 2015 atingiram seus objetivos segundo o Plano de Trabalho, trazendo resultados satisfatórios e gerando crescimento para as comunidades em que estão

inseridos, cumprindo diretriz estratégica da Eletrobras CGTEE de ser indutora do desenvolvimento sustentável.

4.3. Desempenho Operacional

O sistema energético da Eletrobras CGTEE tem como parque gerador o Complexo Termelétrico de Candiota, composto pela UTE Presidente Médici e UTE Candiota III, conectado ao Sistema Interligado Nacional - SIN. Como principal fonte de geração instalada na região sul do Estado do Rio Grande do Sul auxiliando energeticamente o SIN, tem também função estratégica para controle de tensão do Sistema de Transmissão da região, principalmente em períodos de levante hidráulico.

Adicionalmente, as UGs do Complexo Termelétrico de Candiota tem fundamental importância para a operação da 2ª Interligação Brasil/Uruguai, através da Conversora de Frequência de Melo, em função da garantia da capacidade de fornecimento de energia na região, tanto para exportação quanto para importação, bem como pela elevação do nível mínimo da suportabilidade de eventual curto-circuito na região, de maneira a garantir a segurança tanto das UGs instaladas na região, quanto dos equipamentos que compõem esta 2ª interligação.

A geração total de energia elétrica em 2015 foi de 2.211,976 GWh, representando uma queda de aproximadamente 10,19% em relação a 2014. A geração total da Eletrobras CGTEE foi composta por uma geração na UTE Candiota III de 1.537,709 GWh (variação de cerca -21,26%) e da UTE Presidente Médici com 674,267 GWh (variação de cerca de +32,18%).

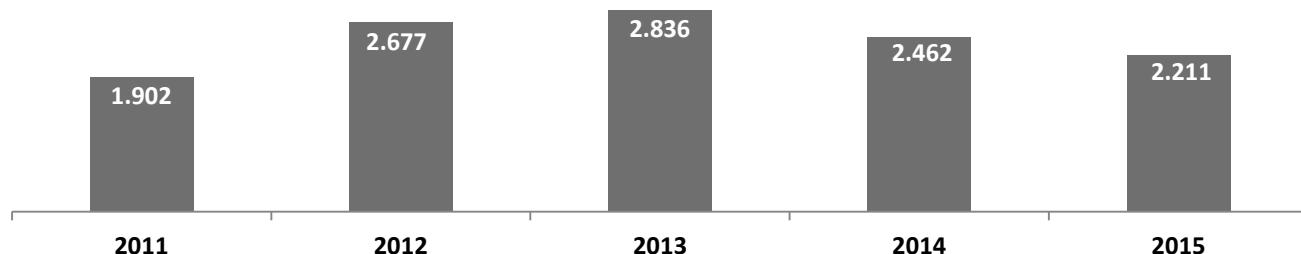


Gráfico 01: Evolução da Energia Elétrica Gerada pela Eletrobras CGTEE 2011-2015 (GWh)
Fonte: DTP - Departamento de Programação da Produção e Comercialização de Energia

A geração foi orientada prioritariamente para atendimento às necessidades do SIN estabelecidas pelo ONS e em função do preço da energia do subsistema Sul (definido semanalmente pela CCEE) e das tendências do mercado de energia, considerando a sazonalidade dos montantes contratados, visando à redução de exposição da Eletrobras CGTEE ao mercado de energia.

Com o atraso na conclusão dos trabalhos de recuperação da UG 3 da UTE Presidente Médici e a elevação considerável do preço da energia, as estratégias foram prejudicadas, causando uma exposição maior do que a programada inicialmente.

Para 2016 as perspectivas são de que se alcance um crescimento da energia gerada em torno de 19%. Para chegar a este crescimento, a expectativa é de que se alcancem os seguintes índices de geração:

- Para as UGs da UTE Presidente Médici, em torno de 35% da disponibilidade da capacidade instalada das UG's (UG1 = 63MW, UG3 – 100MW e UG4 = 160MW), perfazendo 113 MW médios

- Para a UTE Candiota III, em torno de 60% da disponibilidade da capacidade instalada da UG, perfazendo 210MW médios.

Geração UTE Presidente Médici

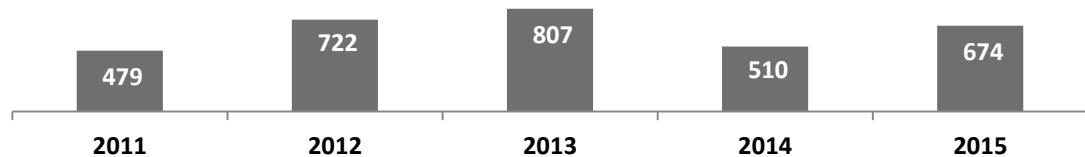


Gráfico 02: Evolução da Energia Elétrica Gerada pela UTE Presidente Médici 2011-2015 (GWh)
Fonte: DTP - Departamento de Programação da Produção e Comercialização de Energia

Causas

A UTE Presidente Médici apresentou tal desempenho em função das seguintes causas:

- As UGs 1 e 2 da UTE Presidente Médici foram retiradas da operação comercial, conforme os despachos nºs 4094 de 29/11/13 (UG1), 2426 de 11/07/14 (UG2), porém, visando a recuperação da UG1, a Eletrobras CGTEE contratou a fabricante ANSALDO para recuperação desta unidade. A UG1 foi remontada utilizando-se o Gerador que estava instalado na UG2 com a Turbina existente na UG1. A UG1, após a montagem, iniciou testes operacionais em agosto/15. Em 15/12/15 foi encaminhado ao ONS e à ANEEL o Relatório Técnico de Comissionamento da UG1 da UTE Presidente Médici e a documentação necessária para obtenção do retorno à operação comercial desta UG. A média de geração, durante os testes, foi de 23,13MW. A unidade será testada novamente no primeiro trimestre de 2016;
- A UG3 da UTE Presidente Médici permaneceu indisponível a maior parte do ano de 2015. Esta condição iniciou em 2014 devido à substituição do rotor de baixa pressão da turbina e também devido à necessidade de manutenções no sistema de selagem de refrigeração do gerador. A partir da conclusão destes serviços foram iniciados os testes operacionais da UG, quando foi detectada vibração acentuada no turbo-alternador, o que demandou várias intervenções, prorrogando a indisponibilidade da UG3 até julho/15.
- A indisponibilidade da torre de refrigeração das UGs 1 e 2 da UTE Presidente Médici, que contribuiu para o atraso no inicio dos testes operacionais das UGs 1 e 3 da UTE Presidente Médici, também foi fator limitante no aumento da Disponibilidade Geral de 2015.

Medidas Adotadas

UGs 1 e 2

- Revisões anuais de 30 dias, onde espera-se manter o desempenho médio de 18,33 MW;
- Realizando investimento na Caldeira 2, teremos condição de elevar a média de geração aumentando a disponibilidade da unidade para 40 MW. (previsão de investimento na ordem de R\$ 3 milhões).

UGs 3 e 4

- Revisões bianuais de 30 dias, para manter o desempenho médio;
- Aquisições de materiais já incluídas no plano orçamentário;
- Nova planta de desmineralização da água para caldeira, com previsão de conclusão no segundo semestre de 2016.

Geração UTE Candiota III

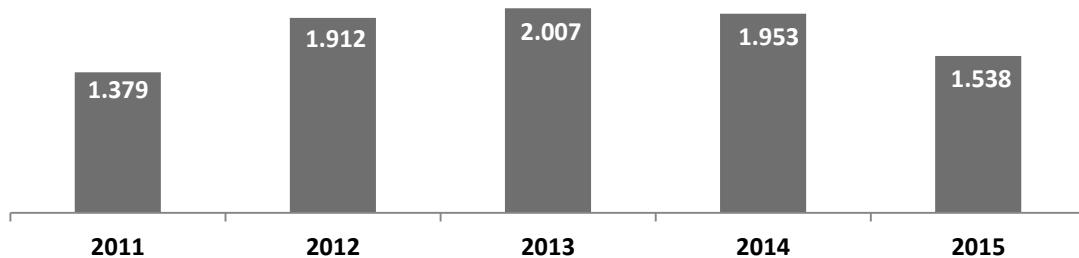


Gráfico 03: Evolução da Energia Elétrica Gerada pela UTE Candiota III 2011-2015 (GWh)

Fonte: DTP - Departamento de Programação da Produção e Comercialização de Energia

O resultado operacional da UG, atingiu uma geração média anual de 175,54 MWmédios, equivalente a 50,15% de fator de capacidade.

Causas

O desempenho da UTE Candiota III foi afetado negativamente em função dos seguintes eventos que restringiram a operação da UG:

- Falhas na operação de válvulas controladoras das válvulas de admissão de vapor na turbina, devido a impurezas no fluído de regulação das mesmas, bem como por desgastes nos componentes das próprias válvulas controladoras. As soluções adotadas foram a troca de algumas das válvulas, aquisição e instalação de novos filtros e substituição do fluído de controle;
- Também tiveram impacto significativo as indisponibilidades originadas por furos em tubulações da caldeira e por restrições na operação dos moinhos de carvão.

Medidas Adotadas

- Monitoramento on-line de todo o processo de dessulfurização;
- Melhoria no controle de qualidade da Cal;
- Melhoria no controle de qualidade do Carvão;
- Parada anual de manutenção de 37 dias (novembro e dezembro de 2015) – correção do scraper, aquecedor de ar rotativo, precipitadores, moinhos, proteções contra desgastes em tubos de caldeira;

- Início do processo de aquisição do conjunto de peças de reserva nacionais e internacionais e serviço de supervisão para Revisão Especial de Manutenção (Overhaul) prevista para 2017 na ordem de R\$ 130 milhões;
- Previsão de Parada Técnica Programada, com prazo de 03 meses de duração em 2017 e 01 mês em 2018, 2019, 2020 e 2021 para inspeção e reparação dos principais equipamentos, tais como: turbo-gerador (abertura completa), caldeira e auxiliares, sistema de tratamento de gases, etc.

Operação e Manutenção do Complexo Termelétrico de Candiota

Além das medidas já citadas, também estão sendo realizadas as seguintes medidas na gestão das duas usinas que compõem o Complexo Termelétrico de Candiota:

Ações de Gestão da Manutenção e Operação

- Implantação do MCC – Manutenção Centrada na Confiabilidade;
- Revisões dos procedimentos de Manutenção e Operação;
- Fortalecimento do Laboratório de Operação;
- Melhor controle no fornecimento de insumos para operação, serviços de manutenção e materiais;
- Consolidação de indicadores operacionais;
- Fortalecimento na utilização do software de gestão da manutenção.

Ações de Gestão Organizacional:

- Criação da Diretoria de Operação em Candiota;
- Criação da Engenharia de Operação e fortalecimento da Engenharia de Manutenção;
- Reorganização interna das áreas de O&M;
- Otimização dos recursos humanos da operação e manutenção;
- Certificação dos Operadores;
- Ampliar a qualificação e treinamento na manutenção e operação.

Disponibilidade

A Disponibilidade Geral da Eletrobras CGTEE atingiu o índice de 50,42% em 2015, sendo 33,31% na UTE Presidente Médici e de 66,06% na UTE Candiota III.

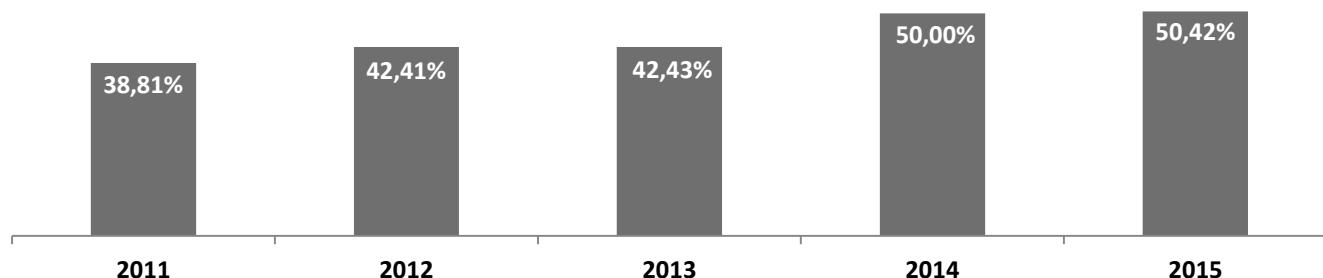


Gráfico 04: Disponibilidade Geral da Eletrobras CGTEE 2011-2015 (%)
Fonte: DTP - Departamento de Programação da Produção e Comercialização de Energia

A Disponibilidade Geral de 2015 ficou cerca de 0,84% superior quando comparada ao ano de 2014.

4.4.Apresentação e análise de indicadores de desempenho

Visando atender aos objetivos estratégicos da Eletrobras e de suas controladas, foram aprovadas as “Novas Regras de Governança Corporativa das Controladas do Sistema Eletrobras” constando determinação para a elaboração do Contrato de Metas de Desempenho Empresarial – CMDE, entre Eletrobras e suas controladas.

Entre os principais objetivos do CMDE, destacam-se:

- Estabelecer os resultados e metas de desempenho empresarial em ciclos quinquenais entre a Controlada e a Eletrobras, conforme diretrizes da Diretoria Executiva da Eletrobras e seu Conselho de Administração, além de premissas contidas no orçamento da empresa;
- Fixar procedimentos para o acompanhamento do Desempenho Empresarial da Controlada, de forma a permitir a adequada coordenação e avaliação de suas atividades;
- Melhorar de forma contínua e crescente a eficiência operacional da Controlada mediante o cumprimento dos indicadores e metas definidos.

Foram assinados contratos para o período de 2010 a 2015 e, posteriormente, a partir de aditivo, para o período de 2013 a 2017. Ressaltamos que houve no período de 2015 um desalinhamento das metas, tendo em vista que as projeções econômico-financeiras foram revisadas, mas as projeções do CMDE necessitam de revisão. Por ocasião da elaboração dos Planos de Negócios 2016 a 2020, a Eletrobras já anunciou que serão pactuadas novas metas.

As metas são calculadas, segundo protocolo, para indicadores e premissas de negócio, estabelecido e assinado em contrato celebrado entre a Eletrobras CGTEE e a Centrais Elétricas Brasileiras S.A. O Contrato de Metas vigente consta no anexo deste relatório. A seguir apresentamos os resultados referentes ao exercício 2015.

Denominação	Unidade	Índice de Referência/Meta	Índice Realização	Variação Percentual	Periodicidade	Fórmula de Cálculo
Quantifica a participação dos Custos Operacionais (Pessoal, Material, Serviços e Outros) na Receita Operacional menos impostos sobre Receita e Encargos Setoriais da Empresa. Os dados utilizados para esta informação são contábeis via demonstrações financeiras.	%	74,2%	121,0%	-63,1%	Mensal	<u>PMSO</u> <u>ROL</u>
É uma medida de alavancagem financeira da companhia. Indica o número de anos de fluxo de caixa requeridos para pagar todas as dívidas da companhia.	Índice	13,7	***		Mensal	<u>Dívida Líquida</u> <u>EBTIDA</u>
Expressa a capacidade de geração de caixa operacional através das operações da empresa. Por não incluir as despesas com depreciação e	%	22,4%	-32,07%	-243%	Mensal	<u>EBITDA</u> <u>ROL</u>

amortização e a equivalência patrimonial, a margem EBITDA pode ser vista como uma aproximação do fluxo de caixa (e não do lucro) da empresa.						
Revela quanto a empresa teve de lucro líquido (prejuízo líquido) para cada real de capital próprio. Trata-se de um indicador clássico de lucratividade para a análise de qualquer tipo de empresa.	R\$	-70.247	-648.368	-823%	Mensal	Lucro Líquido Patrimônio Líquido
Avalia a capacidade de realização dos investimentos aprovados.	%	90%	13,9%	-84,5%	Mensal	Investimento Realizado Investimento Aprovado
Mede a disponibilidade de um ativo de geração tendo como base as taxas de indisponibilidade programadas e forçadas.	Índice	0,653	0,504	-22,8	Mensal	$\text{Índice DISPGR} = \frac{(1 - \text{TEIFa})}{(1 - \text{TEIP})} \times \frac{(1 - \text{TEIFRef})}{(1 - \text{TEIPRef})}$
O mercado considera que empresas sustentáveis geram valor para o acionista no longo prazo, pois estão mais preparadas para enfrentar riscos econômicos, sociais e ambientais e, essencialmente, porque trazem ao investidor mais segurança no momento de investir.	Pontos	53,9	53,0	-1,7%	Anual	ISE – Dimensão Econômica - Pontuação obtida no ISE Bovespa
O mercado considera que empresas sustentáveis geram valor para o acionista no longo prazo, pois estão mais preparadas para enfrentar riscos econômicos, sociais e ambientais e, essencialmente, porque trazem ao investidor mais segurança no momento de investir.	Pontos	57,0	61,9	8,6%	Anual	ISE – Dimensão Social - Pontuação obtida no ISE Bovespa
O mercado considera que empresas sustentáveis geram valor para o acionista no longo prazo, pois estão mais preparadas para enfrentar riscos econômicos, sociais e ambientais e, essencialmente, porque trazem ao investidor mais segurança no momento de investir.	Pontos	51,9	70,3	35,4%	Anual	ISE – Dimensão Ambiental - Pontuação obtida no ISE Bovespa
O mercado considera que empresas sustentáveis geram valor para o acionista no longo prazo, pois estão mais preparadas para enfrentar riscos econômicos, sociais e ambientais e, essencialmente, porque trazem ao investidor mais segurança no momento de investir.	Pontos	46,1	68,5	48,6%	Anual	ISE – Dimensão Mudanças Climáticas - Pontuação obtida no ISE Bovespa

O índice de satisfação dos colaboradores (ou índice de favorabilidade) é medido por meio da aplicação de uma Pesquisa de Clima Organizacional, sendo uma forma de mensurar o nível de satisfação dos colaboradores com relação aos aspectos do ambiente organizacional. Tem como output um plano de melhorias.	65%	53,9%	12,4%	Calculado a cada dois anos. Próxima realização se dará em 2015.	Índice de Satisfação dos Colaboradores
--	-----	-------	-------	---	--

*Indicador inviabilizado de cálculo por componente negativa.

N/R: Não realizado no período.

Tabela 10: Quadro de Indicadores de Desempenho CMDE

Fonte: PRG – Assessoria de Gestão e Planejamento

Análise dos Resultados do CMDE - Contrato de Metas de Desempenho Empresarial

Econômico Financeiro:

A relação entre o PMSO e a ROL não atingiu a meta de 74,2% prevista no acumulado até dezembro/2015, alcançando 121%, tendo, portanto, desvio de 63,1%.

A ROL é o principal item que impacta o desempenho indicado. Durante os meses de novembro e dezembro de 2014, problemas operacionais no dessulfurizador da UTE Candiota III provocaram uma queda significativa na geração, impactando negativamente na receita do ano de 2015, perfazendo 66,9% do projetado para o ano.

O PMSO atingiu o valor de R\$ 516 milhões, representando 104,5% da meta anual. Os itens com maior impacto foram os seguintes:

- "Energia comprada para revenda" com R\$ 155,1 milhões, representando 81,2% da meta anual;
- "Serviços de terceiros" representou 124% da meta anual, com R\$ 61,1 milhões;
- "Material" realizou 109,8% da meta anual, totalizando R\$ 91,4 milhões;
- "Pessoal" atingiu 121% da meta para o ano com R\$ 119 milhões.

Já o item "Parcela de Combustível Subsidiada pela CCC" atingiu 65,3% do valor realizado no item "Combustível para produção de energia elétrica", o que significa que 34,7% do valor do combustível não foi reembolsado.

O resultado decorre da forte redução da ROL no acumulado no ano de 2015, e a manutenção do valor do PMSO em um nível superior à ROL para o mesmo período, resultando em EBITDA negativo.

A análise do índice Dívida Líquida/EBITDA foi prejudicada em razão do componente EBITDA ser negativo. A Dívida Líquida aumentou 18,6% em relação a 2014. Para fins de apuração do CMDE considera-se, de acordo com o protocolo, o valor absoluto da Dívida Líquida, sendo que em dezembro/2015 o valor é de R\$ 2,406 bilhões. O CAGR do Estoque da Dívida é de 1,25% considerando os 12 meses de 2015, e de 17,4% no período de 2010 a 2015. O Caixa reduziu 79,8% em relação a 2014, com R\$ 5,2 mil no final do exercício.

A análise da relação Lucro Líquido/Patrimônio Líquido foi prejudicada em função de o Patrimônio Líquido ser negativo (-R\$ 976,1 milhões) ao final do exercício.

Para fins de apuração do CMDE considera-se, de acordo com o protocolo, o valor absoluto do Lucro/Prejuízo líquido.

O Prejuízo acumulado ao final do exercício é de R\$ 543,5 milhões.

O PMSO representou 104,5% da meta. Já a ROL ficou em 66,9% do projetado.

O valor realizado com Encargos da Dívida aumentou 47,3% em comparação a dezembro de 2014, um acumulado em 2015 de R\$ 323 milhões, representando 59,4% do total do prejuízo acumulado.

O valor médio realizado de Encargos da Dívida em 2015 é de R\$ 26,9 milhões/mês.

O Investimento Realizado em 2015 foi de 13,9% do Investimento Aprovado, representando um delta de 84,5% abaixo da meta de 90%.

Este comportamento decorre da redução drástica da ROL e de atrasos em processos licitatórios necessários para aquisição de materiais e serviços, que apoiam os projetos previstos.

O projeto de Revitalização da UPME atingiu 48,7% do orçamento aprovado, representando um investimento de R\$ 11,2 milhões. Estão atualmente em fase de contratação/aquisição R\$ 13,2 milhões.

O programa de Manutenção do Sistema de Geração atingiu 15,3% da dotação aprovada, um investimento de R\$ 11,7 milhões. No final do exercício de 2015 estavam em contratação R\$ 64,6 milhões. O projeto de Manutenção e Adequação de TIC teve uma execução de 28,1%, com investimentos de R\$ 898 mil.

Operacional:

Principais ocorrências que influenciaram a Disponibilidade em 2015:

A) indisponibilidades das UGs 1 e 2

Grupo 1 – Em razão do Despacho ANEEL Nº 4.094, de 29/11/2013, a unidade manteve fora de operação até agosto de 2015, quando foi iniciado o período de testes, visando a volta da unidade à operação.

Grupo 2 - Em razão do Despacho ANEEL Nº 2.426, de 11/07/2014, a operação da unidade foi suspensa em 12/08/13.

B) disponibilidades abaixo do esperado para as UGs 3 e 4

Grupo 3 - Esteve indisponível entre maio de 2014 e julho de 2015. A partir de então, a unidade opera com capacidade de geração limitada em 100MW devido a restrições turbina de baixa pressão e furos de caldeira, tendo alcançado 34MW/médios a partir do segundo semestre de 2015 e geração nominal de 80MW em dezembro de 2015.

Grupo 4 - Esta UG esteve com a disponibilidade limitada em 120 MW devido a restrições na caldeira. No primeiro semestre de 2015, o desempenho foi inferior à disponibilidade devido a problemas nos sistemas elétrico-hidráulico de regulação da turbina, de lubrificação da turbina, de moagem, de regulação da turbina, de vapor reaquecido de caldeira, parede d'água e furos de caldeira. No segundo semestre a unidade sofreu redução da limitação da capacidade de geração para 100MW a fim de reduzir a pressão na caldeira, além de serem identificados deficiências na extração de cinzas leve e pesada, no acoplamento do pré-aquecedor de ar de combustão B, no condensador de vapor da turbina, no abastecimento de carvão, no sistema de regulação da turbina, furos de caldeira e devido a manutenção no condensador.

C) disponibilidades abaixo do esperado para a UG 5

Grupo 5 – No primeiro semestre, as restrições da UG basicamente se concentraram em função de deficiencias nos sistemas de moagem, de dessulfurização, de regulação da turbina, de admissão de vapor na turbina, de refrigeração e nos ventiladores de ar primário, além do baixo rendimento do precipitador eletrostático, baixo vácuo condensador, furo no condensador e furos na caldeira. No segundo semestre as restrições se deram devido a problemas nos sistemas de retirada de cinzas e de moagem, nas selagens dos pré-aquecedores de ar de combustão, no abastecimento de carvão, nos ventiladores de ar primário, dificuldade no atendimento aos padrões de emissão ambiental, além das paradas programadas e não-programadas para manutenção da unidade.

Socioambiental:

A dimensão Econômico-Financeira não atingiu a meta proposta para o CMDE. Destaca-se os seguintes pontos que contribuíram negativamente para esta pontuação: Planos de Contingência (nos planos atuais os riscos estão apenas previstos e não testados); Seguro (riscos que não possuem abrangência de cobertura no atual seguro contratado); Lucro Econômico (a Companhia calcula o lucro econômico, entretanto, não utiliza os valores obtidos como base para a remuneração variável de seus executivos). Como ponto positivo, a Companhia possui gestão de seus ativos tangíveis e intangíveis.

Os indicadores relacionados com a Dimensão Social superaram a meta proposta para o CMDE, tendo como principais fatores que contribuíram para esta pontuação as Políticas de Sustentabilidade, Comunicação e de Responsabilidade Social, evidenciando o compromisso com a Comunidade, com o Público Interno e o engajamento com nossos demais *Stakeholders*.

Podemos destacar também o indicador que se refere ao cumprimento com compromissos com jovens aprendizes e pessoas com deficiência, uma vez que a Eletrobras CGTEE aplica em seus editais de concurso o percentual destinado para a contratação de pessoas com deficiência. Complementarmente, a eletrobras CGTEE mantém um programa de jovens aprendizes que perfazem aproximadamente 10% do efetivo de empregados da Companhia.

A Dimensão Ambiental teve a meta indicada para o CMDE superada e sua nota posicionou muito bem a Eletrobras CGTEE entre as empresas do grupo Eletrobras. Os principais destaques desta Dimensão são os indicadores que se referem ao Cumprimento Legal, ou seja, a Companhia não possui passivos ambientais no período analisado e os licenciamentos ambientais estão 100% garantidos e em conformidade em todas as instalações da Companhia.

A Dimensão Mudanças Climáticas superou a meta e posicionou a Eletrobras CGTEE em segundo lugar entre as empresas do grupo Eletrobras. Destaca-se, positivamente, o fato de que a Companhia possui uma Política Corporativa que contempla os aspectos sobre Mudanças Climáticas, inclusive, contendo metas de redução de gases de efeito estufa. A Companhia também realiza a divulgação do Inventário de Gases de Efeito Estufa em relatórios e em registro público de emissões, fator que também contribuiu para o alcance desta nota.

5. GOVERNANÇA

5.1. Descrição das estruturas de governança

Apresentamos a seguir o organograma das estruturas de governança corporativa da Eletrobras CGTEE:

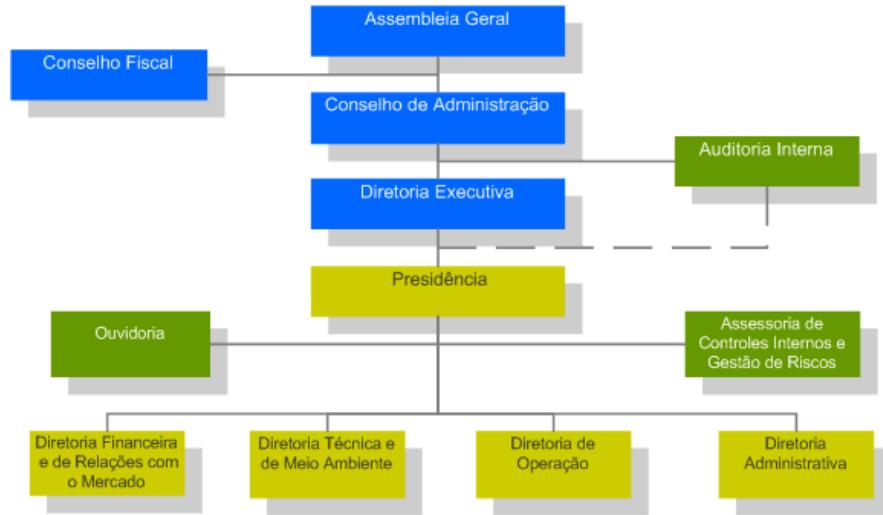


Ilustração 02: Estrutura de Governança da Eletrobras CGTEE

Fonte: PRG – Assessoria de Gestão e Planejamento

Assembleia Geral de Acionistas

A Assembleia Geral se reúne conforme a legislação vigente, isto é, ordinariamente até o último dia do mês de abril do ano subsequente ou extraordinariamente sempre que o Conselho de Administração ou o acionista majoritário demandar.

Conselho de Administração

É constituído por um presidente e cinco conselheiros, sendo todos acionistas, eleitos em Assembleia Geral para um mandato de um ano, com possibilidade de reeleição. Deste total de conselheiros, um integrante é indicado pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, o Diretor Presidente que é conselheiro nato, e os demais são indicados pelo MME (entre os quais o Presidente do Conselho). Em 2015, em conformidade com a Lei nº 12.353 de 28/12/2010, realizamos nova eleição para o Conselheiro representante dos empregados.

Conselho Fiscal

É constituído por três membros titulares e seus respectivos suplentes, eleitos em Assembleia Geral Ordinária para um mandato de um ano, com possibilidade de reeleição. Um dos integrantes titulares e respectivo suplente, são indicados pelo Ministério da Fazenda (representante do Tesouro Nacional) e os demais pelo MME.

Diretoria Executiva

É composta por um Diretor-Presidente e quatro Diretores, eleitos pelo Conselho de Administração, com mandato de três anos, com possibilidade de recondução, nas seguintes áreas: Presidência, Diretoria Financeira e de Relações com o Mercado, Diretoria Técnica e de Meio Ambiente, Diretoria Administrativa e a recentemente criada Diretoria de Operação. A criação da Diretoria de Operação

constitui-se em uma das principais ações da Alta Gestão na busca pela especialização e foco total no parque de geração. Destaca-se também, que a partir de novembro de 2015 foi nomeado novo Diretor-Presidente para direção da empresa. A Diretoria Executiva se reúne semanalmente para deliberar sobre as matérias de interesse da Companhia, pontuadas pelas diferentes diretorias.

Gestão da Ética

Integrante do Sistema de Gestão da Ética do Poder Executivo Federal, a Comissão de Ética tem como finalidade orientar e aconselhar os integrantes da Eletrobras CGTEE quanto aos princípios e compromissos éticos, organizacionais e pessoais. Compete também à Comissão representar a CEP - Comissão de Ética Pública, supervisionando a observância do Código de Conduta da Alta Administração Federal. O Código de Ética das Empresas Eletrobras, abrange os membros do Conselho de Administração, diretores, conselheiros, empregados, contratados, prestadores de serviço, estagiários e jovens aprendizes.

Auditoria Interna

A Auditoria Interna, subordinada ao Conselho de Administração, planeja e executa as ações do Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna – PAINT, com avaliações independentes, imparciais e tempestivas sobre a efetividade e a adequação dos controles internos e o cumprimento das normas, regulamentos e da legislação associada à suas operações. Cabe também à Auditoria Interna, examinar e avaliar a documentação, registros, arquivos, dados, operações, funções, procedimentos e normas internas, bem como aferir o cumprimento das diretrizes, atos normativos internos e externos, a legislação vigente e adequabilidade dos métodos e controles existentes. Também é responsável por reportar e coordenar o atendimento, pelas unidades organizacionais da Companhia, às solicitações dos órgãos governamentais de controle e do Tribunal de Contas da União – TCU, relacionadas às inspeções e auditorias realizadas pelos mesmos.

Controles Internos e Gestão de Riscos

A Eletrobras CGTEE segue o modelo de gestão de riscos corporativos do Sistema Eletrobras orientado às empresas de geração, tendo como base metodológica o COSO-ERM e a Norma ISO 31000. O modelo de gestão de riscos contempla o aprimoramento contínuo dos processos internos.

Programa de *Compliance* da Eletrobras CGTEE

A Diretoria Executiva da Eletrobras CGTEE, em março de 2015 aderiu ao Programa de *Compliance* das Empresas Eletrobras dando inicio a um conjunto de ações que visam, de forma contínua, identificar, corrigir e prevenir fraudes e corrupções, garantindo o cumprimento das leis anticorrupção no âmbito da empresa.

5.2. Informações sobre dirigentes e colegiados

Áreas/ Subunidades Estratégicas	Competências	Titular	Cargo	Período de atuação 2015
Conselho de Administração	Órgão colegiado de mais alto nível da administração da Eletrobras CGTEE tem como finalidade estabelecer as diretrizes e as políticas maiores da Companhia.	Valter Luiz Cardeal de Souza Josias Matos de Araújo Armando Casado de Araujo Mauro Henrique Moreira Souza Sereno Chaise Francisco Romário Wojcicki Mauro Henrique Moreira Souza Ricardo Spanier Homrich Walter Baere de Araujo Filho Jaime Renato Esteve Garcia Cezaraugusto Gomes Scalcon Paulo André Argenta	Presidente Presidente Presidente Presidente Interino Conselheiro Conselheiro Conselheiro Conselheiro Conselheiro Conselheiro Conselheiro Conselheiro	01/01/15 a 10/08/15 10/11/15 a 29/12/15 29/12/15 a 31/12/15 10/08/15 a 10/11/15 01/01/15 a 10/11/15 10/11/15 a 31/12/15 01/01/15 a 31/12/15 01/01/15 a 31/12/15 03/07/15 a 31/12/15 30/04/15 a 31/12/15 01/01/15 a 30/04/15 01/01/15 a 03/07/15
Conselho Fiscal	Órgão colegiado responsável pela fiscalização dos atos dos administradores da Eletrobras CGTEE, e verificação do cumprimento dos seus deveres legais e estatutários.	Renato Soares Sacramento Rosangela da Silva Rosangela da Silva Janete Duarte Pedro Paulo da Cunha	Presidente Presidenta Interina Conselheira Conselheira Conselheiro	01/01/15 a 26/08/15 26/08/15 a 31/12/15 01/01/2015 a 31/12/15 01/01/15 a 31/12/15 26/08/15 a 31/12/15
Diretoria Executiva	Órgão executivo de administração e representação cabendo-lhe, dentro da orientação traçada pela Assembleia Geral e pelo Conselho de Administração, assegurar o funcionamento regular da Eletrobras CGTEE	Sereno Chaise Francisco Romário Wojcicki Clóvis Ilgenfritz da Silva Luiz Henrique de Freitas Schnor Sandro Figueiredo de Oliveira Rubem Abrahão Gonçalves Filho	Presidente Presidente DF DT DA DO	01/01/15 a 10/11/15 10/11/15 a 31/12/15 01/01/15 a 31/12/15 01/01/15 a 31/12/15 01/01/15 a 31/12/15 22/05/15 a 31/12/15
Presidência	Encarregado da orientação política administrativa, de superintender os negócios e da representação da Eletrobras CGTEE.	Sereno Chaise Francisco Romário Wojcicki	Presidente Presidente	01/01/15 a 10/11/15 10/11/15 a 31/12/15

Tabela 11: Quadro de Informações sobre Dirigentes e Colegiados
Fonte: PRS – Secretaria Geral

5.3. Política de designação de representantes nas assembleias e nos colegiados de controladas, coligadas e sociedades de propósito específico

Não se aplica à UPC.

5.4. Atuação da auditoria interna

a) O Regulamento da Auditoria Interna aprovado em 29 de dezembro de 2011, tem por finalidade estabelecer as competências, organização e diretrizes da Auditoria Interna da Eletrobras CGTEE e encontra-se nos anexos deste Relatório de Gestão.

b) A Auditoria Interna da CGTEE está vinculada ao Conselho de Administração, em conformidade com o disposto no art. 15, § 3º, do Decreto nº 3591, de 6 de setembro de 2000, sujeita-se à orientação normativa e à supervisão técnica do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo, tendo por finalidade básica assegurar a legalidade e a legitimidade dos atos e fatos administrativos, bem como avaliar a eficácia da gestão, do controle e das práticas administrativas, orientando-se por uma filosofia de atuar no sentido de adicionar valor à Companhia, fortalecendo seus controles e operações.

A Auditoria Interna se restringe à execução de suas atividades típicas, evitando o desvio de funções e preservando sua isenção e imparcialidade.

Os órgãos de direção podem fazer uso da auditoria interna no assessoramento relativo às decisões importantes da Companhia, quando for o caso.

c) A auditoria Interna da Eletrobras CGTEE não apresenta unidades descentralizadas, as unidades de sua estrutura organizacional estão localizadas na sede da empresa.

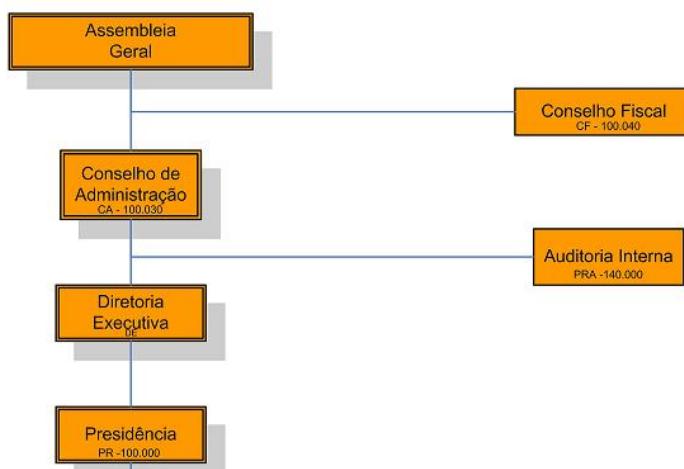
d) Informações sobre a Unidade de Auditoria Interna:

d.1. A Auditoria Interna está estruturada da seguinte forma:

- 01 Gerente de Auditoria
- 01 Supervisor de Auditoria
- 02 Auditoras concursadas contratadas
- 01 Vaga de auditor(a) a ser preenchida
- 01 Estagiário

d.2. Em conformidade com o Art. 50 do Estatuto Social da Empresa, o titular da Auditoria Interna deve ser escolhido dentre os empregados da ativa das empresas Eletrobras e será designado ou destituído pelo Presidente do Conselho de Administração, por proposta do Diretor-Presidente, após aprovação da Controladoria-Geral da União.

d.3. A Auditoria Interna da Eletrobras CGTEE está vinculada ao Conselho de Administração, conforme organograma abaixo:



e) Ao final dos trabalhos de auditoria, de posse dos respectivos Relatórios, o Gerente de Auditoria faz a entrega dos mesmos à Diretoria Executiva – Diretor Presidente, Diretor Administrativo, Diretor Técnico e de Meio Ambiente, Diretor Financeiro e de Relações com o Mercado e Diretor de Operação, elucidando o objetivo do trabalho, o resultado e as recomendações emitidas.

f) Os relatórios de auditoria são encaminhados, em meio eletrônico, através da Secretaria Geral, aos Conselhos de Administração e Fiscal e à Diretoria Executiva que os analisam, podendo questionar ou solicitar esclarecimentos à própria Unidade de Auditoria.

Além disso, ao final de cada ano, a Auditoria Interna elabora o Relatório Anual de Atividades de Auditoria Interna – RAIN, no qual constam, todos os trabalhos realizados e as respectivas não-conformidades identificadas. Também integra o referido relatório a síntese de acompanhamento de todas as recomendações de auditoria existentes referente ao exercício e as recomendações pendentes de exercícios anteriores, com breve relato do ponto de auditoria verificado e o posicionamento da área responsável quanto à adoção das medidas corretivas pertinentes. O RAIN é apreciado pelo Conselho de Administração da Empresa, sendo reportado ao Conselho Fiscal, à Diretoria Executiva e à CGU.

A Eletrobras CGTEE não possui em sua estrutura Comitê de Auditoria Interna.

g) No exercício de 2015 não houve adequações na estrutura organizacional da unidade de auditoria interna, bem como de reposicionamento na estrutura da entidade.

5.5. Atividades de correição e apuração de ilícitos administrativos

Não ocorreu no período

5.6. Gestão de riscos e controles internos

Sistematica de Gestão de Riscos

A Assessoria de Controles Internos e Gestão de Riscos reporta-se à Divisão de Riscos da Eletrobras e Diretoria Executiva da Eletrobras CGTEE apoiada pelo Comitê de Riscos local formado por um colegiado multidisciplinar constituído por até 5 membros, sendo um de cada diretoria mais representante da Assessoria de Controles Internos e Gestão de Riscos.

Os reportes e avaliações de processos são definidos prioritariamente pela Eletrobras, gerando como produto o Relatório Anual de Riscos.

Atribuições

- Avaliar os controles internos em nível de entidade (*Entity Level*);
- Avaliar e monitorar a estrutura de controles internos da Empresa, em aderência às regras estabelecidas pelo artigo 404 da Lei Sarbanes-Oxley;
- Documentar os controles internos e os riscos decorrentes para cada processo significativo, bem como as transações que podem impactar nos relatórios financeiros;
- Avaliar as ausências e/ou deficiências de controles dos processos de negócio;
- Definir, em conjunto com os gestores de processos, a implementação de planos de ação objetivando a eliminação das não conformidades e a implementação das oportunidades de melhoria;

- Testar, sistematicamente, os controles internos chaves e as transações inerentes a cada processo significativo, de forma a assegurar sua efetividade;
- Coordenar a identificação e a avaliação dos riscos corporativos da Empresa;
- Realizar a identificação das unidades organizacionais responsáveis pela avaliação e tratamento dos principais riscos (“*risk owners*”);
- Desenvolver, em conjunto com os “*risk owners*”, indicadores de risco e calibrar a sua adequação ao perfil de riscos da Empresa;
- Efetuar a homologação dos planos de ação de mitigação dos riscos das áreas gestoras de negócio, responsáveis por sua execução;

Avaliação do Sistema de Controles Internos e Gestão de Riscos

ELEMENTOS DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS A SEREM AVALIADOS		VALORES				
Ambiente de Controle		1	2	3	4	5
1.	A alta administração percebe os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.					X
2.	Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.				X	
3.	A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.				X	
4.	Existe código formalizado de ética ou de conduta.					X
5.	Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.				X	
6.	Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.				X	
7.	As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.					X
8.	Existe adequada segregação de funções nos processos e atividades da competência da UJ.					X
9.	Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.				X	
Avaliação de Risco		1	2	3	4	5
10.	Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.					X
11.	Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.					X
12.	É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.				X	
13.	É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.					X
14.	A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.				X	
15.	Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.					X
16.	Não há ocorrência de fraudes e perdas que sejam decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.					X
17.	Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais resarcimentos.					X
18.	Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.					X
Procedimentos de Controle		1	2	3	4	5
19.	Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.					X
20.	As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de					X

acordo com um plano de longo prazo.					
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.				X	
22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionadas com os objetivos de controle.					X
Informação e Comunicação	1	2	3	4	5
23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.					X
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.				X	
25. A informação disponível para as unidades internas e pessoas da UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.				X	
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.				X	
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.					X
Monitoramento	1	2	3	4	5
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.				X	
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.				X	
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.				X	
Análise crítica e comentários relevantes:					
Para o exercício de 2015 aprimoramentos foram planejados com base em auditoria do TCU objetivando alinhamento e entendimento necessário a evolução contínua e maturidade em gestão de riscos. As recomendações propostas pela entidade de controle encontram-se discriminadas no item “Atendimento de Demandas de Órgão de Controle” e passam obrigatoriamente pela avaliação do Comitê de Riscos da Empresa e posterior aprovação pela Diretoria Executiva.					
Escala de valores da Avaliação:					
(1) Totalmente inválida: Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente não observado no contexto da UJ.					
(2) Parcialmente inválida: Significa que o conteúdo da afirmativa é parcialmente observado no contexto da UJ, porém, em sua minoria .					
(3) Neutra: Significa que não há como avaliar se o conteúdo da afirmativa é ou não observado no contexto da UJ.					
(4) Parcialmente válida: Significa que o conteúdo da afirmativa é parcialmente observado no contexto da UJ, porém, em sua maioria .					
(5) Totalmente válido. Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente observado no contexto da UJ.					

Tabela 12: Avaliação do Sistema de Controles Internos e Gestão de Riscos

Fonte: PRR – Assessoria de Controles Internos e de Riscos

5.7. Política de remuneração dos administradores e membros de colegiados

5.7.1. Remuneração dos Conselhos de Administração e Fiscal

Quadro 17 – Remuneração dos Conselhos de Administração e Fiscal

Valores em R\$ 1,00

Conselho de Administração				
Nome do Conselheiro	Período de Exercício		Remuneração (R\$)	
	Início	Fim	Média mensal	Total no exercício
Valter Luiz Cardeal de Souza	01/01/2015	10/08/2015	2.596,82	20.774,56
Josias Matos de Araujo	10/11/2015	29/12/2015	2.535,41	5.067,83
Armando Casado de Araújo	29/12/2015	31/12/2015	-	-
Sereno Chaise	01/01/2015	10/11/2015	2.672,93	29.402,27
Ricardo Spanier Homrich	01/12/2015	31/12/2015	2.680,54	32.166,54
Mauro Henrique Moreira Souza	01/01/2015	31/12/2015	2.680,54	32.166,54
Walter Baere de Araujo Filho	03/07/2015	31/12/2015	2.733,55	16.401,34
Jaime Renato Esteve Garcia	30/04/2015	31/12/2015	2.764,27	22.114,16
Francisco Romário Wojcicki	10/11/2015	31/12/2015	2.767,27	5.528,54
Paulo André Argenta	01/01/2015	03/07/2015	2.265,33	15.857,35
Cezaraugusto Gomes Scalcon	01/01/2015	30/04/2015	2.536,13	10.144,52
Conselho Fiscal				
Nome do Conselheiro	Período de Exercício		Remuneração (R\$)	
	Início	Fim	Média Mensal	Total no exercício
Renato Soares Sacramento	01/01/2015	26/08/2015	2.995,73	23.965,87
Rosangela da Silva	01/01/2015	31/12/2015	2.680,54	32.166,54
Janete Duarte	01/01/2015	31/12/2015	2.680,54	32.166,54
Pedro Paulo da Cunha	26/08/2015	31/12/2015	2.610,70	7.832,10

Fonte: PRS – Secretaria Geral

5.7.2. Síntese da remuneração dos administradores

Quadro 18 – Síntese da remuneração do Conselho de Administração

Valores em R\$ 1,00

Identificação do Órgão		
Remuneração dos Membros	EXERCÍCIO	
	2015	2014
Número de membros:	06	06
I – Remuneração Fixa (a+b+c+d)	290.753,39	145.762,20
a) <i>salário ou pró-labore</i>	290.753,39	145.762,20
b) <i>benefícios diretos e indiretos</i>	*	*
c) <i>remuneração por participação em comitês</i>	*	*
d) <i>outros</i>	*	*
II – Remuneração variável (e+f+g+h+i))	*	*
e) <i>bônus</i>	*	*
f) <i>participação nos resultados</i>	*	*
g) <i>remuneração por participação em reuniões</i>	*	*
h) <i>comissões</i>	*	*
i) <i>outros</i>	*	*
III – Total da Remuneração (I + II)	290.753,39	145.762,20
IV – Benefícios pós-emprego	*	*
V – Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo	*	*
VI – Remuneração baseada em ações	*	*

*Não houve remuneração para estas rubricas

Quadro 19 – Síntese da remuneração do Conselho Fiscal

Valores em R\$ 1,00

Identificação do Órgão		
Órgão: Conselho Fiscal	Remuneração dos Membros	
	EXERCÍCIO	EXERCÍCIO
	2015	2014
Número de membros:	03	03
I – Remuneração Fixa (a+b+c+d)	106.275,57	97.174,80
a) salário ou pró-labore	106.275,57	97.174,80
b) benefícios diretos e indiretos	*	*
c) remuneração por participação em comitês	*	*
d) outros	*	*
II – Remuneração variável (e+f+g+h+i)	*	*
e) bônus	*	*
f) participação nos resultados	*	*
g) remuneração por participação em reuniões	*	*
h) comissões	*	*
i) outros	*	*
III – Total da Remuneração (I + II)	106.275,57	97.174,80
IV – Benefícios pós-emprego	*	*
V – Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo	*	*
VI – Remuneração baseada em ações	*	*

Quadro 20 – Síntese da remuneração da Diretoria Executiva

Valores em R\$ 1,00

Identificação do Órgão		
Órgão: Diretoria Executiva	Remuneração dos Membros	
	EXERCÍCIO	EXERCÍCIO
	2015	2014
Número de membros:	05	04
I – Remuneração Fixa (a+b+c+d)	1.395.891,94	921.525,77
a) salário ou pró-labore	1.338.756,75	900.669,43
b) benefícios diretos e indiretos	57.135,19	20.856,34
c) remuneração por participação em comitês	*	*
d) outros	*	*
II – Remuneração variável (e+f+g+h+i)	*	*
e) bônus	*	*
f) participação nos resultados	*	*
g) remuneração por participação em reuniões	*	*
h) comissões	*	*
i) outros	*	*
III – Total da Remuneração (I + II)	1.395.891,94	921.525,77
IV – Benefícios pós-emprego	*	*
V – Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo	*	*
VI – Remuneração baseada em ações	*	*

*Não houve remuneração para estas rubricas

5.7.3. Detalhamento de itens da remuneração variável dos administradores

Durante o exercício, não houve remuneração variável para os administradores.

5.8. Informações sobre a empresa de auditoria independente contratada

A empresa de auditoria independente, contratada pela Eletrobras Holding para auditar as demonstrações financeiras das empresas do Sistema Eletrobras, inclusive da Eletrobras CGTEE, é a KPMG Auditores Independentes através do escritório de Porto Alegre, RS localizado na Av. Borges de Medeiros, 2233, 8º Andar, Telefone (51)3303.6001.

5.9. Participação acionária de membros de colegiados da entidade

Em 2015, os membros do Conselho Fiscal e Diretoria Executiva não possuíram participação acionária no capital da Eletrobras CGTEE. Quanto ao Conselho de Administração, os conselheiros Valter Cardeal, Mauro Henrique Moreira Sousa, Cesár Augusto Scalcon, Sereno Chaise, Ricardo Spanier Homrich e Paulo Argenta detiveram no exercício 01 ação cada. Os demais conselheiros de administração não possuíram ações.

5.10. Informações sobre a comissão de avaliação do contrato de gestão

A avaliação do contrato de gestão da Eletrobras CGTEE é de competência da Eletrobras conforme Contrato de Metas de Desempenho Empresarial – CMDE, definida na cláusula quarta, transcrita *ipsis literis* abaixo:

CLÁUSULA QUARTA: DAS OBRIGAÇÕES DA ELETROBRAS

4.1 A Eletrobras por este CMDE obriga-se a:

- a) proceder a supervisão, orientação e acompanhamento do desempenho da Controlada e a avaliação da execução deste CMDE;
- b) apresentar mensalmente Relatório Mensal preliminar de Acompanhamento das Metas do CMDE e, trimestralmente, o Relatório Trimestral de Acompanhamento das Metas do CMDE à sua Diretoria Executiva e ao seu Conselho de Administração, tendo como base os relatórios mensais e trimestrais enviados pelas empresas;
- c) apresentar, no relatório de acompanhamento deste CMDE no final de cada ano, o IPCM - Índice Ponderado de Cumprimento de Meta, que é o indicador que evidencia a adimplência global da Controlada com as metas do CMDE;
- d) avaliar periodicamente a pertinência e a consistência dos indicadores de desempenho constantes dos Anexos I e II, solicitando à Controlada alterações e inclusões que entender necessárias; e
- e) rever as metas em caso de haver impacto decorrente de medidas, diretrizes ou iniciativas emanadas por órgãos normativos ou governamentais sobre a estrutura e o funcionamento do setor elétrico que venham a afetar os resultados ora propostos, bem como nos casos fortuitos ou de força maior.

5.10.1. Relação dos membros da comissão de avaliação

Conforme anteriormente explicitado a avaliação do contrato de gestão da Eletrobras CGTEE é de competência da Eletrobras conforme Contrato de Metas de Desempenho Empresarial – CMDE.

6. RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE

Registro de dados gerenciais e estatísticos sobre a quantidade de solicitações, reclamações, denúncias, sugestões recebidas e sobre o atendimento/ encaminhamento das demandas apresentadas, analisando os resultados observados.

6.1.Canais de acesso do cidadão

A estrutura organizacional da Eletrobras CGTEE contempla a Ouvidoria, que tem o compromisso com a verdade dos fatos e a apuração dos acontecimentos.

São disponibilizados canais de comunicação internos e externos para solicitações, reclamações, denúncias, sugestões entre outros, tanto nas localidades em que atua quanto nas áreas de abrangência de seus empreendimentos.

Descrição dos canais de acesso do cidadão à unidade jurisdicionada para fins de solicitações, reclamações, denúncias, sugestões etc.

CANAIS DE ACESSO	ENDEREÇO
Website	www.cgtee.gov.br
Atendimento telefônico das partes interessadas	Fone: 51.3287-1500
Ouvidoria - recebe, analisa, encaminha e responde as solicitações de informações, sugestões, reclamações, críticas e denúncias das partes interessadas (público interno e externo).	E-mail: ouvidoria@cgtee.gov.br Fone: 51.3287-1658 Urnas de coletas disponíveis nas Unidades. Cartas ao endereço: Rua Sete de Setembro, 539 – CEP 90010-190 – Porto Alegre - RS. Atendimento das 08h00min as 17h00min horas.
Em atendimento a Lei nº 12.527/2011 – Lei de Acesso à Informação, está disponível o Serviço de Informação ao Cidadão (SIC). O SIC é responsável pelo recebimento, processamento, gerenciamento e envio da resposta aos pedidos de acesso e pela orientação aos cidadãos.	E-mail: sic@cgtee.gov.br Fone: 51.3287-1658 Endereço: Rua Sete de Setembro, 539 – CEP 90010-190 – Porto Alegre - RS. Atendimento das 08h00min as 17h00min horas.
Fale Conosco	Acesso pelo Link na website
Canal denúncia	Acesso pelo Banner na website

Tabela 13: Canais de acesso ao Cidadão

Fonte: PRO – Ouvidoria

Durante o ano de 2015, a Ouvidoria da Eletrobras CGTEE recebeu 42 manifestações, das quais 41 foram classificada como atendida e uma manifestação foi cancelada por estar em duplicidade.

No questionário disponibilizado aos usuários, de um total de 42 (quarenta e duas) manifestações, 08 (oito) manifestantes responderam o questionário de avaliação, representando 19,05% do total.

Relatório de consolidação do Questionário de Avaliação:

Questão	Opção	Qtde	%
Indique de que forma sua manifestação foi atendida	Foi atendida plenamente em tempo	3	37,50
	Foi atendida totalmente fora do tempo	0	0
	Foi atendida parcialmente em tempo	1	12,50
	Foi atendida parcialmente fora do tempo	0	0
	Não foi atendida	4	50,00
Como está a navegação do site da Ouvidoria:	De difícil entendimento	0	0
	Pode ser melhorado	1	12,50
	Bom	3	37,50
	De fácil entendimento	4	50,00
Sobre o prazo de solução da sua manifestação:	Ruim, demorou muito	3	37,50
	Boa, mas podia ser mais rápida	2	25,00
	Rápida e eficiente	3	37,50

Tabela 14: Relatório de consolidação do questionário de avaliação da Ouvidoria

Fonte: PRO - Ouvidoria

No gerenciamento das demandas referentes à Lei de Acesso à Informação nº 12.527, foram recebidas no Sistema de Informação ao Cidadão – SIC, 24 solicitações de informações, as quais foram respondidas sendo que 08 (oito) entraram com recurso.

6.2.Carta de Serviços ao Cidadão

Não se aplica à UPC

6.3.Aferição do grau de satisfação dos cidadãos-usuários

Não se aplica à UPC

6.4.Mecanismos de transparência das informações relevantes sobre a atuação da unidade

A Companhia publica em seu website (www.cgtee.gov.br) o Relatório de Sustentabilidade, Relatório de Administração e Demonstrações Financeiras, Relatórios de Gestão, Políticas Integradas, Estatuto Social, Código de Ética, Planejamento Estratégico.

O website conta ainda com links de acesso rápido ao Sistema de Informação ao Cidadão – SIC, Acesso à Informação, Transparência Pública e Canal Denúncia.

7. DESEMPENHO FINANCEIRO E INFORMAÇÕES CONTÁBEIS

7.1. Desempenho financeiro no exercício

A Companhia apresentou, em 31/12/2015, um prejuízo de R\$ 648,4 milhões, ante um prejuízo de R\$ 480,1 milhões em 31/12/2014. Os resultados apresentados no período determinaram um passivo a descoberto de R\$ 1,2 bilhões ao término do exercício, sendo R\$ 0,553 bilhão referente ao término do exercício de 2014.

Os resultados negativos apresentados tiveram como principais causas:

- A ROL apresentou um decréscimo de 26,6% em relação ao exercício de 2014, ocasionado pela queda de 38,3% na receita de curto prazo junto à CCEE;
- Aumento no custo com o carvão utilizado na produção de energia, com um acréscimo de 48,9% em 2015, devido à redução do percentual de reembolso do gasto com o carvão utilizado na UTE Presidente Médici;
- O resultado financeiro apresentou um déficit de R\$ 351 milhões, representando um aumento de 33% em relação a 2014. O resultado foi impactado pelos encargos financeiros sobre a dívida, que tiveram uma elevação de 47,9% em relação a 2014.
- O total do passivo circulante foi de R\$ 770,99 milhões (R\$ 637,26 milhões em 2014). Deste total, R\$ 414,04 milhões são referentes ao financiamento da UTE Candiota III (R\$ 290,51 milhões em 2014), dispendidos na revitalização da UTE Presidente Médici UG3 e UG4, dividendos não distribuídos e demais empréstimos para custeio contraídos junto à Eletrobras.
- Para investimentos na revitalização das UGs 3 e 4 da UTE Presidente Médici, conforme TAC assumido com o IBAMA, a Companhia conta com o apoio financeiro da Eletrobras através do financiamento destas obras via empréstimos com recursos da RGR e pela integralização de AFAC no caso específico do TAC da UTE Presidente Médici.
- Diante do quadro apresentado em 31/12/2015, a Companhia manteve tratativas permanentes junto à Eletrobras para viabilizar ações que possibilitem a sua recuperação técnica e financeira, onde neste sentido houve a aprovação do PNG pelo Conselho de Administração, em reunião realizada em Brasília, no dia 29/09/2014, destacando-se:
 - UTEs São Jerônimo e NUTEPA: unidades com operação comercial suspensa (UTE São Jerônimo: UG1 em 02/12/2011, UG2 e UG3 em 11/07/2014 – UTE NUTEPA: em 06/10/2011). Ao término do exercício, as usinas encontravam-se em processo de desmobilização devido ao término de vida útil, tecnologia obsoleta, baixo rendimento e por consequência, alto custo operacional. O saldo contábil considerado para tais unidades é zero;
 - UTE Presidente Médici: demanda recursos para revitalização e adequação ambiental conforme TAC, buscando o cumprimento dos CCEARs que findaram em 2015 e os remanescentes que findarão em 2016. As UGs 1 e 2, conforme o TAC, deverão ser desativadas após 31/12/2017. As UGs 3 e 4 estão com processo de renovação das concessões em andamento, junto à ANEEL. Os investimentos previstos e realizados para conclusão dos projetos em curso e recuperação da potência nominal das UGs objetivam de equilíbrio econômico-financeiro para a Companhia, pois possibilitarão maiores níveis de disponibilidade de geração de energia;

- UTE Candiota III: o comprometimento de parte da receita da UTE Candiota III, em razão de indisponibilidade da usina pelo não atendimento aos despachos do ONS, foi o principal fator de desequilíbrio em 2015. A Companhia obteve junto à ANEEL, em 28/01/2014 a revogação da “Cláusula 14” dos CCEARs, estando a mesma homologada através da Resolução ANEEL 599/2014. A revisão dos parâmetros técnicos desta UG, objetiva minimizar penalidades financeiras que impactam nos resultados da Companhia.

Cabe ainda destacar que a Eletrobras CGTEE está tendo suporte financeiro da Eletrobras para execução de suas atividades operacionais, bem como para seu custeio e investimento.

7.2.Tratamento contábil da depreciação, da amortização e da exaustão de itens do patrimônio e avaliação e mensuração de ativos e passivos

Imobilizado

O imobilizado é contabilizado ao custo de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada calculada pelo método linear.

Para os bens existentes em 31/12/ 2015, os saldos contábeis registrados nos respectivos TUCs, conforme determina a Resolução ANEEL nº 367, de 02/06/ 2009, atualizada pela Resolução ANEEL nº 674, de 11/08/2015, estão depreciados a taxas anuais constantes na "Tabela XVI - taxas de depreciação", anexa à referida Resolução e atualizadas pela Resolução ANEEL nº 474, de 07/02/ 2012, descritas na Nota Explicativa 10, integrante das Demonstrações Contábeis do exercício, refletindo a vida útil estimada dos bens até a referida data.

Em todos os bens adquiridos a partir de 01/01/2010 foram aplicados os normativos advindos da Resolução ANEEL nº 367/2009, que aprovou o MCPSE, com suas respectivas TUCs, UARs e a respectiva tabela de depreciação. A Companhia tem mantido seu acervo patrimonial em consonância com a Resolução acima citada e suas alterações posteriores.

Em relação ao imobilizado em curso, de acordo com o MCPSE, e regras emanadas do CPC através do normativo CPC-27, em conjunto com o OCPC-05, juros e outros encargos financeiros (variações monetárias e cambiais) relacionados aos empréstimos, efetivamente aplicados em construções em andamento, são registrados nesta conta como parte dos custos, limitados à aplicação da taxa de juros WACC.

Os custos diretos com pessoal, serviços e outras despesas das obras e dos investimentos em andamento estão sendo apropriados os efetivamente alocados nos respectivos projetos. A capitalização de encargos financeiros (juros e variações) é descontinuada a partir da entrada em operação e transferência de imobilizado em curso para imobilizado em serviço. Os materiais em almoxarifado destinados a imobilizações estão classificados no ativo imobilizado em curso, sendo demonstrados ao custo médio de aquisição, que não excede ao valor de mercado.

Intangível

O intangível refere-se à licenças adquiridas de programas de computador que são capitalizadas e amortizadas ao longo de sua vida útil estimada, conforme detalhamento nas Notas Explicativas das Demonstrações Contábeis, integrantes deste Relatório.

7.3.Sistemática de apuração de custos no âmbito da unidade

A Companhia não tem contabilidade com apuração de resultados baseadas em custos por ser uma concessionária de Serviço Público de Energia Elétrica, com Plano de Contas Regulatório Contábil estabelecido pela ANEEL, e para fins societários aplica as normas emitidas pelo CPC e CVM baseadas no IFRS previstas na Lei 6.404/1976, com as alterações da Lei 11.638/2007 e 11.941/2009.

7.4.Demonstrações contábeis exigidas pela Lei 6.404/76 e notas explicativas

As Demonstrações Contábeis exigidas pela Lei 6.404/76 e notas explicativas foram publicadas no website da Eletrobras CGTEE e estão disponíveis para consultas através do seguinte link de acesso:

www.cgtee.gov.br/Files/Relatório de Administração 2015.pdf

8. ÁREAS ESPECIAIS DA GESTÃO

8.1. Gestão de Pessoas

8.1.1. Estrutura de pessoal da unidade

8.1.1.1. Força de Trabalho da UPC

Quadro 21 – Força de Trabalho da UPC

Tipologias dos Cargos	Lotação*		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Servidores em Cargos Efetivos (1.1 + 1.2)	627	595	2	8
1.1. Membros de poder e agentes políticos	0	0	0	8
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	627	595	2	8
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	627	589	0	8
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	0	0	0	0
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório	0	0	0	0
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	0	06	2	0
2. Servidores com Contratos Temporários	0	0	0	0
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública	0	30	0	9
4. Total de Servidores (1+2+3)	627	625	2	17

Fonte: DAH – Departamento de Recursos Humanos

8.1.1.2. Distribuição da Lotação Efetiva

Quadro 22 – Distribuição da Lotação Efetiva

Tipologias dos Cargos	Lotação Efetiva	
	Área Meio	Área Fim
1. Servidores de Carreira (1.1)	99	490
1.1. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	99	490
1.1.2. Servidores de carreira vinculada ao órgão	99	490
1.1.3. Servidores de carreira em exercício descentralizado	0	0
1.1.4. Servidores de carreira em exercício provisório	0	0
1.1.5. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	2	2
2. Servidores com Contratos Temporários	0	0
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública	24	4
4. Total de Servidores (1+2+3)	125	496

8.1.1.3. Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UPC

Quadro 23 – Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UPC

Tipologias dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Cargos em Comissão	33	33	0	9
1.1. Cargos Natureza Especial	0	0	0	0
1.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	33	33	0	9
1.2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	0	0	0	0
1.2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	0	0	0	0
1.2.3. Servidores de Outros Órgãos e Esferas	2	2	0	0
1.2.4. Sem Vínculo	30	30	0	0
1.2.5. Aposentados	1	1	0	0
2. Funções Gratificadas	75	75	9	0
2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	74	74	9	0
2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	0	0	0	0
2.3. Servidores de Outros órgãos e Esferas	1	1	0	0
3. Total de Servidores em Cargo e em Função (1+2)	108	108	9	9

Fonte: DAH – Departamento de Recursos Humanos

Análise Crítica

Em decorrência do PID ocorrido entre junho de 2013 e novembro de 2014, quando foram desligados 121 (cento e vinte e um) empregados, o quali-quantum de pessoal é menor que as necessidades da empresa e continuaram a impactar negativamente também em 2015, pois houve mais egressos que ingressos no exercício, sendo uma das causas identificadas como restritivas ao melhor desempenho e performance das atividades/processos.

Por sua vez, a Eletrobras, bem como o quantitativo definido pelo DEST, desautorizam a reposição dos empregados através de concurso público, mantendo a Empresa em estado de atenção devido a perda de conhecimentos e consequentes riscos operacionais e de segurança na continuidade dos processos de operação e geração de nossas unidades geradoras.

8.1.2. Demonstrativo das despesas com pessoal

8.1.2.1. Despesas do pessoal

Quadro 24 – Despesas do pessoal

Tipologias/ Exercícios	Vencimentos e vantagens fixas	Despesas Variáveis						Despesas de Exercícios Anteriores	Decisões Judiciais	Total
		Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e previdenciários	Demais despesas variáveis			
Membros de poder e agentes políticos										
	2015									R\$ 0,00
Exercícios	2014									R\$ 0,00
Servidores de Carreira vinculados ao órgão da unidade jurisdicionada(Empregados)										
	2015	R\$ 32.110.565,07		R\$ 1.567.834,56	R\$ 16.946.942,61		R\$ 6.267.505,67	R\$ 5.496.989,00		R\$62.389.836,91
Exercícios	2014	R\$ 30.430.697,55		R\$ 1.477.128,43	R\$ 17.494.417,37		R\$ 6.179.239,41	R\$ 5.962.195,34		R\$61.543.678,10
Servidores de Carreira SEM VÍNCULO com o órgão da unidade jurisdicionada(Adidos e Diretores Adidos)										
	2015	R\$ 339.659,55		R\$ 49.326,83	R\$ 37.149,24		R\$ -	R\$ -		R\$ 426.135,62
Exercícios	2014	R\$ 3.471,00		R\$ 45.834,33	R\$ 41.598,92		R\$ -	R\$ 2,53		R\$ 90.906,78
Servidores SEM VÍNCULO com a administração pública(Assessores e Diretores)										
	2015	R\$ 4.752.646,02		R\$ -	R\$ 959.843,78		R\$ 228.560,88	R\$ 4.506,69		R\$ 5.945.557,37
Exercícios	2014	R\$ 4.463.033,96		R\$ -	R\$ 993.192,38		R\$ 229.731,08	R\$ 25.790,18		R\$ 5.711.747,60
Servidores Cedidos com Ônus										
	2015	R\$ -								R\$ 0,00
Exercícios	2014	R\$ -								R\$ 0,00
Servidores com Contratos Temporários										
	2015									R\$ 0,00
Exercícios	2014									R\$ 0,00

Fonte: DAH – Departamento de Recursos Humanos

8.1.3. Gestão de riscos relacionados ao pessoal

A Empresa está alinhada às políticas e diretrizes da Eletrobras na gestão de riscos relacionados ao pessoal. Os possíveis riscos estão identificados no mapa de riscos e matriz de riscos da empresa.

No que tange à retenção de pessoal, a avaliação dos fatores de risco identificados é realizada segundo metodologia própria e critérios específicos pela Assessoria de Controles Internos e Gestão de Riscos. A diretriz é mitigar e/ou minimizar se possível os efeitos dos riscos. Algumas das temeridades identificadas são: êxodo de pessoal, perdas de qualidade e excelência, aumento de custos com recrutamento e seleção, aumento de custos com treinamento, quantidade inferior de profissionais em relação a real necessidade para a atividade, sobrecarga de trabalho, perda de capital intelectual e elevada rotatividade de profissionais.

8.1.4. Contratação de pessoal de apoio e de estagiários

8.1.4.1. Contratos de prestação de serviços não abrangidos pelo plano de cargos da unidade

Quadro 25 – Contratos de prestação de serviços não abrangidos pelo plano de cargos da unidade

Unidade Contratante						
Nome: COMPANHIA DE GERAÇÃO TÉRMICA DE ENERGIA ELÉTRICA						
UG/Gestão:						
Informações sobre os Contratos						
Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de escolaridade mínimo exigido dos trabalhadores contratados	Sit.
			Início	Fim		
2010	CONTRATAÇÃO DE POSTOS DE SERVIÇOS DE LIMPEZA, HIGIENE, JARDINAGEM, COPA, RECEPÇÃO E SERVIÇOS GERAIS	LIDERANÇA LIMPEZA E CONSERVAÇÃO LTDA. (00.482.840/0001-38)	27/12/2010	26/06/2016	OS CONTRATOS DE LIMPEZA E VIGILÂNCIA NÃO TÊM PREVISTO ESCOLARIDADE ESPECÍFICA PARA OS CARGOS, APENAS EXPERIÊNCIA NA FUNÇÃO	P
2014	VIGILÂNCIA PATRIMONIAL	LINCE SEGURANÇA PATRIMONIAL LTDA (10.364.152/0002-08)	07/03/2014	07/03/2016	OS CONTRATOS DE LIMPEZA E VIGILÂNCIA NÃO TÊM PREVISTO ESCOLARIDADE ESPECÍFICA PARA OS CARGOS, APENAS EXPERIÊNCIA NA FUNÇÃO	P

Fonte: DFIM - Divisão de Monitoramento e Apoio a Gestão de Contratos e Convênios e Áreas Gestoras (SGC)

Quadro 26 - Contratos de prestação de serviços não abrangido pelo plano de cargos da unidade

Contratos de prestação de serviço com utilização/locação de mão de obra						
Unidade Contratante						
Nome: COMPANHIA DE GERAÇÃO TÉRMICA DE ENERGIA ELÉTRICA						
UG/Gestão:						
Informações sobre os Contratos						
Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de escolaridade mínimo exigido dos trabalhadores contratados	Sit.
			Início	Fim		
1998	SUPRIMENTO DE CARVÃO E SERVIÇOS AGREGADOS	COMPANHIA RIOGRANDENSE DE MINERAÇÃO (92.724.145/0001-53)	18/12/1998	31/12/2024	Fundamental	P
2012	REMOÇÃO DE RESÍDUOS INDUSTRIAIS.	TORQUE POWER SERVICE LTDA. (00.218.067/0001-05)	17/02/2012	17/02/2016	Fundamental/Médio	P
2013	PRESTADORA DE SERVIÇOS DE MOTORISTAS	PLANSERVICE TERCEIRIZAÇÃO DE SERVIÇOS LTDA. (04.970.088/0001-25)	01/12/2013	31/10/2016	Sem previsão de escolaridade específica para os cargos, apenas experiência na função.	P
2014	SERVIÇOS TÉCNICOS NA ÁREA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO.	CDS INFORMÁTICA LTDA. (93.124.642/0001-83)	03/05/2014	03/05/2016	Médio/Superior (Conforme cargos)	P
2013	SERVIÇO DE APOIO TÉCNICO À MANUTENÇÃO.	RVT CONSTRUTORA SUL LTDA. (30.038.384/0001-00)	28/11/2013	28/11/2016	Fundamental, Médio/Superior (Conforme cargos)	P
2015	SERVIÇOS DE SUPORTE DE MANUSEIO DE CINZAS.	TORQUE POWER SERVICE LTDA. (00.218.067/0001-05)	27/01/2015	27/01/2016	Médio/Superior (Conforme cargos)	A

Fonte: DFIM - Divisão de Monitoramento e Apoio a Gestão de Contratos e Convênios e Áreas Gestoras (SGC)

8.1.4.2 Análise Crítica: Contratação de Estagiários

A empresa tem a função de orientar e incluir jovens no mercado de trabalho, existindo uma Norma Interna com regras para Contratação de estagiários e os requisitos necessários para realização do estágio.

O valor dispendido durante o exercício de 2015 foi de R\$719.319,97 conforme contrato firmado com a Fundatec Estágios. O número de estagiários em Dezembro/2015 é de 64 estagiários, sendo 31 na área meio e 33 na área fim.

Fonte: DAH – Departamento de Recursos Humanos

8.2. Gestão de patrimônio e infraestrutura

8.2.1. Gestão de patrimônio imobiliário da união

Não ocorreu no período

8.2.2. Informações sobre a gestão dos ativos imobiliários e sobre o plano nacional de desmobilização

Não se aplica à UPC.

8.3. Gestão de tecnologia da informação

8.3.1. Principais sistemas de informações

Sistema	Descrição
SAP R/3	Sistema de gestão corporativo, gerenciamento financeiro, contábil, recursos humanos, suprimentos e manutenção das usinas. Concluído e em funcionamento.
Exchange	Sistema de correio eletrônico corporativo. Concluído e em funcionamento.
Sharepoint	Sistema de portal eletrônico, intranet. Concluído e em funcionamento.
Netbackup	Sistema de gerenciamento de backup dos dados de todos os sistemas em fita. Concluído e em funcionamento.
Imperva	Sistema de controle e auditoria das bases de dados que são utilizadas pelo SAP. Concluído e em funcionamento.

Tabela 15: Principais Sistemas de Informações
Fonte: PRT – Assessoria de Tecnologia da Informação

8.3.2. Informações sobre o Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação (PETI) e sobre o Plano Diretor de Tecnologia de Informação (PDTI)

Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação (PETI):

O PETI tem como objetivos estratégicos alinhados ao Plano Estratégico da CGTEE:

ID	Objetivo Estratégico
OE01	Consolidar a Governança de TI
OE02	Promover a Segurança da Informação e Comunicações
OE03	Adotar o processo de software (PSW) no desenvolvimento de sistemas
OE04	Intensificar a prática de gerenciamento de projetos (GP) de TI
OE05	Manter adequada a infraestrutura de TI
OE06	Investir na Sustentação das Soluções em TI com foco na melhoria contínua

Tabela 16: Objetivos Estratégicos do PETI

Fonte: PRT – Assessoria de Tecnologia da Informação

O PDTI tem com necessidades e prioridades alinhado ao PETI:

ID	Necessidades	Requisitante do Serviço	Situação Atual	Prazo
1	Implementar um sistema de logística que planeje, controle o fluxo e o armazenamento eficiente e econômico dos produtos e matérias primas, eliminando perdas e promovendo a redução de custos;	Área de Suprimentos	Os controles são feitos em planilhas Excel, dificultando o compartilhamento de informações entre os usuários	4 anos
2	Implementar (implantar) sistema de planejamento (formal) para o gerenciamento da área de suprimentos (gerenciamento do estoque);	Área de Suprimentos	A dificuldade de planejar a aquisição de insumos e peças de reposição para as usinas	4 anos
3	Prover e melhorar a infraestrutura de rede da Usina Presidente Médici	Usina Presidente Médici	Grande parte da infraestrutura de rede da UPME se encontra obsoleta e cabeamento não certificado	2 anos
4	Prover e melhorar as estações de	Todas as unidades	Substituição de equipamentos	2 anos

	trabalho		obsoletos	
5	Prover e melhorar os Servidores	PRT	Substituição de equipamentos obsoletos	2 anos
6	Treinamento Pessoal da PRT	PRT	Qualificar os empregados da PRT	4 anos
7	Licenciamento dos softwares do parque informático	Todas as unidades	Renovação das licenças e aquisição	4 anos
8	Migração da Intranet para nova plataforma	Todas as unidades	Serviço atualmente desatualizado, software com manutenção precária, dificuldade para se tornar um verdadeiro Portal	4 anos
9	Implementar o Gerenciamento Eletrônico de documentos na empresa	Todas as unidades	Perdas de documentos e processos, muito lenta a recuperação das informações	4 anos
10	Padronização do SAP	Todas as unidades	Padronização conforme template da Eletrobras	4 anos

Tabela 17: Necessidades e Prioridades do PDTI

Fonte: PRT – Assessoria de Tecnologia da Informação

Descrição das atividades do Comitê Gestor de TI:

- Validar as políticas e diretrizes de Tecnologia da Informação;
- Garantir o alinhamento das ações de TI às estratégias empresariais;
- Validar e definir as prioridades de execução de projetos de Tecnologia da Informação;
- Validar as diretrizes para a aquisição de Bens e Serviços de TI;
- Mediar os interesses diversos em TI entre as áreas das Diretorias da Eletrobras CGTEE;
- Orientar para o aumento da eficiência e redução de custos de Tecnologia da Informação;
- Garantir o envolvimento das áreas requisitantes nos projetos específicos de TI;
- Garantir o alinhamento do Plano Diretor – PDTI ao Planejamento Estratégico Empresarial;
- Definir as prioridades e ajustes dos projetos de Tecnologia da Informação da Eletrobras CGTEE;

Descrição do plano de capacidade de pessoal de TI:

A Eletrobras CGTEE não possui um plano de capacidade de pessoal de TI formalizada, mas foram realizados os seguintes treinamentos para os empregados lotados na Assessoria de TI:

- Treinamento em 2015 de 3 analistas de sistemas em Gestão e fiscalização de contratos;
- Treinamento em 2015 de 2 analistas de sistemas em Conceitos de rede em fibra óptica;
- Treinamento em 2016 de 2 analistas de sistemas em administração SAP – Basis;

Descrição dos processos de gerenciamento de serviços TI:

Utilizamos para gerenciamento dos serviços de TI o Solution Manager da SAP para controle das melhorias desenvolvidas no software de gestão e também como ferramenta de abertura de chamadas para documentação das melhorias solicitadas pelas áreas de negócio. Também é utilizado para abertura de chamado de suporte ao usuário o SAP.

Utilizamos o software Papercut para controle dos serviços de impressão e bilhetagem das impressões realizadas pelos departamentos da Empresa.

Utilizamos formulário eletrônico em nossa página de intranet para solicitação de criação de contas de rede e serviço de correio eletrônico, solicitação de matérias de informática para empréstimo, controle de abertura de chamadas para os serviços de comunicação de dados.

Medidas tomadas para mitigar eventual dependência Tecnológica de empresas Terceirizadas:

Na Eletrobras CGTEE é utilizado o software de gestão SAP para os processos de negócio como contábil e financeiro, recursos humanos, manutenção das usinas e aquisição de materiais. Para manutenção deste ambiente foi necessário à contratação de serviço terceirizado para o desenvolvimento de novas melhorias conforme demandas das áreas de negócio. Para tentar mitigar esta dependência, treinamos um analista de sistemas na linguagem ABAP utilizada pelo SAP, mas a demanda de solicitação de melhorias é muito superior à disponibilidade do analista e, portanto, ainda utilizamos deste serviço terceirizado.

8.4. Gestão ambiental e sustentabilidade

8.4.1. Adoção de critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens e na contratação de serviços ou obras

Em que pese não existir um Plano de Logística Sustentável – PLS vigente foi elaborado o Guia de Orientações para Compras Sustentáveis da Eletrobras CGTEE, com base na Política Ambiental das Empresas Eletrobras, estabelecendo critérios e obrigações dos contratados no que se refere à sustentabilidade ambiental, os quais são inseridos em contratos e nos editais da Companhia.

9. CONFORMIDADE DA GESTÃO E DEMANDAS DOS ÓRGÃOS DE CONTROLE

O acompanhamento das deliberações e recomendações do Tribunal de Contas da União - TCU e do Órgão de Controle Interno - OCI, na Eletrobras CGTEE é realizado pela Auditoria Interna, sendo que, está em desenvolvimento um sistema informatizado de controle e monitoramento das demandas internas e externas, o qual tornará mais eficiente e eficaz este processo.

9.1. Tratamento de determinações e recomendações do TCU

No decorrer exercício de 2015, foram perpetradas à Eletrobras CGTEE 04 recomendações e 01 determinação do TCU através do ACÓRDÃO Nº 2213/2015 – TCU – Plenário.

Permanecem pendentes de cumprimento as recomendações e deliberações referentes aos exercícios 2014 e 2015, que seguem:

Quadro 27 – Tratamento de determinações e recomendações do TCU

Caracterização da determinação/recomendação do TCU				
Processo	Acórdão	Item	Comunicação expedida	Data da ciência
TC 021.471/2013-4	1056/2014	9.1.5	CTA-CA-47/2014	03/06/2014
Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação				
Eletrobras CGTEE – Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica				
Descrição da determinação/recomendação				
Elabore, aprove e acompanhe a execução de um plano anual de capacitação do pessoal do setor de TI da entidade, de forma a prover e aprimorar o conhecimento necessário para a gestão e operação de TI, à semelhança das orientações contidas no Cobit 5, Prática de Gestão APO07.03 – 'Maintain the skills and competencies of personnel' (Manter as habilidades e as competências de pessoal – tradução livre), atividades 4 e 5, e em consonância com o item 9.11.9 do acórdão 1233/2012-TCU-Plenário.				
Setor Responsável pela Implementação				
PRT – Assessoria de Tecnologia da Informação.				
Justificativa e medidas adotadas				
À Divisão de Formação e Qualificação Profissional – DAHT, encaminhamos no dia 09/06/2015, o processo para licitação dos treinamentos solicitados pela TI. O processo ainda não foi finalizado. No entanto, a Universidade das Empresas Eletrobras – Unise, com o objetivo de padronizar seus sistemas de informação corporativos, realizou capacitação em Academia BASIS para dois empregados da TI. Essa Ação foi importante, pois esses empregados poderão atuar com mais eficiência no módulo padrão SAP ERP seguindo os processos corporativos.				

Quadro 28 – Tratamento de determinações e recomendações do TCU

Caracterização da determinação/recomendação do TCU				
Processo	Acórdão	Item	Comunicação expedida	Data da ciência
TC 019.466/2014-5	2213/2015	9.1	OFÍCIO 1164/2015	15/09/2015
Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação				
Eletrobras CGTEE – Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica				
Descrição da determinação/recomendação				
9.1.1. Estabelecer cursos de capacitação e treinamento para gestores e funcionários sobre gestão de riscos, complementados por seminários, workshops e videoconferências, com interação entre o Departamento de Recursos Humanos e a Assessoria de Controles Internos e Gestão de Riscos;				
9.1.2. Identificar e avaliar sistematicamente todos os riscos dispostos na Matriz de Riscos da Eletrobras, nos pilares Estratégico, Financeiro, Operacional e de Conformidade, mediante reuniões específicas entre a Diretoria Executiva e a Assessoria de Controles Internos e Gestão de Riscos, utilizando as planilhas fornecidas pela Holding, contendo a descrição dos riscos, fatores de risco, consequências, proprietários de risco (risk owners), situação atual do controle, melhor prática, avaliação, relevância, status, dados de impacto e vulnerabilidade, assim como sugestões de melhoria, incorporando a gestão de riscos à tomada de decisões estratégicas da entidade;				
9.1.3. Elaborar plano de tratamento de riscos mediante reuniões específicas entre a Diretoria Executiva e a Assessoria de Controles Internos e Gestão de Riscos, com resposta apropriada para cada risco priorizado;				
Setor Responsável pela Implementação				
PRR – Controle Interno e Gestão de Riscos				
Justificativa e medidas adotadas				
Para atender as recomendações do TCU, a Eletrobras CGTEE elaborou Plano de implementação e operação da Gestão de Riscos, dividido em etapas a saber:				
Etapa 1 – Estabelecer as ações associadas às recomendações				
PRR e DAHT – Treinamentos específicos à PRR, Comitê de Riscos e chefias				
<ul style="list-style-type: none"> - Definição dos treinamentos (nivelamento); - Nível Comitê de Riscos - Nível Chefias - Nível corpo funcional - Busca de cursos no mercado orientados à Riscos direcionado à equipe PRR e Comitê de Riscos; - Seminários, workshops, videoconferências (ministrados pela equipe PRR e/ou convite representante PGAR – Holding); 				
PRR e PRM – Promover contato periódico com o corpo funcional através da mídia interna (intranet, e-mail) utilizando como alinhamento as publicações das empresas do Sistema, nos formatos a seguir:				
<ul style="list-style-type: none"> - Informes periódicos; - Política de Riscos (reforçar a importância); - Matriz de Riscos; - Riscos Prioritários Eletrobras CGTEE. 				
Etapa 2 – Identificação dos Riscos				
Definição dos Riscos Prioritários				

Revisar a Matriz de Riscos (periodicidade = anual)
Base para revisão: Matriz de Riscos do ciclo anterior
Público: Diretoria Executiva, Comitê de Riscos e PRR
Validação: Resolução de Diretoria
Prazo: 14/03/2016 (estimado). Para exercícios subsequentes definir mês de março como marco revisional.
Meio: Mediante encaminhamento da Matriz de Riscos atual com prazos para análise e entrevistas com Diretoria Executiva para consolidação.

Comentário: Os riscos prioritários são definidos porém, segundo critérios de relevância para a Holding. A recomendação do TCU sugere que seja implementada mesma metodologia de definição dos riscos prioritários com relevância para a CGTEE. Desta forma os riscos prioritários passarão a ser tratados em duas esferas distintas: Priorizações da Holding e priorizações da CGTEE. Neste contexto invariavelmente haverão riscos prioritários comuns à Holding e a CGTEE.

PRR – Confecção de relatório específico contendo:

Descrição dos riscos;
Fatores de Risco;
Consequências;
Proprietários de Risco;
Situação atual do controle;
Melhor prática;
Avaliação;
Relevância;
Status;
Dados de impacto e vulnerabilidade;
Recomendações.

Comentário: Esta recomendação do TCU já foi elaborada e encontra-se em vias de disponibilização à Alta Administração da Eletrobras CGTEE para análise e suporte à tomada de decisão.

Etapa 3 – Plano de tratamento de riscos

PRR – Revisar metodologia para implementação de planos de ação e monitoramento considerando:

- ✓ Redefinição dos proprietários dos riscos (risk owners) - Designação de empregados lotados nas respectivas áreas, chefias ou área proprietária;
- ✓ Monitoramento contínuo do(s) plano(s) de ação junto aos proprietários dos riscos;
- ✓ Promover testes de eficácia (certificação da implementação) do(s) plano(s) de ação;
- ✓ Introduzir o reporte do status do(s) plano(s) de ação à Diretoria Executiva e Comitê de Riscos (periodicidade = mensal);

Status das Ações/Etapas

Etapa 1 – Alinhamento com DAHT realizado. Previsão de projeto para treinamento(s) envolvendo integralmente o corpo funcional da Empresa para realização durante todo o exercício 2016 estimado para iniciar em março/2016.

Alinhamento com a PRM realizado. Encaminhamentos em fase de estudo pela área acerca das peças e mídias de comunicação que serão utilizadas durante o transcorrer do exercício de 2016.

Etapa 2 – Identificação dos riscos realizada; Relatório gerencial de riscos concluído, pendente de aprovação da Diretoria Executiva, riscos prioritários – em andamento análise preliminar PRR.

Etapa 3 – Não iniciado. Esta etapa necessita de revisão e definição dos proprietários dos riscos. Esta definição, por sua vez depende das ações de reestruturação da Empresa. Projeta-se o atendimento desta etapa à partir de maio exercício corrente.

Quadro 29 – Tratamento de determinações e recomendações do TCU

Caracterização da determinação/recomendação do TCU				
Processo	Acórdão	Item	Comunicação expedida	Data da ciência
TC 019.466/2014-5	2213/2015	9.1.4	OFÍCIO 1164/2015	15/09/2015
Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação				
Eletrobras CGTEE – Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica				
Descrição da determinação/recomendação				
Monitorar a integridade e efetividade da estrutura e do processo de gestão de riscos em relatórios periódicos da Auditoria Interna e estabelecer práticas para comunicar interna e externamente os assuntos relacionados à gestão de riscos, com interação entre a Assessoria de Comunicação e a Assessoria de Controles Internos e Gestão de Riscos;				
Setor Responsável pela Implementação				
PRA – Auditoria Interna.				
Justificativa e medidas adotadas				
Considerando as manifestações anteriores, formuladas pela Assessoria de Controles Internos e Gestão de Riscos da Eletrobras CGTEE, a Auditoria Interna, quando de posse do Plano de Ação a ser desenvolvido, auditará as práticas para comunicar interna e externamente os assuntos relacionados à gestão de riscos e a interação entre a Assessoria de Comunicação e a Assessoria de Controles Internos e Gestão de Riscos.				
Relativamente à emissão periódica de relatório de auditoria buscando o monitoramento da integridade e efetividade da estrutura e do processo de gestão de riscos, informamos que no PAINT 2016, não foi incluído este trabalho, contudo, temos um período destinado à reserva técnica que, após estudo de viabilidade, poderá ser disponibilizado para execução do trabalho, já em 2016.				

Quadro 30 – Tratamento de determinações e recomendações do TCU

Caracterização da determinação/recomendação do TCU				
Processo	Acórdão	Item	Comunicação expedida	Data da ciência
TC 019.466/2014-5	2213/2015	9.2	OFÍCIO 1164/2015	15/09/2015
Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação				
Eletrobras CGTEE – Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica				
Setor Responsável pela Implementação				
PRG – Assessoria de Gestão.				
Descrição da determinação/recomendação				
Determinar à Eletrobras CGTEE, com fundamento no art. 43, inciso I, da Lei 8.443/1992 c/c art. 250, inciso II, do Regimento Interno do TCU, que informe, no próximo relatório de gestão a ser remetido ao Tribunal para fins de prestação de contas anuais, as medidas adotadas na entidade tendentes a aprimorar a gestão corporativa de riscos, bem como noticie a eventual implementação de ações recomendadas no item 9.1 deste acórdão;				
Justificativa e medidas adotadas				
Informamos que adotaremos, na elaboração do Relatório de Gestão 2015, o disposto no Acordão 2213/2015.				

9.2.Tratamento de recomendações do Órgão de Controle Interno

No decorrer exercício de 2015, foram perpetradas à Eletrobras CGTEE 10 recomendações pelo OCI, através do Relatório nº 201503908, referentes ao Exercício 2014.

Permanecem pendentes de cumprimento, considerando os exercícios anteriores e o exercício de 2015, as Recomendações que seguem:

Quadro 31 – Tratamento de determinações e recomendações do Órgão de Controle Interno

Caracterização da determinação/recomendação do OCI				
Relatório	Exercício	Item	Comunicação expedida	Data da ciência
201203826	2011	3.1.3.12	Ofício 23036/2015	07/10/2015
<u>Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação</u>				
Eletrobras CGTEE – Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica				
<u>Setor Responsável pela Implementação</u>				
DT- Diretoria Técnica				
<u>Descrição da determinação/recomendação</u>				
Buscar o ressarcimento junto à empresa contratada dos valores indevidamente pagos a título de Vale Refeição, tendo em vista o erro na quantificação desse subitem no orçamento da obra.				
<u>Justificativa e medidas adotadas</u>				
MANIFESTAÇÃO – Diretoria Executiva – 04/11/2015 – Em 25 de agosto de 2015, a Diretoria Executiva constituiu Grupo de Trabalho para analisar o contrato CGTEE/DTC/056/2011 e o respectivo expediente interno, para que fosse apurada a base de cálculo do Item “Vale Alimentação” que consta na orçamentação e na proposta comercial da contratada, identificando valores a serem resarcidos ou não. O GT já concluiu os trabalhos, recomendando a cobrança administrativa dos valores apurados. O relatório conclusivo foi submetido à Diretoria Executiva, que decidiu inicialmente pela cobrança extrajudicial.				

Quadro 32 – Tratamento de determinações e recomendações do Órgão de Controle Interno

Caracterização da determinação/recomendação do OCI				
Relatório	Exercício	Item	Comunicação expedida	Data da ciência
201307764	2012	4.2.1.4	Ofício 23036/2015	07/10/2015
Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação				
Eletrobras CGTEE – Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica				
Setor Responsável pela Implementação				
PRG – Assessoria de Gestão				
Descrição da determinação/recomendação				
Aperfeiçoar suas rotinas e seus controles internos relativos ao acompanhamento e planejamento dos procedimentos para contratações de atividades regulares da Unidade, de modo a evitar a ocorrência de demandas urgentes de serviços e insumos, tal como já recomendado no subitem 3.1.3.6 do Relatório de Auditoria nº 201203826, referente à Avaliação de Gestão 2011, no subitem 3.1.1.4 do Relatório de Auditoria Nº 224434, referente à Avaliação da Gestão 2009 e no subitem 4.2.1.2 do Relatório de Auditoria Nº 245316, referente à Avaliação da Gestão 2008.				
Justificativa e medidas adotadas				
MANIFESTAÇÃO – DE – 04/11/2015 – A Eletrobras CGTEE procederá a revisão e atualização de seus procedimentos internos no prazo máximo de 90 (noventa) dias, em especial o Roteiro para Instauração e Julgamento de Processos Licitatório, a Norma de Gestão de Contratos, bem como em até 120 (cento e vinte) dias a conclusão e implementação do Sistema Integrado de Gestão de Aquisição – SIGA, conforme Resolução – RES-241/2015 de 30/10/2015 (ANEXO I).				

Quadro 33 – Tratamento de determinações e recomendações do Órgão de Controle Interno

Caracterização da determinação/recomendação do OCI				
Relatório	Exercício	Item	Comunicação expedida	Data da ciência
201407947	2013	1.2.1.3	Ofício 23036/2015	07/10/2015
Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação				
Eletrobras CGTEE – Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica				
Setor Responsável pela Implementação				
DF – Diretoria Financeira PRG – Assessoria de Gestão e Planejamento				
Descrição da determinação/recomendação				
Aperfeiçoar seus controles internos relativos ao acompanhamento dos procedimentos para contratações de atividades regulares, de modo a evitar a realização de contratações emergenciais por falta de celeridade na tramitação dos processos.				
Justificativa e medidas adotadas				
MANIFESTAÇÃO – DE – 04/11/2015 – A Eletrobras CGTEE procederá a revisão e atualização de seus procedimentos internos no prazo máximo de 90 (noventa) dias, em especial o Roteiro para Instauração e Julgamento de Processos Licitatório, a Norma de Gestão de Contratos, bem como em até 120 (cento e vinte) dias a conclusão e implementação do Sistema Integrado de Gestão de Aquisição - SIGA, conforme Resolução – RES-241/2015 de 30/10/2015 (ANEXO I).				

Quadro 34 – Tratamento de determinações e recomendações do Órgão de Controle Interno

Caracterização da determinação/recomendação do OCI				
Relatório	Exercício	Item	Comunicação expedida	Data da ciência
201407947	2013	1.2.1.5	Ofício 23036/2015	07/10/2015
Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação				
Eletrobras CGTEE – Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica				
Setor Responsável pela Implementação				
DO – Diretoria de Operação				
Descrição da determinação/recomendação				
Implementar ações que visem minimizar os problemas de temperatura dos gases de combustão na entrada do dessulfurizador e providenciar a realização dos ajustes operacionais necessários, com vistas a diminuir o consumo de cal virgem na UTE Candiota III (Fase C).				
Justificativa e medidas adotadas				
MANIFESTAÇÃO – Diretoria Executiva – 04/11/2015 – A revisão anual de manutenção da UTE Candiota III está prevista para o período de 07/11/2015 a 06/12/2015.				

Quadro 35 – Tratamento de determinações e recomendações do Órgão de Controle Interno

Caracterização da determinação/recomendação do OCI				
Relatório	Exercício	Item	Comunicação expedida	Data da ciência
201407947	2013	1.2.1.8	Ofício 23036/2015	07/10/2015
Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação				
Eletrobras CGTEE – Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica				
Setor Responsável pela Implementação				
DO – Diretoria de Operação				
Descrição da determinação/recomendação				
Observar o cumprimento dos prazos pactuados no item 4.4 do Segundo Termo de Aditamento ao Contrato Nº CGTEE/DTC/108/2010, aplicando, em caso de descumprimento, as penalidades previstas na Cláusula Oitava do Contrato original firmado com a Cementos del Plata.				
Justificativa e medidas adotadas				
MANIFESTAÇÃO – Diretoria Executiva – 04/11/2015 – Em 22/06/2015, através da Carta PR-116/2015 (ANEXO II), a contratada foi notificada a apresentar as justificativas para a não entrega do silo no prazo contratual. As justificativas foram recebidas em 29/06/2015, sendo as mesmas não acolhidas pela Eletrobras CGTEE e aplicada penalidade de multa através da Carta PR-161/2015, DE 27/08/2015 (ANEXO III).				

Quadro 36 – Tratamento de determinações e recomendações do Órgão de Controle Interno

Caracterização da determinação/recomendação do OCI				
Relatório	Exercício	Item	Comunicação expedida	Data da ciência
201503908	2014	1.1.1.2	Ofício 23036/2015	07/10/2015
Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação				
Eletrobras CGTEE – Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica				
Setor Responsável pela Implementação				
PRG – Assessoria de Gestão				
Descrição da determinação/recomendação				
Doravante, fazer constar, nos autos, todos os documentos pertinentes e necessários, em ordem cronológica, de forma que o processo demonstre em sua completude os atos e fatos nele ocorridos.				
Justificativa e medidas adotadas				
MANIFESTAÇÃO – Diretoria Executiva – 04/11/2015 – A Eletrobras CGTEE procederá a revisão e atualização de seus procedimentos internos no prazo máximo de 90 (noventa) dias, em especial o Roteiro para Instauração e Julgamento de Processos Licitatório, a Norma de Gestão de Contratos, bem como em até 120 (cento e vinte) dias a conclusão e implementação do Sistema Integrado de Gestão de Aquisição - SIGA, conforme Resolução – RES-241/2015 de 30/10/2015 (ANEXO I).				

Quadro 37 – Tratamento de determinações e recomendações do Órgão de Controle Interno

Caracterização da determinação/recomendação do OCI				
Relatório	Exercício	Item	Comunicação expedida	Data da ciência
201503908	2014	1.1.1.3	Ofício 23036/2015	07/10/2015
Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação				
Eletrobras CGTEE – Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica				
Setor Responsável pela Implementação				
PRG – Assessoria de Gestão				
Descrição da determinação/recomendação				
Realizar tempestivamente as contratações e/ou aquisições regulares, de modo a evitar a realização indevida de contratações emergenciais, com base no inciso IV do artigo 24 da Lei nº 8.666/93, decorrentes de falta de celeridade na tramitação dos processos ou de falhas no planejamento de compras.				
Justificativa e medidas adotadas				
MANIFESTAÇÃO – DE – 04/11/2015 – A Eletrobras CGTEE procederá a revisão e atualização de seus procedimentos internos no prazo máximo de 90 (noventa) dias, em especial o Roteiro para Instauração e Julgamento de Processos Licitatório, a Norma de Gestão de Contratos, bem como em até 120 (cento e vinte) dias a conclusão e implementação do Sistema Integrado de Gestão de Aquisição - SIGA, conforme Resolução – RES-241/2015 de 30/10/2015 (ANEXO I).. Manifestações referente apontamentos ligados à CPFs (ANEXO IV).				

Quadro 38 – Tratamento de determinações e recomendações do Órgão de Controle Interno

Caracterização da determinação/recomendação do OCI				
Relatório	Exercício	Item	Comunicação expedida	Data da ciência
201503908	2014	1.2.1.1	Ofício 23036/2015	07/10/2015
Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação				
Eletrobras CGTEE – Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica				
Setor Responsável pela Implementação				
DO – Diretoria de Operação				
Descrição da determinação/recomendação				
Atualizar estudos existentes, juntando-os aos processos de aquisição ou locação a serem realizados, com o intuito de respaldar a tomada de decisão gerencial mais vantajosa para a Companhia ante a existência de duas alternativas: locação versus aquisição. Caso o referido estudo aponte vantagens com a opção pela aquisição, definir o quantitativo de material a ser adquirido e, consequentemente, proceder a aquisição, reduzindo, dessa forma, o custo com a locação de andaimes, visto tratar-se de uma demanda contínua (decorrente de manutenções diárias e anuais).				
Justificativa e medidas adotadas				
MANIFESTAÇÃO – Diretoria Executiva – 04/11/2015 – Em que pese não ter sido atualizado os estudos anteriores, para consubstanciar a contratação referida (CGTEE/DTC/043/2014), uma análise simplificada , apenas dos itens referente a tubos, permite ponderar que:				
<ul style="list-style-type: none"> - o quantitativo de tubos mobilizados mensalmente equivale a 11.804,50 m lineares; - o valor mensal, considerando o valor unitário atualmente contratado de R\$ 1,38 o metro de tubo locado, é de R\$ 16.290,21 (dezesseis mil, duzentos e noventa reais e vinte e um centavos), correspondendo a R\$ 195.482,52 (cento e noventa e cinco mil, quatrocentos e oitenta e dois reais e cinquenta e dois centavos) ao ano; - se fosse procedida a compra deste mesmo quantitativo de tubos ao preço de referência no SINAPI, isto é, R\$ 27,90 (vinte e sete reais e noventa centavos), teríamos o valor de R\$ 329.345,55 (trezentos e vinte e nove mil trezentos e quarenta e cinco reais e cinquenta e cinco centavos). Nestas condições, este valor corresponde a 20 meses de locação de tubos. 				
Conforme já manifestado ao longo do Relatório Preliminar, e confirmando seu compromisso, a Eletrobras CGTEE, através da Diretoria Técnica, em 15/10/2015, determinou a realização de novo estudo de viabilidade técnica, operacional e econômica, tendo-se por base, atividades desempenhadas, segurança, controle de estoque, taxa de reposição, manutenção dos materiais, demanda fixa e variável, dentre outros (Memorando DT-114/2015 - ANEXO V) para que ao longo do mês de novembro o mesmo seja analisado.				

Quadro 39 – Tratamento de determinações e recomendações do Órgão de Controle Interno

Caracterização da determinação/recomendação do OCI				
Relatório	Exercício	Item	Comunicação expedida	Data da ciência
201503908	2014	1.2.1.2	Ofício 23036/2015	07/10/2015
Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação				
Eletrobras CGTEE – Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica				
Setor Responsável pela Implementação				
PRG – Assessoria de Gestão DT – Diretoria Técnica				
Descrição da determinação/recomendação				
<p>RECOMENDAÇÃO 1- Revisar, por meio de suas áreas administrativas, técnicas e operacionais, os procedimentos internos relacionados ao acompanhamento das compras e contratações de serviços, a fim de dar mais celeridade na execução dos contratos.</p> <p>RECOMENDAÇÃO 2- Estudar a possibilidade de aplicar junto à contratada as penalidades contratualmente previstas, decorrentes dos atrasos ocorridos na execução do Contrato nº CGTEE/DTC/049/2014, de 05/09/2014.</p>				
Justificativa e medidas adotadas				
<p>RECOMENDAÇÃO 1 -MANIFESTAÇÃO – Diretoria Executiva – 04/11/2015 – A Eletrobras CGTEE procederá a revisão e atualização de seus procedimentos internos no prazo máximo de 90 (noventa) dias, em especial o Roteiro para Instauração e Julgamento de Processos Licitatório, a Norma de Gestão de Contratos, bem como em até 120 (cento e vinte) dias a conclusão e implementação do Sistema Integrado de Gestão de Aquisição - SIGA, conforme Resolução – RES-241/2015 de 30/10/2015 (ANEXO I).</p> <p>RECOMENDAÇÃO 2- MANIFESTAÇÃO – Diretoria Executiva – 04/11/2015 – A Eletrobras CGTEE já está procedendo a devida avaliação da execução do contrato, visando determinar as responsabilidades exclusivas da contratada em relação ao atraso incorrido e possíveis penalidades, de acordo com o estabelecido no instrumento contratual, conforme Memorando DTE-123/2015(ANEXO VI).</p>				

Quadro 40 – Tratamento de determinações e recomendações do Órgão de Controle Interno

Caracterização da determinação/recomendação do OCI				
Relatório	Exercício	Item	Comunicação expedida	Data da ciência
201503908	2014	1.2.1.3	Ofício 23036/2015	07/10/2015
Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação				
Eletrobras CGTEE – Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica				
Setor Responsável pela Implementação				
PRG – Assessoria de Gestão				
Descrição da determinação/recomendação				
Revisar, por meio de suas áreas administrativas, técnicas e operacionais, os procedimentos internos relacionados às aquisições e contratações de serviços, a fim de evitar a prestação de serviços sem o devido respaldo contratual.				
Justificativa e medidas adotadas				
MANIFESTAÇÃO – Diretoria Executiva – 04/11/2015 – A Eletrobras CGTEE procederá a revisão e atualização de seus procedimentos internos no prazo máximo de 90 (noventa) dias, em especial o Roteiro para Instauração e Julgamento de Processos Licitatório, a Norma de Gestão de Contratos, bem como em até 120 (cento e vinte) dias a conclusão e implementação do Sistema Integrado de Gestão de Aquisição - SIGA, conforme Resolução – RES-241/2015 de 30/10/2015 (ANEXO I).				

Quadro 41 – Tratamento de determinações e recomendações do Órgão de Controle Interno

Caracterização da determinação/recomendação do OCI				
Relatório	Exercício	Item	Comunicação expedida	Data da ciência
201503908	2015	1.2.1.4	Ofício 23036/2015	07/10/2015
Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação				
Eletrobras CGTEE – Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica				
Setor Responsável pela Implementação				
DF – Diretoria Financeira PRG – Assessoria de Gestão				
Descrição da determinação/recomendação				
RECOMENDAÇÃO 1- Apurar a responsabilidade dos agentes que deram causa à morosidade na contratação desses serviços e a consequente realização de dispensas de licitação indevidamente caracterizadas como emergenciais.				
RECOMENDAÇÃO 2- Revisar as rotinas e procedimentos internos relativos ao planejamento e acompanhamento dos procedimentos para contratações.				
Justificativa e medidas adotadas				
RECOMENDAÇÃO 1 - MANIFESTAÇÃO – Diretoria Executiva – 04/11/2015 – A Eletrobras CGTEE através de sua Diretoria Executiva, determinou que seja encaminhado Relatório consubstanciado, pela DF – Diretoria Financeira, para a Comissão Permanente de Correição analisar as providências tomadas e emitir parecer para deliberação deste colegiado. Manifestações referente apontamentos ligados a CPFs (ANEXO VIII).				

RECOMENDAÇÃO 2 -MANIFESTAÇÃO – Diretoria Executiva – 04/11/2015 – A Eletrobras CGTEE procederá a revisão e atualização de seus procedimentos internos no prazo máximo de 90 (noventa) dias, em especial o Roteiro para Instauração e Julgamento de Processos Licitatório, a Norma de Gestão de Contratos, bem como em até 120 (cento e vinte) dias a conclusão e implementação do Sistema Integrado de Gestão de Aquisição - SIGA, conforme Resolução – RES-241/2015 de 30/10/2015 (ANEXO I).

Quadro 42 – Tratamento de determinações e recomendações do Órgão de Controle Interno

Caracterização da determinação/recomendação do OCI				
Relatório	Exercício	Item	Comunicação expedida	Data da ciência
201503908	2014	1.2.1.5	Ofício 23036/2015	07/10/2015
Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação				
Eletrobras CGTEE – Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica				
Setor Responsável pela Implementação				
PRG – Assessoria de Gestão				
Descrição da determinação/recomendação				
Revisar as rotinas e procedimentos internos relativos ao planejamento das contratações, de forma que os projetos básicos e editais de licitação elaborados pela Companhia não contenham restrições à competitividade dos certames licitatórios.				
Justificativa e medidas adotadas				
<p>MANIFESTAÇÃO – Diretoria Executiva – 04/11/2015 – Durante o processo licitatório houve somente uma solicitação de esclarecimento referente à visita técnica, mais especificamente sobre o período da visita. Assim, não nos parece adequado afirmar como fator agravante de responsabilização que tal exigência gerou benefícios impróprios a terceiros. Ratificamos as justificativas apresentadas, dada a singularidade e importância do Complexo Termelétrico de Candiota no âmbito do Sistema Interligado Nacional. A exigência da visita foi embasada em decisões do próprio Tribunal de Contas da União. Em relação à DTML, estamos de acordo que a visita técnica poderia ser flexibilizada.</p> <p>Desta forma, a Eletrobras CGTEE procederá a revisão e atualização de seus procedimentos internos, no prazo máximo de 90 (noventa) dias, em especial o Roteiro para Instauração e Julgamento de Processos Licitatório, a Norma de Gestão de Contratos, conforme Resolução – RES-241/2015 de 30/10/2015 (ANEXO I). Este trabalho deverá contemplar aspectos específicos sobre projetos básicos e editais de licitação, avaliando e aprimorando os critérios para exigências de habilitação, equilibrando a competitividade entre as licitantes com garantias de atendimento pleno às necessidades da Companhia.</p>				

Quadro 43 – Tratamento de determinações e recomendações do Órgão de Controle Interno

Caracterização da determinação/recomendação do OCI				
Relatório	Exercício	Item	Comunicação expedida	Data da ciência
201503908	2014	2.1.1.1	Ofício 23036/2015	07/10/2015
Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação				
Eletrobras CGTEE – Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica				
Setor Responsável pela Implementação				
Comissão Permanente de Correição - Secretário				
Descrição da determinação/recomendação				
Fazer uso do Sistema CGU-PAD para cadastro dos procedimentos citados, com a finalidade de comunicar à CGU a instauração de sindicância ou outro processo administrativo disciplinar e o respectivo resultado, de acordo com o estabelecido no parágrafo único do Art. 20 da Lei nº 10.683/2003, com redação da Lei nº 12.314/2010.				
Justificativa e medidas adotadas				
MANIFESTAÇÃO – Diretoria Executiva – 04/11/2015 – A Diretoria Executiva da Eletrobras CGTEE, através da Resolução nº 228/2015 (ANEXO VII). de 19 de outubro de 2015 designou o administrador do Sistema CGU-PAD, em atendimento ao disposto no art. 20 da Lei nº 10.683/2003.				

9.3. Medidas administrativas para apuração de responsabilidade por dano ao Erário

A Eletrobras CGTEE possui em sua estrutura Assessoria de Controles Internos e Gestão de Riscos, Unidade de Auditoria Interna, Comissão Permanente de Correição, Comissão de Ética, Programa Anticorrupção das Empresas Eletrobras e Comitê de Gestão Integrada de Riscos que trabalham na apuração e minimização da ocorrência de ilícitos administrativos.

Não foram instaurados Processos Administrativos Disciplinares – PAD para apuração de danos ao erário no exercício.

9.4. Demonstração da conformidade do cronograma de pagamentos de obrigações com o disposto no art. 5º da Lei 8.666/1993

A Eletrobras CGTEE cumpre integralmente todos os ditames legais constantes na Lei 8.666/93, o que pode ser evidenciado nos editais, contratos e processos de aquisição da empresa. Todos os valores, preços e custos utilizados nas licitações tem como expressão monetária a moeda corrente nacional, ressalvados casos de licitações internacionais, no pagamento das obrigações relativas ao fornecimento de bens, locações, realização de obras e prestação de serviços, obedece, para cada fonte diferenciada de recursos, a estrita ordem cronológica das datas de suas exigibilidades, salvo quando presentes relevantes razões de interesse público e mediante prévia justificativa da Diretoria Executiva.

9.5.Informações sobre ações de publicidade e propaganda

Quadro 44 – Informações sobre ações de publicidade e propaganda

Publicidade	Programa/Ação orçamentária	Valores empenhados	Valores pagos*
Institucional	Item de orçamento 5.3 – Institucional ODI 600.311 (TAC)		R\$ 170.271,89
Legal	Item de orçamento 53		R\$ 359.179,80
Mercadológica	Não ocorreu no período		
Utilidade pública	Não ocorreu no período		

*Despesas com ações de publicidade veiculada, distribuída, exibida ou exposta entre 01/01/2015 e 31/12/2015.

Obs.:” Valores empenhados” não se aplica às Empresas de Economia Mista

Fonte Publicidade Institucional: PRM - Assessoria de Comunicação

Fonte Publicidade Legal: DFSC - Divisão de Licitações e Contratos

Contratos vigentes com agência de publicidade em 2015:

Contrato CGTEE/SEDE/134/2013

Vigência 12 meses a contar de 05/11/2013

Valor: R\$ 1.902.572,79

1º Termo Aditivo CGTEE/SEDE/134/2013

Vigência 12 meses a contar de 05/11/2014

Valor: R\$ 2.351.955,00

Agência Martins & Andrade

9.6.Outras informações relevantes

Com base na análise do exercício de 2015, relatamos, além dos fatos expostos ao longo desse Relatório de Gestão, as seguintes ocorrências relevantes com impacto na Eletrobras CGTEE:

Revogação da Cláusula 14 dos CCEAR

O processo n.º 48500.001862/2013-78 versava sobre o tema da Cláusula 14 dos contratos CCEAR, no qual, por três vezes, em sede liminar, a ANEEL, negou os pedidos de sua suspensão. Tendo em vista a demora no atendimento dos pedidos de aditamento bilateral de contratos de compra de energia, solução dada pela própria Agência nos autos do mesmo processo, foi deferida medida cautelar nesse sentido.

Através do Despacho ANEEL nº 3.413 de 08 de outubro de 2013, foi reconhecido o pedido de concessão de medida cautelar apresentado pela Eletrobras CGTEE, a partir da competência da contabilização de setembro, dando provimento para suspender a aplicação da Cláusula 14 dos Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado – CCEAR. Portanto, de acordo com o supracitado despacho, a partir da contabilização de setembro/2013 o *Ressarcimento Devido por Energia Indisponível* (aplicação da Cláusula 14 dos CCEAR) não foi mais contabilizado, porém

permanecendo valores já incorridos e não liquidados pelas distribuidoras até aquela data.

Pela Resolução Normativa/ANEEL/599/2014 de 28 de janeiro de 2014 a revogação da aplicação da Cláusula 14 dos CCEAR foi confirmada, impactando positivamente na receita desta unidade.

Assim, em 24/09/2014 a Eletrobras CGTEE ajuizou ação perante 2^a Vara Federal de Porto Alegre, objetivando o ressarcimento/compensação dos efeitos financeiros (prejuízos) retroativos, decorrentes da “revogação” da Cláusula 14, estimados na ordem de R\$ 85 milhões.

Julgado procedente em primeiro grau, com a revogação da cláusula 14 retroativamente a 11/03/2013 e condenação da ANEEL a restituir os valores pagos de 13/03/2013 a 07/10/2013, atualizados pela TR, mais juros de mora de 0,5% ao mês a partir da citação. A ANEEL interpôs apelação, distribuída à 4^a Turma do TRF, sem previsão de julgamento. Probabilidade de Êxito/Risco de Perda: Possível.

Ação Cautelar de Produção de Prova nº 004/1.13.0001596-9

Devido aos graves prejuízos financeiros decorrentes da operação irregular da UTE Candiota III após a fase de negociação amigável não ter tido êxito durante o ano de 2012, conforme previsto em contrato, a solução da controvérsia dar-se-á através de processo de arbitragem. Em suporte ao processo de arbitragem foi definida a propositura de uma ação cautelar de produção de provas.

A Eletrobras CGTEE busca com este procedimento preparatório fazer a prova do real prejuízo a ser atribuído às empresas do Grupo CITIC por conta de inadimplementos contratuais verificados desde a entrada em operação da usina. Esta ação servirá de base para uma futura cobrança no juízo arbitral, com o valor estimado em R\$ 3.841.177.518,41 (três bilhões, oitocentos e quarenta e um milhões, cento e setenta e sete mil, quinhentos e dezoito reais e quarenta e um centavos), que engloba prejuízos diretos e indiretos pela não geração de energia, multas e penalidades. A fase pericial está em curso.

Informações sobre a situação do Processo Nº001/1.07.0207693-0 CGTEE – Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica contra KREDITANSTALT FUR WIERERAUFBAU BANKENGRUPPE (KFW)

I) Processo nº 001/1.07.0207693-0 (5^a Vara Cível de Porto Alegre): Objeto: Trata-se o ajuizamento e o acompanhamento da ação declaratória de falsidade cumulada com inexistência de garantias, ajuizada pela CGTEE em face do Banco KFW. No momento, aguarda-se (i) em primeira instância, o prosseguimento da fase instrutória; e (ii) em segunda instância, o julgamento do AREsp do KfW.

II) Processo nº 001/1.10.0214352-8 (10^a Vara Cível de Porto Alegre): Objeto: Trata-se da defesa dos interesses da CGTEE em ação de dano material cumulada com dano moral ajuizada pelo Banco KFW contra a CGTEE. Em 07/10/2014, foi realizada audiência de instrução e julgamento. Em 03/11/2014, foi apresentada petição pela CGTEE requerendo o cancelamento de cartas precatórias destinadas à oitiva dos representantes pessoais da CGTEE e o encerramento da fase instrutória. No momento, aguarda-se a apreciação da petição protocolada pela CGTEE.

III) Processo n°. 001/1.10.0214352-8 (10ª Vara Cível do Foro de Porto Alegre) Objeto: Trata-se de reconvenção proposta pelo KFW na ação visando à condenação do KfW por dano moral a ser reparado por meio de retratação pública em jornais de grande circulação de Porto Alegre. Em 29/09/2010, foi apresentada reconvenção pela CGTEE. Em 22/11/2010, foi apresentada contestação pelo KFW. Em 06/01/2011, foi apresentada réplica pela CGTEE. Andamentos no relatório do processo n° 2143521-58.2010.8.21.0001 (ação indenizatória). Requer o KFW a condenação da CGTEE ao pagamento de (i) dano patrimonial no valor de R\$ 2.853.414,06; e dano moral a ser arbitrado em fase de liquidação. Após sucessivos desdobramentos processuais, o processo encontra-se na fase probatória.

IV) Processo n° 001/1.13.0105109-9 (14ª Vara Cível de Porto Alegre). Objeto: Ação cautelar de protesto proposta pelo KFW em face da CGTEE, objetivando evitar a prescrição para a cobrança de valores que entende ser de responsabilidade extracontratual da CGTEE – como aqueles que são objeto de sua ação indenizatória, mas essa nova ação versa sobre os valores posteriores à indenizatória (ou seja, os valores que alega o KFW vem arcando de 2010), no valor de E\$ 1.529.554,10. Após notificação, processo baixado em 07/08/2013.

V) Processo nº 2-12 0-236/12 (Tribunal Regional de Frankfurt/Alemanha). Em 03/05/2012 a CGTEE recebeu o Ofício nº 2677/2013/CGCI-DRCI-SNJ-MJ, de 12/04/2013, do Ministério da Justiça, que encaminha Carta Rogatória de notificação de ação de cobrança do KFW junto ao Tribunal Regional de Frankfurt. A Carta Rogatória tomou o nº 7988/DE (2013/0109413-6) junto ao STJ. Refere-se a cobrança da garantia de 4 (quatro) contratos da Usina Termelétrica Winimport S/A, no valor atual de E\$ 53.360.723,19. A CGTEE contestou por meio dos escritórios contratados (Demarest/Brasil e Noerr/Alemanha).

Suspeita de Irregularidades nas Compras Diretas efetuadas pela Eletrobras CGTEE

As suspeitas de dispensas irregulares e de direcionamento das compras na Eletrobras CGTEE foram apuradas em sindicâncias internas, culminando na instauração de um Processo Administrativo Disciplinar encaminhado para análise da Comissão Permanente de Correição que emitiu parecer, dentre outras proposições, pelo encaminhamento à Polícia Federal. A decisão de encaminhar para a Polícia Federal foi revista após reunião prévia com a Superintendência Regional daquele órgão no RS. Cópia dos autos da sindicância e do PAD foram enviados para a Polícia Civil/RS (Delegacia Fazendária), que deflagrou a "Operação Antracito", com o apoio técnico da CGU, que está analisando a documentação produzida nos processos encaminhados pela Eletrobras CGTEE e a que foi apreendida na sede da Companhia em 28/10/2015. Desde que foi deflagrada a Operação Antracito, a Eletrobras CGTEE está cooperando com as autoridades policiais.

10. ANEXOS E APÊNDICES

10.1. ANEXO I – Balanço Social

(Valores expressos em milhares de reais)					
	Em 2015	Em 2014			
1 - Geração e distribuição de riqueza					
Distribuição do Valor Adicionado - DVA está apresentada, na íntegra, no conjunto das Demonstrações Contábeis.					
Colaboradores	94.984	89.865			
Governo	80.880	96.651			
Agentes financeiros e aluguéis	349.563	277.536			
Retenção/distribuição de Prejuízo do exercício	(648.367)	(480.112)			
2 - RECURSOS HUMANOS	Em 2015	Em 2014			
2.1 - Remuneração					
Folha de pagamento bruta (FPB)	62.088	59.257			
- Empregados	60.000	57.856			
- Administradores	2.088	1.401			
Relação entre a maior e a menor remuneração:					
- Empregados	12,23	12,23			
- Administradores	9,57	9,57			
2.2 - Benefícios Concedidos	Valor (mil) % sobre FPB	% sobre RL	Valor (mil) % sobre FPB	% sobre RL	
Encargos Sociais	26.430	42,57%	25.171	42,48%	4.58%
Alimentação	9.035	14,55%	8.936	15,08%	1,63%
Transporte	2.514	4,05%	2.575	4,35%	0,47%
Previdência privada	5.627	9,06%	5.317	8,97%	0,97%
Saúde	2.884	4,65%	2.616	4,41%	0,48%
Segurança e medicina do trabalho	730	1,18%	618	1,04%	0,11%
Educação	114	0,18%	97	0,16%	0,02%
Cultura	63	0,10%	68	0,11%	0,01%
Capacitação e desenvolvimento profissional	660	1,06%	124	0,21%	0,02%
Creches ou auxílio creche	1.480	2,38%	1.419	2,39%	0,26%
Outros	5.485	8,83%	4.506	7,60%	0,82%
Total	55.023	88,62%	14,69%	51.447	86,80%
2.3 - Composição do Corpo Funcional	2015		2014		
Nº de empregados no final do exercício	621		634		
Nº de admissões	1		45		
Nº de demissões	8		16		
Nº de estagiários no final do exercício	72		64		
Nº de empregados portadores de necessidade especials no final do exercício	2		2		
Nº de prestadores de serviços terceirizados no final do exercício	615		761		
Nº de empregados por sexo:					
- Masculino	506		513		
- Feminino	115		121		
Nº de empregados por faixa etária:					
- Menores de 18 anos	0		0		
- De 18 a 35 anos	192		220		
- De 36 a 60 anos	413		398		
- Acima de 60 anos	16		16		
Nº de empregados por nível de escolaridade:					
- Analfabetos	0		0		
- Com ensino fundamental	38		65		
- Com ensino médio	463		367		
- Com ensino técnico		* Cadastro de nível e técnico é agrupado em Nível médio		* Cadastro de nível e técnico é agrupado em Nível médio	
- Com ensino superior	107		186		
- Pós-graduados	13		16		
Percentual de ocupantes de cargos de chefia, por sexo:					
- Masculino	85,14%		79,17%		
- Feminino	14,86%		20,83%		
2.4 - Contingências e passivos trabalhistas:	2015		2014		
Nº de processos trabalhistas movidos contra a entidade	565		733		
Nº de processos trabalhistas julgados procedentes	216		105		
Nº de processos trabalhistas julgados improcedentes	-		30		
Valor total de indenizações e multas pagas por determinação da justiça	-		-		
3 - Intereração da Entidade com o Ambiente Externo	2015		2014		
3.1 - Relacionamento com a Comunidade	Valor (mil) % sobre RO	% sobre RL	Valor (mil) % sobre RO	% sobre RL	
Total dos investimentos em:					
Educação	933	-0,14%	372	-0,08%	0,07%
Cultura	-	0,00%	0,00%	-	0,00%
Saúde e Segurança Alimentar	300	-0,05%	400	-0,08%	0,07%
Esporte e lazer	-	0,00%	0,00%	-	0,00%
Alimentação	-	0,00%	0,00%	-	0,00%
Geração de trabalho e renda	-	0,00%	0,00%	-	0,00%
Outros (Patrocínio Institucionais não Incentivados e Rec. Financeiros)	-	0,00%	0,00%	10	0,00%
Total dos investimentos	1.233	-0,19%	0,33%	782	-0,16%
Tributos (excluídos encargos sociais)	35.926	-5,54%	32.726	-6,82%	5,95%
Total - Relacionamento com a Comunidade	37.159	-5,73%	9,92%	33.508	-6,98%
3.2 - Intereração com os Fornecedores			São exigidos controles sobre:		
Critérios de responsabilidade social utilizados para a seleção de seus fornecedores					
4 - Intereração com o Meio Ambiente	2015		2014		
Investimentos e gastos com manutenção nos processos operacionais para a melhoria do meio ambiente	15.124	-2,33%	18.002	-3,75%	3,27%
Investimentos e gastos com a preservação e/ou recuperação de ambientes degradados	300	-0,05%	3.033	-0,63%	0,55%
Investimentos e gastos com a educação ambiental para empregados, terceirizados, autônomos e administradores da entidade	-	0,00%	0,00%	-	0,00%
Investimentos e gastos com educação ambiental para a comunidade	-	0,00%	0,00%	-	0,00%
Investimentos e gastos com outros projetos ambientais	382	-0,06%	0,10%	938	-0,20%
Quantidade de processos ambientais, administrativos e judiciais movidos contra a entidade	-	0,00%	0,00%	-	0,00%
Valor das multas e das indenizações relativas à matéria ambiental, determinadas administrativas e/ou judicialmente	-	0,00%	0,00%	-	0,00%
Passivos e contingências ambientais	-	0,00%	0,00%	-	0,00%
Total da Intereração com o meio ambiente	15.806	-2,44%	4,22%	21.973	-4,58%
5 - Outras informações	2015		2014		
Receita Líquida (RL)*	374.637		549.720		
Resultado Operacional (RO)	(648.367)		(480.112)		

(*) Nos valores da Receita líquida está incluído (-) Recup. De Despesa - Subv. Combustível 2014 R\$ 145.815

10.2. ANEXO II – Contrato de Metas de Desempenho Empresarial - CMDE

CONTRATO DE METAS DE DESEMPENHO EMPRESARIAL QUE ENTRE SI FAZEM A CIA DE GERAÇÃO TÉRMICA DE ENERGIA ELÉTRICA - CGTEE E A CENTRAIS ELÉTRICAS BRASILEIRAS S.A.

CENTRAIS ELÉTRICAS BRASILEIRAS S.A., sociedade de economia mista cuja constituição, pela União Federal, foi autorizada na forma do disposto na Lei nº 3.890-A, de 25.04.61, com sede em Brasília, Distrito Federal, e escritório central na Cidade do Rio de Janeiro, sítio à Avenida Presidente Vargas, nº 409, 13º andar, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ do Ministério da Fazenda sob o nº 00.001.180/0002-07, Rio de Janeiro, e nº 00.001.180/0001-28 Brasília, devidamente autorizada a assinar este instrumento pela Resolução nº 906/2013, de 12/12/2013, de sua Diretoria Executiva e pela Deliberação nº 127/2013, de 19/12/2013, de seu Conselho de Administração, neste ato representada na forma do seu estatuto social, doravante denominada "Eletrobras", e

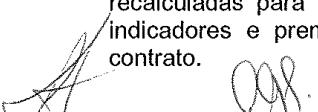
CIA DE GERAÇÃO TÉRMICA DE ENERGIA ELÉTRICA – CGTEE, empresa controlada pela Eletrobras, com sede na cidade de Porto Alegre, Rio Grande do Sul, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 02.016.507/0001-69, devidamente autorizada a assinar este instrumento pela Resolução nº 388/2013, de 14/11/2013, de sua Diretoria Executiva, e pela Deliberação nº 196/2013, de 25/11/2013, de seu Conselho de Administração, neste ato representada na forma do seu estatuto social, doravante denominada "Controlada". Em conjunto denominadas Partes e, isoladamente, Parte.

Considerando que:

1. a Eletrobras é uma sociedade anônima de capital aberto com títulos negociados nas Bolsas de Valores de São Paulo (Bovespa), Madri (Latibex) e Nova York (Nyse), que lidera a geração e a transmissão de eletricidade no país através de 7 (sete) controladas e também, atua na distribuição de eletricidade por intermédio de outras 6 (seis) concessionárias controladas;
2. a controlada é uma empresa concessionária de serviços públicos de energia elétrica;
3. o Conselho de Administração da Eletrobras, em conformidade com o Plano de Transformação do Sistema Eletrobras, definiu diretrizes para a Eletrobras e as suas Controladas em quatro vertentes: i) Governança Corporativa, ii) Reorientação dos Negócios de Distribuição, iii) Reformulação Institucional da Eletrobras e iv) Reorganização do Modelo de Gestão Empresarial;

Ronaldo Garcia
Chefe de Divisão
Desempenho Empresarial
Projetos Corporativos

4. com base nestas diretrizes, o Conselho de Administração da Eletrobras orientou para que fosse estudada a Estrutura Ótima de Capital para todas as suas controladas;
5. a implementação da Estrutura Ótima de Capital acima citada é um processo dinâmico e progressivo com necessidade de acompanhamento rígido dos resultados e correções imediatas dos desvios que possam afetar os objetivos de eficiência, expansão e rentabilidade das controladas da Eletrobras;
6. para melhorar a eficiência econômica das controladas da Eletrobras, foi contratada a empresa Thoreos Consultoria que analisou os fluxos financeiros entre a Eletrobras e cada controlada e identificou as principais variáveis gerenciáveis que deveriam ser objeto de compromissos por parte das administrações das controladas para se atingir os objetivos estratégicos da Eletrobras e suas controladas;
7. com base nos estudos, o Conselho de Administração da Eletrobras aprovou, através da Deliberação DEL-135/2009, de 30/10/09, a capitalização das Controladas de Distribuição, envolvendo aumento de capital mediante capitalização de crédito de empréstimos e financiamentos mais os saldos dos adiantamentos para futuro aumento de capital (AFAC);
8. visando dar sustentação ao equilíbrio econômico e financeiro futuro das controladas e atender aos objetivos estratégicos da Eletrobras e suas controladas de atingir os objetivos de eficiência, expansão e rentabilidade das controladas, foram aprovadas, através da Deliberação DEL-134/2009, de 30/10/09, as "Novas Regras de Governança Corporativa das Controladas do Sistema Eletrobras" e dentro das Novas Regras de Governança ficou determinado a elaboração do presente Contrato de Metas de Desempenho Empresarial (doravante denominado "CMDE"), onde restarão estabelecidas as metas e os resultados a serem alcançados para maior eficiência, robustez e rentabilidade financeira da Controlada e para a Eletrobras e suas demais controladas, bem como as condições de acompanhamento e monitoramento do CMDE;
9. o CMDE para o período 2010 a 2014 foi assinado com as empresas Eletrobras e monitoramento dos resultados frente às metas estabelecidas vem sendo realizado desde então;
10. a mudança do padrão contábil para IFRS em 2012 e a mudança no cenário de negócio das empresas tornou o contrato assinado sem sentido, uma vez que as metas pactuadas em 2009 para o ciclo de 2010-2014, faziam menção ao padrão contábil das Demonstrações Financeiras publicadas no modelo antigo e em premissas de negócio desatualizadas. Por conta disso, todas as metas foram recalculadas para o período 2013-2017, segundo novos protocolos para os indicadores e premissas de negócio, objetivando a assinatura de um novo contrato.



Ronaldo Garcia
Chefe de Divisão
Desempenho Empresarial
Projetos Corporativos

Têm entre si, justo e contratado, o que se contém nas cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

1.1. O presente CMDE tem por objeto:

- a) estabelecer os resultados e metas de desempenho empresarial em ciclos quinquenais entre a Controlada e a Eletrobras, conforme diretrizes da Diretoria Executiva da Eletrobras e seu Conselho de Administração, além de premissas contidas no Orçamento Empresarial da Controlada;
- b) fixar procedimentos para o acompanhamento do Desempenho Empresarial da Controlada, de forma a permitir a adequada coordenação e avaliação de suas atividades; e
- c) melhorar de forma contínua e crescente a eficiência operacional da Controlada mediante o cumprimento dos indicadores e metas constantes dos Anexos I e II.

CLÁUSULA SEGUNDA: DOS OBJETIVOS PERMANENTES DA CONTROLADA

2.1. São objetivos permanentes a serem alcançados com a execução deste CMDE:

- a) promover maiores níveis de eficiência e eficácia, propiciando melhores resultados empresariais;
- b) atingir metas e resultados, ajustados para cada exercício, aferidos por indicadores específicos e quantificados, de acordo com os Anexos I e II, que integram este instrumento;
- c) buscar a excelência de gestão corporativa;
- d) manter resultado econômico-financeiro positivo e crescente; e
- e) cumprir as condições estabelecidas no Contrato de Concessão em vigor, bem como das resoluções e outras determinações estabelecidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL e a legislação em geral.

CLÁUSULA TERCEIRA: DAS OBRIGAÇÕES DA CONTROLADA

3.1 A Controlada, por este CMDE, obriga-se a:



E, por estarem assim justas e contratadas, assinam o presente instrumento e ratificam todos os seus Anexos, diante das testemunhas abaixo, em 2 (duas) vias de igual teor para um só efeito.

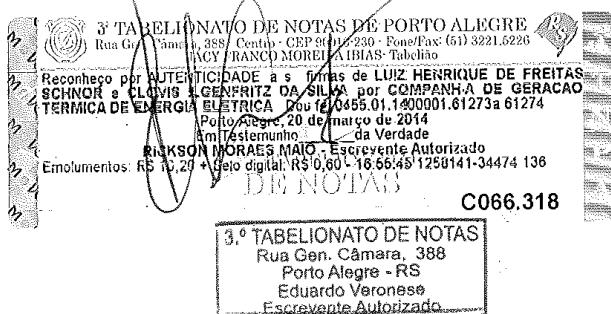
Rio de Janeiro, 26 de JANEIRO de 2014.

Pela Eletrobras:

José da Costa Carvalho
José da Costa Carvalho
Diretor - Presidente
Armando Casado de Araújo
Armando Casado de Araújo
Diretor - Financeiro e de Relação
com Investidores

la Controlada:

Luiz Henrique de Freitas Schnor
Luiz Henrique de Freitas Schnor
Diretor - Presidente
Clovis Ilgenfriz da Silva
Clovis Ilgenfriz da Silva
Diretor - Financeiro



REVISADO
PNJ
ELETROBRAS
Ronaldo Garcia
Chefe de Divisão
Desempenho Empresarial
Projetos Corporativos

10.3. ANEXO III – Regulamento da Auditoria Interna



Companhia Aberta
NIRE 43300036120
CNPJ 02.016.507/0001-69

EXTRATO DA ATA DA 174ª REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO. DATA, HORA E LOCAL DA REUNIÃO: 29 de dezembro de 2011, às 9 horas, situada na Rua 7 de Setembro, 539 – 9º andar, Centro, na cidade de Porto Alegre/RS. **MESA DIRETORA:** Excelentíssimo Senhor **VALTER LUIZ CARDEAL DE SOUZA**, Presidente do Conselho, e a Secretaria Geral da Companhia, Senhora Rosemari Nunes da Silva. **PRESENÇAS:** Compareceram os Conselheiros de Administração que perfazem o quorum estatutário. **ATOS E DELIBERAÇÕES:** **Aprovar o Regulamento da Auditoria Interna da CGTEE;** **DELIBERAÇÃO:** O Conselho de Administração da Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica - CGTEE, no uso de suas atribuições, baseado na documentação recebida e fundamentado na exposição verbal do relator, **APROVOU** o Regulamento da Auditoria Interna. Presentes os Conselheiros: Sereno Chaise, Ricardo Spanier Homrich, Mauro Henrique Moreira Sousa, Sidney do Lago Junior e Cristian William de Sousa Cunha. Declaro, na qualidade de Secretária Geral da Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica – CGTEE, que o presente extrato foi feito do livro próprio da Sociedade. Porto Alegre, 29 de dezembro de 2011.



Rosemari Nunes da Silva
Secretária Geral

**COMPANHIA DE GERAÇÃO TÉRMICA DE ENERGIA ELÉTRICA-
CGTEE
REGULAMENTO DA AUDITORIA INTERNA**

CAPÍTULO I

DA FINALIDADE

Art. 1º Este Regulamento tem por finalidade estabelecer as competências, organização e diretrizes da Auditoria Interna da Eletrobras CGTEE, visando ao desenvolvimento de suas atividades, de acordo com os normativos vigentes e com as Resoluções CGPAR nº 2 e nº 3, de 31 de dezembro de 2010.

CAPÍTULO II

DAS COMPETÊNCIAS DA AUDITORIA INTERNA

Art. 2º A Auditoria Interna, vinculada ao Conselho de Administração, em conformidade com o disposto no art. 15, § 3º, do Decreto nº 3591, de 6 de setembro de 2000, sujeita-se à orientação normativa e à supervisão técnica do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo, tendo por finalidade básica assegurar a legalidade e a legitimidade dos atos e fatos administrativos, bem como avaliar a eficácia da gestão, do controle e das práticas administrativas, orientando - se por uma filosofia de atuar preventivamente no sentido de adicionar valor à Companhia, fortalecendo seus controles e operações.

Art. 3º Compete à Auditoria Interna:

- I - estabelecer as regras operacionais para seu próprio funcionamento;
- II - atuar, independentemente de provocação, sobre as atividades operacionais, administrativas e econômico-financeiras da Companhia, zelando pelo cumprimento dos objetivos e metas estabelecidas, quanto à economicidade, eficiência, eficácia, legalidade e legitimidade dos atos;
- III - avaliar o desempenho dos processos organizacionais, estimulando o aperfeiçoamento contínuo das práticas gerenciais, incentivando a eficiência no uso dos recursos e o adequado gerenciamento dos processos;
- IV - promover a realização de auditorias internas, visando à verificação da regularidade, eficácia dos serviços e à sugestão de providências necessárias ao seu aprimoramento;

V - avaliar a efetividade das auditorias realizadas, inclusive quanto à verificação do cumprimento de dispositivos legais e normativos aplicáveis à Companhia;

VI - recomendar à Diretoria da Companhia a correção ou aprimoramento de políticas, práticas e procedimentos identificados no âmbito de suas atribuições;

VII - avaliar o cumprimento, pelas áreas, das recomendações ou determinações feitas pela auditoria interna e pelos órgãos de controle interno e externo;

VIII - participar das reuniões do Conselho Fiscal e do Conselho de Administração, para discutir acerca de políticas, práticas e procedimentos identificados no âmbito das suas respectivas competências;

IX - comunicar ao Sistema de Controle Interno do Poder Executivo e ao Conselho de Administração, na forma e nos prazos estabelecidos pelas normas específicas, a existência ou evidência de fraudes, falhas ou erros que coloquem em risco a continuidade da Companhia ou a fidedignidade de suas demonstrações contábeis;

X - acompanhar, apoiar e manter relacionamento institucional com a Controladoria-Geral da União - CGU e o Tribunal de Contas da União - TCU;

XI - examinar e emitir parecer sobre a prestação de contas anual da Companhia e sobre as tomadas de contas especiais que vierem a ser instauradas;

XII - submeter ao órgão ou à unidade de controle interno a que estiver jurisdicionada, para efeito de integração das ações de controle, no prazo e na forma estabelecidos nos normativos vigentes, sua proposta de Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna para o exercício seguinte;

XIII - submeter o Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna do exercício seguinte à aprovação do Conselho de Administração, no prazo e na forma estabelecidos nos normativos vigentes;

XIV- encaminhar o Relatório Anual de Atividades de Auditoria Interna do exercício anterior ao órgão ou à unidade de controle interno a que estiver jurisdicionada, no prazo e na forma estabelecidos nos normativos vigentes, bem assim aos Conselhos de Administração e Fiscal da Companhia e

XV- encaminhar os relatórios de auditoria emitidos, consubstanciando o resultado dos trabalhos realizados, ao órgão ou à unidade de controle interno a que estiver jurisdicionada, no prazo estabelecido em normativo.

Art. 4º A Auditoria Interna se restringe à execução de suas atividades típicas, evitando o desvio de funções e preservando sua isenção e imparcialidade.

Parágrafo único. Os órgãos de direção podem fazer uso da auditoria interna no assessoramento relativo às decisões importantes da Companhia, quando for o caso.

CAPÍTULO III

DA ORGANIZAÇÃO DA AUDITORIA INTERNA

Art. 5º A Auditoria Interna da Companhia é composta pelo Gerente da Auditoria, Gerente Substituto e por um corpo técnico capaz de atender suas finalidades, devendo ser provida dos recursos materiais adequados, com o objetivo de fortalecer a gestão e racionalizar as ações de controle.

§1º A designação e a destituição do titular da Auditoria Interna será efetivada pelo Presidente do Conselho de Administração, por proposta do Diretor-Presidente, após, à aprovação da Controladoria-Geral da União.

§ 2º É exigido como requisito básico para nomeação ao cargo de titular da Auditoria Interna a conclusão de curso de nível superior, além de comprovada experiência e competência para o seu exercício.

Art. 6º O titular da Auditoria é substituído, em suas faltas e impedimentos legais e eventuais, por empregado devidamente habilitado e lotado na própria Auditoria Interna.

Art. 7º Os membros da Auditoria Interna estão obrigados a cumprir todas as normas aplicáveis aos demais empregados da Empresa, inclusive o Código de Ética.

CAPÍTULO IV

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 8º Os trabalhos de auditoria devem ser realizados com adequado planejamento e programa de trabalho específico, que estabeleça os objetivos dos exames, o universo a ser examinado e as técnicas apropriadas a empregar, consubstanciando-se seus resultados em relatórios de auditoria a serem encaminhados às Diretorias das áreas auditadas e das áreas responsáveis pela implementação das recomendações que apresenta, com cópia para o Presidente da Companhia.

Parágrafo Único. Constatando-se, no decorrer dos trabalhos, indícios do cometimento de irregularidades deve ser dado o devido tratamento, com vistas a permitir que os responsáveis da Companhia possam adotar as providências cabíveis.

Art. 9º Caso a Auditoria Interna, no decorrer da realização de qualquer trabalho, necessite da ajuda de especialista, em razão da especificidade ou

singularidade da matéria, pode ser requerida a participação de outros empregados da Companhia.

Art. 10º Os membros da Auditoria Interna, no exercício de suas competências, têm livre acesso a todas as dependências da Companhia, assim como a documentos, valores e livros considerados indispensáveis ao cumprimento de suas atribuições, não lhes podendo ser sonegado, sob qualquer pretexto, nenhum processo, documento ou informação, devendo as informações e documentos de que tiver conhecimento ser tratados de forma confidencial e ser utilizadas tão somente para consubstanciar o resultado do trabalho que realizam.

Art. 11º Os membros da Auditoria Interna devem adotar comportamento ético, cautela e zelo profissional no exercício de suas atividades, manter atitude de independência que permita a imparcialidade de seu julgamento, bem como ter o comprometimento técnico-profissional e estratégico necessário à capacitação permanente, à utilização de tecnologias atualizadas e ao cumprimento das suas competências.

Parágrafo Único. O espírito de cooperação entre os membros das equipes deve prevalecer sobre posicionamentos pessoais, de maneira que cada um colabore com o seu conhecimento, talento e profissionalismo para agregar o máximo valor aos trabalhos realizados.

Art. 12º O corpo técnico da Auditoria Interna deve ser submetido a programa de capacitação contínua que abranja treinamentos voltados não só à realização de trabalhos de auditoria, mas também ao desenvolvimento do conhecimento dos negócios da Companhia.

Porto Alegre, 09 de dezembro de 2011